

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONOMICAS

GABRIEL MENDES BERGAMASCHI

NOVOS E VELHOS DOADORES:
estudo comparado da ajuda externa da China e dos Estados
unidos entre 2000 e 2014

RIO DE JANEIRO

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONOMICAS

GABRIEL MENDES BERGAMASCHI

NOVOS E VELHOS DOADORES:
estudo comparado da ajuda externa da China e dos Estados
unidos entre 2000 e 2014

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para aprovação.

ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª Isabela Nogueira de Morais

RIO DE JANEIRO, RJ

2021

GABRIEL MENDES BERGAMASCHI

NOVOS E VELHOS DOADORES: ESTUDO COMPARADO DA AJUDA EXTERNA DA CHINA
E DOS ESTADOS UNIDOS ENTRE 2000 E 2014

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 5/4/2021.

ISABELA NOGUEIRA DE MORAIS - Presidente
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

RENATA ALBUQUERQUE RIBEIRO
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

RODRIGO VERGNHANINI
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

*É como se o livro dos tempos pudesse
Ser lido trás pra frente, frente pra trás
Vem a História, escreve um capítulo
Cujo título pode ser 'Nunca Mais'
Vem o tempo e elege outra história,
Que escreve outra parte,
Que se chama 'Nunca É Demais'
'Nunca Mais', 'Nunca É Demais', 'Nunca Mais'
'Nunca É Demais', e assim por diante, tanto faz
Indiferente se o livro é lido
De trás pra frente ou lido de frente pra trás*

(Gilberto Gil)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio de diversas pessoas durante a minha trajetória acadêmica e pessoal. Gostaria de agradecer a meus pais, Tânia e Sergio, por todo o carinho, dedicação e ajuda que sempre me deram. Não chegaria tão longe sem o apoio deles. Agradeço também ao meu tio, José Luiz, que me deu suporte e revisou meu projeto de pesquisa.

Agradeço à Haruka, meu amor, que me acompanha nos últimos dois anos. Não consigo expressar em palavras a gratidão por tudo o que você faz por mim. Especialmente neste último ano, com o isolamento, nossas conversas foram essenciais para que eu mantivesse o foco e planejasse o futuro. Meus amigos do colégio, Ivens e Renan, que sempre me estiveram do meu lado, e Araújo, a primeira pessoa com quem discuti sobre o tema da monografia.

Agradeço ao meu supervisor no estágio, Manoel Pires, com quem pesquisei sobre política fiscal brasileira no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV). O experiência que adquiri pesquisando e a habilidade com uso de dados foram importantes escrever a monografia. Agradeço também a todos os meus colegas de estágio do IBRE, que tornaram o trabalho mais leve e os almoços mais divertidos.

Aos professores do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, que me proporcionaram uma formação plural e crítica de economia, especialmente João Felipe Cury, Antonio Licha, Marcelo Resende, Maria da Graça, Célia Kerstenetzky, Eduardo Bastian e Ricardo Bielschowsky. Não poderia deixar de agradecer também à secretária de graduação do Instituto de Economia, Anna Lúcia, que sempre me auxiliou com minhas dúvidas e pedidos em cima do prazo.

Minha orientadora, Isabela Nogueira, com quem fiz minha primeira disciplina de desenvolvimento e descobri uma área de interesse. Sou grato pela disponibilidade e por todo o auxílio na elaboração desta monografia.

A todos os meus amigos do IE, que fizeram o período de graduação mais alegre e com quem compartilhei grande parte das minhas experiências nos últimos cinco anos. Gostaria de agradecer especialmente ao João Pedro Braga, que sempre me apoiou durante o curso; Marcio Arany, meu parceiro nos trabalhos de matemática; Helena Barros, Gabriela Padilha, e Guilherme Pessoa.

RESUMO

Nas duas últimas décadas o mundo tem assistido à emergência de novos ofertantes de ajuda externa no cenário de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Dentre os doadores emergentes, a China é um dos países mais influentes. O objetivo deste projeto é comparar a ajuda externa ofertada pelos Estados Unidos e pela China entre 2000 e 2014, sob o ponto de vista do destino da ajuda, setores e modalidade, dentro do contexto do surgimento (e, em alguns casos, o ressurgimento) de novos doadores e da reação dos doadores tradicionais frente ao surgimento de novos atores, verificando se a oferta de ajuda externa dos Estados Unidos se modifica aproximando-se da ajuda externa ofertada pelos novos doadores.

A monografia será dividida em três capítulos, além da introdução e da conclusão: no primeiro é feita uma revisão sobre o debate teórico e histórico sobre Cooperação Internacional ao Desenvolvimento; no segundo a ajuda externa ofertada pelos Estados Unidos é analisada tanto do ponto de vista histórico quanto no período mais recente, entre 2000 e 2014, enquanto que no terceiro capítulo a ajuda externa ofertada pela China é analisada tanto historicamente quanto no período mais recente (entre 2000 e 2014). Por fim, a monografia é concluída com a comparação entre a ajuda externa ofertada pelos dois países e as considerações finais. São utilizadas referências secundárias (artigos acadêmicos) e dados do USAID e do Laboratório AidData.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA entre 1946 e 2014	35
Gráfico 2 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria.....	37
Gráfico 3 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Setor das cinco Principais Categorias.....	39
Gráfico 4 - Volume Anual de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria	41
Gráfico 5 - Volume Anual de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Tipo	42
Gráfico 6 - Dez maiores receptores de ajuda externa norte-americana entre 2000 e 2014	43
Gráfico 7 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por região entre 2000 e 2014	44
Gráfico 8 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por país entre 2000 e 2014	45
Gráfico 9 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China entre 2000 e 2014.....	50
Gráfico 10 - Volume Total de Ajuda Externa Ofertada pela China por Categoria	52
Gráfico 11:Volume Total de Ajuda Externa Ofertada pela China por Setor das cinco principais Categorias.....	54
Gráfico 12:Volume Anual de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria:	56
Gráfico 13:Volume Anual de Ajuda Externa ofertada pela China por Fluxo	57
Gráfico 14 - Dez maiores receptores de ajuda externa chinesa entre 2000 e 2014	60
Gráfico 15 - Volume de Ajuda externa ofertada pela China entre 2000 e 2014 por região	61
Gráfico 16 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por país entre 2000 e 2014	62

Lista de Quadros

Quadro 1 – Comparação entre Doadores Tradicionais e Emergentes.....	27
Quadro 2 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Setor das cinco Principais Categorias: Nomes e Códigos dos Setores	39
Quadro 3 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pela China por Setor das cinco Principais Categorias: Nomes e Códigos dos Setores	54
Quadro 4 - Países e seus Códigos ISO (2 letras).....	63
Quadro 5: Categorias e Setores de Ajuda Externa	71

Lista de Figuras

Figura 1- Empréstimos de ajuda externa chinesa.....	58
---	----

Lista de Mapas

Mapa 1: Oferta da Ajuda Externa Chinesa entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016.....	59
---	----

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Volume total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA entre 2000 e 2014 por setor das cinco principais categorias em milhões de dólares constantes de 2016 - Custos Administrativos e Governança	75
--	----

Tabela 2 - Volume total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA entre 2000 e 2014 por setor das cinco principais categorias em milhões de dólares constantes de 2016 – Saúde e População e Infraestrutura	75
Tabela 3 - Volume total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA entre 2000 e 2014 por setor das cinco principais categorias em milhões de dólares constantes de 2016 – Outros	76
Tabela 4 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2000	76
Tabela 5 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2001	77
Tabela 6 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2002	77
Tabela 7 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2003	78
Tabela 8 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2004	78
Tabela 9 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2005	79
Tabela 10 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2006	80
Tabela 11 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2007	80
Tabela 12 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2008	81
Tabela 13 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2009	81
Tabela 14 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2010	82
Tabela 15 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2011	82
Tabela 16 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2012	83
Tabela 17 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2013	83
Tabela 18 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2014	84
Tabela 19 - Ajuda Externa ofertada pelos Estados Unidos acumulada entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016	84
Tabela 20 - Ajuda Externa ofertada pelos EUA por continente entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016	85
Tabela 21 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2000 e 2001 em milhões de dólares constantes de 2016	85
Tabela 22 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2002 e 2003 em milhões de dólares constantes de 2016	86
Tabela 23 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2004 e 2005 em milhões de dólares constantes de 2016	86
Tabela 24 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2006 e 2007 em milhões de dólares constantes de 2016	87
Tabela 25: Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2008 e 2009 em milhões de dólares constantes de 2016	88

Tabela 26 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2010 e 2011 em milhões de dólares constantes de 2016.....	88
Tabela 27 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2012 e 2013 em milhões de dólares constantes de 2016.....	89
Tabela 28 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2014 em milhões de dólares constantes de 2016.....	89
Tabela 29 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2000 e 2001 em milhões de dólares constantes de 2016.....	90
Tabela 30 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2002 e 2003 em milhões de dólares constantes de 2016.....	90
Tabela 31: Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2004 e 2005 em milhões de dólares constantes de 2016.....	91
Tabela 32 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2006 e 2007 em milhões de dólares constantes de 2016.....	91
Tabela 33: Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2008 e 2009 em milhões de dólares constantes de 2016.....	92
Tabela 34 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2010 e 2011 em milhões de dólares constantes de 2016.....	92
Tabela 35 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2012 e 2013 em milhões de dólares constantes de 2016.....	93
Tabela 36 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2014 em milhões de dólares constantes de 2016.....	93
Tabela 37 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pela China entre 2000 e 2014 por setor das cinco principais categorias em milhões de dólares constantes de 2016 – Crescimento Econômico, Governança e Saúde e População.....	94
Tabela 38 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pela China entre 2000 e 2014 por setor das cinco principais categorias em milhões de dólares constantes de 2016 – Infraestrutura e Outros	95
Tabela 39 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2000	95
Tabela 40 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2001	95
Tabela 41 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2002.....	96
Tabela 42 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2003	96
Tabela 43 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2004.....	96
Tabela 44 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2005.....	97
Tabela 45 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2006.....	98
Tabela 46 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2007.....	98
Tabela 47 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2008.....	99
Tabela 48 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2009.....	99
Tabela 49: Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2010.....	100

Tabela 50 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2011	100
Tabela 51 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2012	101
Tabela 52 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2013	101
Tabela 53 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2014	102
Tabela 54 - Ajuda externa Ofertada pela China acumulada entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016	102
Tabela 55 - Ajuda externa Ofertada pela China por continente entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016	103
Tabela 56 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2000 e 2001 em milhões de dólares constantes de 2016	103
Tabela 57 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2002 e 2003 em milhões de dólares constantes de 2016	104
Tabela 58 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2004 e 2005 em milhões de dólares constantes de 2016	104
Tabela 59 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2006 e 2007 em milhões de dólares constantes de 2016	105
Tabela 60 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2008 e 2009 em milhões de dólares constantes de 2016	105
Tabela 61 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2010 e 2011 em milhões de dólares constantes de 2016	106
Tabela 62 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2012 e 2013 em milhões de dólares constantes de 2016	106
Tabela 63 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2014 em milhões de dólares constantes de 2016	107
Tabela 64 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2000 e 2001 em milhões de dólares constantes de 2016	107
Tabela 65 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2002 e 2003 em milhões de dólares constantes de 2016	108
Tabela 66 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2004 e 2005 em milhões de dólares constantes de 2016	108
Tabela 67 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2006 e 2007 em milhões de dólares constantes de 2016	109
Tabela 68 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2008 e 2009 em milhões de dólares constantes de 2016	109
Tabela 69 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2010 e 2011 em milhões de dólares constantes de 2016	110
Tabela 70 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2012 e 2013 em milhões de dólares constantes de 2016	110
Tabela 71 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2014 em milhões de dólares constantes de 2016	111

Lista de abreviaturas e siglas

BM – Banco Mundial

CIDCA - China International Development Cooperation Agency

CSS – Cooperação Sul-Sul

DLF - Development Loan Fund

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IADB - InterAmerican Development Bank

OA – Official Aid

ODA – Official Development Assistance

OECD/DAC - Organisation for Economic Co-operation and Development's Development Assistance Committee

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OOF – Other Financial Flows

PABA - Plano de Ação de Buenos Aires

SWAP - Sector-Wide Assistance Programs

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

WB/IDA – World Bank's International Development Association

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – O DEBATE TEÓRICO E HISTÓRICO SOBRE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL AO DESENVOLVIMENTO	15
I.1 - Categorias analisadas: ODA, OA e OOF	15
I.2 – Por que os países doam – o debate	16
I.3 – História da cooperação	20
I.4 - Os novos doadores	25
I.5 – Conclusões parciais	29
II.1 – História da ajuda externa dos Estados Unidos	31
II.2 – Principais categorias de ajuda externa	37
II .3 - Principais países receptores	43
II.4 – Conclusões Parciais	45
CAPÍTULO III – CHINA COMO DOADORA	46
III.1 – História da ajuda externa da China	47
III.2 – Principais categorias de ajuda externa	52
III.3 – Principais países receptores	58
III.4 – Conclusões Parciais	63
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	67
ANEXO	70
APÊNDICE A – TABELAS DO CAPÍTULO II	75
APÊNDICE B – TABELAS DO CAPÍTULO III	94

INTRODUÇÃO

Na primeira década do século XXI os países emergentes têm ressurgido como importantes atores na cooperação internacional para o desenvolvimento, buscando consolidar sua influência no cenário internacional de desenvolvimento. Estes países possuem práticas na oferta de ajuda externa que diferem dos doadores tradicionais, membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD/DAC).

Enquanto os doadores tradicionais justificam a oferta de ajuda externa por meio da sua *expertise* baseada em conhecimentos, instituições e tecnologias superiores, e que os países desenvolvidos teriam uma obrigação moral com os países em desenvolvimento, os doadores emergentes justificam a oferta de ajuda externa por meio da sua experiência direta de perseguir o desenvolvimento na circunstância de país emergente, em solidariedade com outros países na mesma condição. Estas diferenças refletem em distintas formas de ofertar ajuda externa: os doadores tradicionais usualmente realizam ou financiam projetos com algum tipo de condicionalidade, e priorizam setores ligados ao desenvolvimento humano (como educação e saúde), os doadores emergentes prezam pela não interferência em assuntos internos, projetos sem condicionalidade e voltados para a área de infraestrutura e construção da capacidade do estado (comunicação e energia, por exemplo).

Esta monografia compara a ajuda externa de dois países: os Estados Unidos, principal doador tradicional, e a China, principal doadora emergente. Os dois países possuem objetivos e formas de ofertar ajuda externa que diferem. Enquanto a ajuda externa norte-americana tem por objetivo assegurar seus interesses geopolíticos e estratégicos no cenário global, auxiliar no desenvolvimento socioeconômico e recompensar governos democráticos, a ajuda externa chinesa tem como objetivo o fortalecimento da infraestrutura e a capacidade do Estado do país receptor para acelerar o crescimento econômico, além de facilitar o escoamento de matérias primas essenciais para a manutenção do crescimento econômico chinês. A hipótese deste trabalho é que concomitantemente com a emergência de novos atores, especialmente da China, como provedores de ajuda externa, a oferta de ajuda externa dos Estados Unidos se modifica, adotando práticas geralmente utilizadas por doadores emergentes.

Para comparar a ajuda externa norte-americana e chinesa é realizada uma revisão de literatura e são utilizadas duas bases de dados: a base de dados do site *Foreign Aid Explorer*, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), para obter

dados da ajuda oferta de externa norte-americana, e a base de dados *Global Chinese Official Finance Dataset*, do Laboratório *AidData*, da Universidade William e Mary. Foram utilizados dados entre 2000 e 2014, período disponível na base da *AidData*.

As duas bases de dados seguem a divisão de categorias e setores da OECD/DAC, de modo que é possível comparar o direcionamento da ajuda externa dos dois países. No entanto, a forma de coleta dos dados é diferente nas bases.

A base de dados da USAID possui informações financeiras e do orçamento de ajuda externa governo dos Estados Unidos. Como utiliza dados do orçamento governamental, a unidade temporal é o ano fiscal, que começa em 1 de outubro do ano anterior e termina em 30 de setembro do ano seguinte. Neste trabalho são utilizadas as obrigações financeiras, ou seja, fundos que as agências governamentais se comprometem a gastar em ajuda externa em determinado projeto.

Já a base de dados da *AidData* coleta informações oficiais de países receptores, embaixadas e conselhos econômicos chineses, instituições multilaterais e empresas privadas. Portanto, enquanto a base da USAID possui como fonte das informações o governo norte-americano, a base da *AidData* coleta dados de diferentes atores que participam do processo de ajuda externa.

Este trabalho é dividido em três capítulos, além desta introdução, da conclusão e do anexo e apêndices. O primeiro capítulo introduz o tema da cooperação internacional ao desenvolvimento, conceituando ajuda externa, discutindo a base teórica e trazendo o debate histórico sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento e discutindo a emergência de novos doadores.

O segundo capítulo analisa a oferta de ajuda externa norte-americana. O capítulo inicia com uma revisão histórica a partir do início da oferta de Assistência Internacional para o Desenvolvimento (ODA), em 1947, até a década de 2010. No período de 2000 a 2014 são analisadas a oferta de ajuda externa de acordo com a divisão em categorias (em que áreas e setores os projetos são realizados), tipos (a forma como a ajuda externa é ofertada), e o destino da ajuda externa (quais são os principais região e países receptores).

O terceiro capítulo analisa a oferta de ajuda externa chinesa, e é dividido de forma semelhantes ao segundo capítulo. É feita uma revisão história da ajuda externa chinesa a partir do início da sua oferta, na década de 1950 até a década de 2010. Entre os anos de 2000 e 2014 são analisadas as categorias, os tipos e os destinatários da ajuda externa chinesa.

A conclusão retoma os principais pontos discutidos em cada capítulo, e discute se os Estados Unidos modificam sua oferta de ajuda externa em concomitância com a ascensão dos doadores emergentes. O Anexo apresenta as categorias e setores de ajuda externa de acordo com a classificação do OECD/DAC, e os Apêndices A e B apresentam os dados estatísticos utilizados nos capítulos II e III, respectivamente, em forma de tabelas.

CAPÍTULO I – O DEBATE TEÓRICO E HISTÓRICO SOBRE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL AO DESENVOLVIMENTO

Este capítulo introduz o tema da ajuda externa e cooperação internacional ao desenvolvimento, discutindo tanto a história de cooperação quanto a sua base teórica e a emergência dos novos doadores. O capítulo é dividido em quatro partes. A primeira parte conceitua as categorias de ajuda externa analisadas e explicando o porquê do uso tanto da categoria Ajuda Oficial (*Official Aid*, ou OA) quanto Outros Fluxos Financeiros (*Other Financial Flows*, ou OOF). A segunda parte faz uma breve revisão da literatura sobre a motivação dos países para ofertar ajuda externa. A terceira parte traz o debate histórico sobre a cooperação internacional ao desenvolvimento desde o primeiro estatuto legal que lidava exclusivamente com ajuda externa (*The Colonial Development Act*, de 1929), contextualizando a oferta de ajuda externa com os principais acontecimentos do século XX. A quarta parte introduz a discussão sobre novos doadores: quem são, como suas práticas se diferem das práticas dos doadores tradicionais e a história da Cooperação Sul-Sul. O capítulo encerra com as conclusões parciais, um breve resumo das principais considerações de cada sessão.

I.1 - Categorias analisadas: ODA, OA e OOF

Antes de discorrer sobre os novos e antigos doadores, é preciso caracterizar o que é ajuda externa para o desenvolvimento. Neste trabalho, serão analisadas três formas de ajuda externa: Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (*Official Development Assistance*, ODA), *Official Assistance* (OA) e *Other Financial Flows* (OOF). A primeira forma de ajuda externa para o desenvolvimento, ODA, é definida pelo OECD/DAC como “ajuda governamental que promove e mira especificamente o desenvolvimento econômico e de bem-estar dos países” (traduzido de OECD, 2020). Para isso, o ODA deve fluir de países e territórios que fazem parte do OECD/DAC para países ou territórios que estão na lista do OECD/DAC de recipientes de ajuda externa ou para instituições multilaterais. A lista é atualizada a cada três anos. Também necessita ser fornecida por uma agência oficial e ter caráter concessional, o que exclui auxílios militares e transações cujo interesse primário é comercial (OECD, 2019). Caso a ajuda externa cumpra todos os requisitos para ser classificada como ODA mas não seja ofertada por um país do OECD/DAC, a ajuda externa é classificada como OA (OECD, 2005).

Já OOF é definido como transações oficiais que não atendem aos critérios de ODA nem OA. Ou seja, OOF inclui doações a países em desenvolvimento para fins representativos ou

comerciais, transações bilaterais oficiais com um percentual de doação menor que 25%, e transações bilaterais cujo objetivo é promover as exportações. Esta categoria inclui, por definição, créditos à exportação fornecidos diretamente ao receptor da ajuda por uma agência ou instituição oficial; aquisição líquida por governos e instituições monetárias centrais de títulos emitidos por bancos multilaterais de desenvolvimento em condições de mercado; subsídios (*grants*) ao setor privado com o objetivo de financiar investimentos nos países em desenvolvimento; e fundos para apoiar o investimento privado (OECD, 2020).

Neste trabalho, a ajuda externa será considerada tanto AO quanto OOF, já que os Estados Unidos e a China possuem definições de ajuda externa que combinam as duas modalidades.

Os Estados Unidos, no *Foreign Assistance Act of 1961* definem ajuda externa como:

- (1) [...] qualquer item tangível ou intangível provido pelo Governo dos Estados Unidos para um país estrangeiro ou organização internacional sob este ou qualquer outro Ato, incluindo, mas não limitado a qualquer treinamento, serviço e orientação técnica, qualquer item de propriedade real, pessoal ou mista, qualquer *commodity* agrícola, dólares dos Estados Unidos, e quaisquer moedas de qualquer país estrangeiro que estejam em posse do Governo dos Estados Unidos; e
- (2) “provido pelo Governo dos Estados Unidos” inclui, mas não se limita, a bens ajuda externa provida por meio de presentes, empréstimos, vendas, crédito e garantias (United States of America, 1961, p. 248. Tradução própria).

A China também inclui gastos no orçamento de assistência externa que não podem ser classificados como ODA (pelos padrões do OECD/DAC), utilizando seu orçamento de ajuda externa para financiar auxílio militar, empréstimos para empresas chinesas realizarem investimentos de *joint venture* e créditos para exportação. Alguns gastos, entretanto, que são considerados ODA pelo OECD/DAC não são considerados como tal pela China; bolsas estudantis para estrangeiros e o custo de abrigar refugiados recém-chegados no país são dois exemplos (BRÄUTINGAM, 2011; REGILME JR. e HODZI, 2021).

I.2 – Por que os países doam – o debate

O debate sobre a ajuda externa pode ser dividido em duas questões principais: analisar a efetividade da ajuda externa nos países receptores e a motivação dos países que ofertam ajuda externa (ALESINA e DOLLAR, 2000). Nesta seção, será feita uma breve revisão sobre a motivação dos países na oferta de ajuda externa.

As interpretações sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, como ressalta Milani (2012), não são consensuais. Existem diferentes visões, favoráveis ou não

quanto aos objetivos, formas e resultados da ajuda externa, ligadas sobretudo às diferentes escolas de Teoria das Relações Internacionais.

A posição do liberalismo é apontada por Milani (2012) como ambivalente. Segundo o autor, de acordo com os *neoinstitucionalistas*, a Cooperação Internacional seria uma forma de gestão de riscos cada vez mais globais, reduzindo o custo de negociação de acordos, estabelecendo o princípio da reciprocidade, o aumento da circulação de informações e definição e institucionalização de padrões de comportamento e sanções. A oferta de ajuda externa seria, portanto, uma decisão racional e que facilitaria o desenvolvimento. Já os *austríacos* e os *libertários* enxergam a Cooperação Internacional como um obstáculo que atrasa o desenvolvimento, pois seria uma intervenção estatal que atrapalharia o mecanismo de autorrealização dos mercados, beneficiando apenas as elites governamentais.

Na visão dos construtivistas, por meio da interação cooperativa é gerado conhecimento compartilhado, ocorrendo a criação de regras e instituições que facilitam a prática e a aprendizagem da Cooperação para o Desenvolvimento. Ou seja, a Cooperação Internacional seria, ela mesma, resultante das relações de socializações entre os Estados (MILANI, 2012).

A visão realista considera a cooperação uma escolha racional, pois os Estados procuram melhorar sua própria condição, buscando, por meio da ajuda externa, facilitar o acesso a insumos estratégicos; obtenção de votos favoráveis no sistema multilateral; contenção de inimigos; promoção de interesses ligados a investimentos e comércio exterior; assim como exportação de seus modelos de políticas públicas (ajuste fiscal, livre fluxo de capitais, entre outros).

Um dos primeiros e mais importantes artigos a analisar a ajuda externa sob a ótica do país ofertante é Morgenthau (1962), que segue a abordagem realista. O autor define ajuda externa como a transferência de bens e serviços de uma nação para outra e a divide em seis tipos (ajuda externa humanitária, de subsistência, militar, propina, prestigiosa e para o desenvolvimento econômico). No entanto, considera que a única categoria de ajuda externa que não é *per se* política (mas ainda assim pode desempenhar um papel político) é a ajuda externa humanitária. Todos os outros tipos de ajuda externa são ferramentas políticas e, portanto, devem ser analisadas como parte integral da orientação política do país ofertante.

A quarta escola de Teoria das Relações Internacionais, a escola marxista, também teoriza sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que serviria como uma tentativa de preservação do capitalismo, como ferramenta de manutenção e legitimação da hegemonia dos países centrais no sistema internacional. Ex-colônias, por exemplo, seriam

mantidas dependentes, e grande parte da ajuda ofertada seria condicional à não nacionalização de empresas estrangeiras, não relaxamento de controles de capitais, implementação de medidas de austeridade fiscal e respeito aos direitos de propriedades, entre outras condições que atrasariam o desenvolvimento das nações. Outro aspecto negativo da ajuda externa seria dificultar o processo de aprendizagem na produção de itens essenciais (que seria fornecidos via ajuda externa, e não produzidos localmente). Assim, os países receptores de ajuda seriam dependentes porque teria a segurança de receber insumos externos, sem precisar se preocupar em como produzi-los de forma autônoma (MILANI, 2012). Nos próximos parágrafos serão apresentados alguns trabalhos que estudam a motivação dos países em ofertar ajuda externa.

Dudley e Montmarquette (1976) elaboram um modelo que considera ajuda externa um bem consumido indiretamente pelos residentes do país ofertante. Assim, a oferta de ajuda externa é explicada pela demanda dos impactos da ajuda externa nos residentes deste país. Os principais impactos no país doador são o apoio à agenda política do país, benefício econômico (o país receptor de ajuda externa pode dar preferência a importar bens e serviços do país ofertante), e uma possível demonstração de gratidão pelo país receptor de oferta. Os autores apontam que a probabilidade de um país receber ajuda externa diminui em função da sua renda per capita, assim como em função dos benefícios econômicos e políticos do país doador.

Outro determinante da oferta de ajuda externa encontrado é o efeito *Bandwagon*, que sugere que se os residentes do país ofertante avaliam positivamente a oferta de ajuda externa, outros países (que também ofertam ajuda externa) ampliam sua oferta. Ou seja, os formuladores de política externa analisam a resposta dos residentes de outros países que também ofertam ajuda para elaborar suas políticas de ajuda externa (DUDLEY e MONTMARQUETTE, 1976).

Alesina e Dollar (2000) analisam os determinantes da oferta de ajuda externa para o Japão, Reino Unido, Estados Unidos e países europeus e nórdicos. Os autores encontram que, de modo geral, os principais determinantes de alocação da ajuda externa nos países são os laços coloniais, o padrão de votação na ONU e alianças internacionais. Estas características são, em geral, mais influentes na alocação de recursos que o nível de democracia e a abertura comercial dos países receptores. Resultados semelhantes são encontrados por Burnside e Dollar (2000).

Easterly (2003) também considera que a ajuda externa pode ter como objetivos recompensar aliados, promover as exportações do país doador e combater o tráfico de drogas. Geralmente, múltiplos objetivos competem entre si, o que pode gerar o enfraquecimento destes objetivos, de modo que a ajuda pode acabar atendendo a nenhum de seus múltiplos objetivos de maneira especial.

Já Peiffer e Boussalis (2015) argumentam que analisar a motivação da oferta de ajuda externa de modo agregado, levando em conta apenas o total de ajuda externa ofertada pelo país não é a melhor forma. O ideal seria analisar a oferta de ajuda externa subdividindo a oferta por setores, já que a alocação sofreria pressões políticas de diferentes setores. Assim, para examinar a motivação dos países em ofertar ajuda externa, deve-se desagregar por setor e analisar os determinantes da oferta de ajuda externa em cada setor.

Utilizando a base de dados da AidData, Winters e Martinez (2015) analisam como os países ofertantes de ajuda externa reagem de acordo com a governança do país receptor de ajuda externa. Os autores observaram que países que possuem melhor governança obtêm um maior volume de ajuda externa bilateral e multilateral, além de receber ajuda externa via um número maior de modalidades e setores. Doadores bilaterais aumentam proporcionalmente a oferta de ajuda externa em países com boa governança tanto para projetos de ajuda externa quanto para assistência técnica, além de ofertar maior proporção em infraestrutura em relação a ajuda social para países com melhor governança. Outro padrão encontrado pelo artigo é que os doadores ofertam ajuda externa em maior volume e com uma maior variedade de formatos para aliados militares e ex-colônias, especialmente sob a forma de assistência programática.

Milani e Carvalho (2013) estudam a Cooperação Sul-Sul, em contraste com os trabalhos anteriores, que focam na Cooperação Norte-Sul. Os autores consideram que a agenda de cooperação é explicada tanto por fatores sistêmicos globais e regionais (de ordem econômica, geopolítica, relativos à experiência multilateral de cada país) quanto por fatores internos (como a legitimação social, opinião pública e atores não institucionais). Assim, os principais determinantes da oferta de ajuda externa (tanto no destino quanto na forma que é ofertada) seriam a dimensão histórica (a experiência do país em relação à Cooperação Norte-Sul, sua história diplomática, autonomia política e construção de coalizões, integração da Cooperação Sul-Sul com a agenda de política externa), a dimensão geopolítica (processo de integração, segurança regional e comércio internacional), a dimensão institucional (aparto institucional, se existe uma agência responsável pela coordenação da Cooperação, processo decisório e burocrático) e a dimensão política doméstica (legitimação social da ajuda, atores não institucionais e a opinião pública).

Neste trabalho, a ajuda externa é interpretada como resultado de articulações e disputas de diferentes atores, com diferentes objetivos e propostas. A Cooperação Internacional é vista como uma política pública, que depende tanto do cenário político inteiro (dos governos, coalizões, movimentos sociais, entre outros atores) quanto do cenário internacional (embates

ideológicos, alianças, conflitos armados, entre outros), e pode ter diferentes objetivos: de favorecer o desenvolvimento do país receptor a obter apoio em votações internacionais ou referendar a ocupação militar em determinado território. Não necessariamente o discurso dos países ofertantes condiz com o objetivo da oferta de ajuda externa.

Nas próximas seções, a Cooperação Internacional será analisada do ponto de vista histórico (I.3), da ascensão dos novos doadores (I.4) e, nos capítulos específicos dos países estudados – Estados Unidos e China (II.1) e (III.1), do ponto de vista histórico do contexto internacional que o país viveu e da sua política interna. Desse modo, espera-se que a análise dos dados apresentados nos capítulos II.2, II.3, III.2, III.3 seja entendida dentro do amplo contexto da oferta de ajuda externa, levando-se em conta tanto os debates da política doméstica dos dois países quanto o cenário internacional.

I.3 – História da cooperação

A ajuda externa para o desenvolvimento surge com o *The Colonial Development Act*, primeiro estatuto legal que lidava exclusivamente com ajuda externa e criou o *Colonial Development Fund* no valor de um milhão de libras esterlinas ao ano no Reino Unido em 1929. O objetivo do Ato era melhorar as condições sociais das colônias (especialmente no setor rural) e, sobretudo, promover as exportações britânicas em um período em que a libra estava sobrevalorizada. No entanto, a ajuda externa era principalmente ajuda humanitária, e não pensando no desenvolvimento do país receptor no longo prazo (EDWARDS, 2015; LANCASTER, 2007).

O Reino Unido cria o *Colonial Development and Welfare Act of 1945* que amplia o montante destinado à ajuda externa (para 10 milhões de libra por ano) e, mais importante, estabelece que os planos de auxílio devem ser elaborados com consulta de representantes das populações locais. Já nos Estados Unidos a ajuda externa se inicia em 1948, após a Segunda Guerra Mundial (EDWARDS, 2015).

Os EUA pressionam os países europeus e o Japão para ofertarem ajuda externa. Inglaterra e França, potências coloniais, já ofertavam ajuda externa para suas colônias e decidem manter após a independência das ex-colônias, buscando, além de solucionar problemas econômicos nas antigas colônias, manter a sua influência nestes territórios e um processo de independência destes países com menor atrito para que as potências se livrassem das responsabilidades pós-coloniais (LANCASTER 2007).

A ajuda externa japonesa se inicia com as reparações que o país pagou para as nações invadidas após a II Guerra Mundial e se manteve para assegurar o acesso a matérias primas e mercados para suas exportações. A ajuda externa alemã se inicia principalmente via promoção de exportações e, em 1953, o país começa a promover assistência técnica para que importadores de seus produtos os utilizem corretamente. Os países nórdicos (Noruega, Suécia e Dinamarca) criam agências de ajuda e ofertam pequena quantidade de assistência a partir dos anos 1950, e com maior intensidade a partir dos anos 1960.

Os países socialistas também passam a ofertar ajuda externa durante a Guerra Fria. A China e a URSS ofertam US\$1,1 bilhão em 1970, e os países da Europa Oriental ofertam US\$300 milhões no mesmo ano. Assim como nos países ocidentais, a ajuda externa do bloco soviético também tinha função diplomática – tanto com a Guerra Fria contra os países capitalistas quanto com a disputa entre China e URSS. A maior parte da oferta de ajuda externa da União Soviética era direcionada para países socialistas. Entretanto, o país também ajudava nações não socialistas próximas, como Egito, Índia e Síria – mas, ao contrário dos países capitalistas, não procurava manter uma presença constante nos países, por falta de recurso e pessoal. A China também não buscava uma presença constante nos países que ofertava ajuda externa e, assim como a URSS, financiava majoritariamente projetos de infraestrutura (LANCASTER, 2007).

Alguns países emergentes também começaram a ofertar ajuda externa. Os países árabes do Oriente Médio (inicialmente Kuwait, Líbia e Iraque) e seus fundos multilaterais, como o Fundo Árabe para Desenvolvimento Econômico e Social ofertam ajuda externa para países na África e Oriente Médio, buscando principalmente apoio diplomático na disputa com Israel, que também oferta ajuda externa, especialmente para a governos de países africanos. Outros países emergentes, como Brasil, Índia e África do Sul, também ofertam ajuda externa, especialmente para países na sua região buscando reforçar seus papéis de líderes regionais.

O debate teórico sobre como a ajuda internacional pode ajudar os países a se desenvolver cresce nos anos 1950, com a visão que o planejamento estatal deveria guiar a alocação de recursos (existia um ceticismo quanto à eficiência dos mercados), devendo assim o Estado ser proprietário de grandes empresas, bancos e companhias de comércio. O núcleo da ideia do planejamento era que a acumulação de capital físico é a principal fonte de crescimento econômico, e que a disponibilidade de oferta de trabalho não era um entrave para o desenvolvimento econômico, além de não considerar ganhos de produtividade a principal causa do crescimento (e sim sua consequência). Assim, políticas visando o desenvolvimento deveriam

aumentar a taxa de poupança e de investimentos e, em países com taxa de poupança baixa, a ajuda externa estrangeira cumpriria o papel de financiar a acumulação de capital. A partir dos anos 1960, com a ascensão do modelo neoclássico de crescimento de Solow, com ênfase no capital humano, os projetos de ajuda externa focam também em aumentar a escolaridade e reduzir a pobreza nos países receptores (EDWARDS, 2015).

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram eventos globais que ajudaram a elevar o propósito de desenvolvimento na ajuda externa: a diminuição da intensidade da Guerra Fria, com a *détente* entre Ocidente e Oriente; os choques do preço do petróleo em 1973 e 1979, que aumentaram as taxas de inflação e as dívidas dos países em desenvolvimento, gerando crises nos países em desenvolvimento no final da década de 1970; e carestias ocorridas na Etiópia e em Bangladesh em 1974 e na Etiópia em 1984.

Os programas de ajuda externa passam a atuar diretamente em áreas que possam diminuir a desigualdade e a pobreza, focando nas áreas de infraestrutura social, ou seja, projetos na área de educação básica, atenção à saúde primária, construção de estradas em áreas rurais, oferta de água potável, ou seja, em projetos que permitiriam a saída da pobreza pela população mais vulnerável (LANCASTER, 2007).

Nos anos 1980, ocorre uma grande mudança de foco na ajuda externa para o desenvolvimento, com o baixo crescimento dos países desenvolvidos, eleição de Reagan e Thatcher e a Crise do México de 1982. Na visão que se torna dominante, ocorre um aumento do papel da abertura comercial, estabilidade macroeconômica, crescimento das exportações e estabilidade dos mercados para o desenvolvimento dos países. Deste modo, a ajuda externa deveria ser destinada para ajudar a cumprir estas metas, sendo crescentemente condicionada à abertura comercial e liberalização da economia nos países receptores (EDWARDS, 2015).

Em 1981 foram publicados dois relatórios sobre desenvolvimento e ajuda externa na África (*Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action*, do Banco Mundial e conhecido como “Relatório de Berg”, *Markets and States in Tropical Africa: The Political Basis of Agricultural Policies*, de Robert Bates) que atribuíam a má performance do crescimento econômico do continente como resultado de políticas ruins, que atendiam a interesses de burocratas antes de interesses da população e solapava os incentivos ao crescimento, inovação e ganhos de produtividade no setor agrícola.

De acordo com Berg e Bates, ao contrário do que assumia o modelo de planejamento que prevaleceu entre as décadas de 1950 e 1980, os governos africanos não eram instituições que maximizariam o bem-estar da população, mas sim os interesses dos burocratas que haviam

capturado o aparato estatal. Ambos questionavam a efetividade da ajuda externa, e argumentavam que por um longo período ela foi utilizada em políticas que distorciam os incentivos e no setor agrícola e desencorajavam a inovação e o crescimento (EDWARDS, 2015).

Nos anos 1990 ocorreram mais mudanças na oferta de ajuda externa. Com o fim da Guerra Fria, a relevância diplomática da ajuda externa diminuiu para alguns governos, enquanto novos objetivos surgem, como o apoio a transição de antigos países socialistas para o capitalismo, promoção da democracia e resolução de conflitos.

As crises econômicas do final dos anos 1990 também foram responsáveis por mudanças na oferta de ajuda externa. Como muitas crises (como a do México em 1994-5, Tailândia, Malásia, Indonésia e Coreia do Sul em 1997-8, da Rússia em 1998, entre outras) foram crises cambiais causadas por políticas inflexíveis de conversão cambial, modelo recomendado por agências que ofertavam ajuda externa como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a resistência a de intelectuais e formuladores de políticas a medidas do Consenso de Washington cresceu. Tanto o BM quanto o FMI revisaram suas recomendações nos anos 2000 e passaram a apoiar o controle de fluxo de capitais e as chamadas medidas macroprudenciais em determinadas situações, como uma maneira de evitar as forças desestabilizadoras dos movimentos abruptos de capitais e as crises cambiais (EDWARDS, 2015).

A intensificação do processo de globalização foi outro importante elemento que moldaria o contexto da ajuda externa nos anos 1990. A facilitação do transporte, maior acessibilidade a lugares remotos e sobretudo a revolução nas tecnologias de informação permitiram que as pessoas obtivessem conhecimento e informações de diversos lugares do mundo com maior facilidade. A expansão do comércio internacional e do investimento estrangeiro aumentou a interdependência econômica entre os países. Com o maior fluxo de informação, problemas antes considerados distantes ganharam maior atenção nos países de primeiro mundo, como conflitos civis, problemas ambientais, pobreza, epidemias de HIV, entre outros.

Em 1990 é lançado o Consenso de Washington, que se torna um guia para as reformas liberalizantes dos países em desenvolvimento (mas não é a origem destas reformas, que já vinham sendo desenvolvidas e implementadas nos países em desenvolvimento). No entanto, as reformas do Consenso de Washington foram implementadas em diferentes graus nos países, e, se por um lado geraram uma queda abrupta na inflação, aumento das exportações e crescimento

do salário real, também geraram monopólios privados (resultados de privatizações realizadas de maneira ineficiente) e o uso de taxas de câmbio sobrevalorizadas para controlar a inflação, o que levou a crises cambiais no final dos anos 1990 (EDWARDS, 2015).

Como consequências destas mudanças no cenário global, a ajuda externa ganhava, nos anos 1990, novas funções: promoção de transição econômica e política (de regimes autoritários ou regimes socialistas para democracias capitalistas), enfrentamento de problemas globais (como a mudança climática), e resoluções de conflito.

Durante os anos 1990, duas visões disputavam a hegemonia sobre a melhor forma de oferta de ajuda externa. Na visão do Banco Mundial, reformas econômicas seriam um meio de estimular o crescimento econômico, enquanto outra visão, associada a ONGs, enfatizava a redução da pobreza via projetos em pequena escala direcionados aos mais pobres, com participação das comunidades na elaboração dos projetos. A USAID apoiava a visão do BM, enquanto as agências escandinavas adotavam a visão das ONGs. No entanto, no meio da década de 1990, o BM começa a enfatizar a importância da participação das comunidades receptoras na elaboração dos projetos.

A oferta de ajuda externa também sofre críticas nos anos 1990. Após décadas de oferta de ajuda externa para países subsaarianos, não se verificou crescimento econômico expressivo nestes países, além da ajuda ser ofertada por meio de diversas agências de diferentes países, de forma fragmentada, absorvendo muita atenção das agências dos governos africanos no planejamento orçamentário. A maior crítica, no entanto, consiste na falta de propriedade da oferta de ajuda externa: os países ofertantes que determinam as prioridades e os projetos, muitas vezes sem a elaboração conjunta com os países receptores.

Estas críticas resultaram em algumas mudanças na oferta de ajuda externa, tanto pelas agências dos países quanto por instituições multilaterais. A USAID começa em 1993 a avaliar a efetividade da sua ajuda (a partir do *Government Performance and Results Act*, que requiriria avaliação de gastos de todas as agências do governo norte-americano), identificando objetivos estratégicos dos projetos e medindo o progresso esperado em um intervalo de tempo. Esta estratégia é seguida por outras agências governamentais ao redor do mundo. Outra mudança foi a maior seletividade na oferta de ajuda externa, na qual os países ofertantes levavam em conta não apenas as políticas macroeconômicas dos países receptores, mas também o grau de corrupção do governo, abertura política, gastos do governo com serviços sociais, entre outras medidas.

Outra forma de enfrentar a ineficiência da ajuda externa nos anos 1990 foi combater o seu uso para interesses comerciais dos países doadores. Foram feitos dois acordos internacionais para enfrentar este problema. O primeiro foi o “Acordo sobre Diretrizes para Créditos de Exportação com Apoio Oficial”, que envolvia esquemas de crédito misto, onde o país ofertante atrelava a ajuda externa a algum interesse comercial (como construção de infraestrutura), torna-se permitido apenas para países menos desenvolvidos, em projetos que não pudessem atrair financiamento comercial e com um subsídio de ao menos 35%. O segundo acordo, envolveu o combate de ajuda ligada (*tied aid*), na qual o país receptor deve gastar a ajuda externa comprando bens ou serviços do país que forneceu a ajuda. Em 2001, os países da DAC/OECD firmaram o primeiro acordo para diminuir a oferta de ajuda ligada.

Em 2000, a ONU lançou os oito “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (i. acabar com a fome e a miséria; ii. oferecer educação básica de qualidade para todos; iii. promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; iv. reduzir a mortalidade infantil; v. melhorar a saúde das gestantes; vi. combater a Aids, a malária e outras doenças; vii. garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; viii. estabelecer parcerias para o desenvolvimento). Estes objetivos, acordados por 191 países, serviram como metas para a oferta de ajuda externa.

Outro importante esforço no campo de ajuda externa foi a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (sigla NEPAD, em inglês), adotado por países da União Africana em 2001 e pretendia enfatizar a boa governança, manutenção da paz e segurança e integração regional. A grande inovação do NEPAD foi a revisão por pares dos projetos de ajuda externa, realizada por pesquisadores africanos, adotando um modelo de boa governança em troca de aumento na oferta de ajuda externa (LANCASTER, 2007).

I.4 - Os novos doadores

O campo de estudos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento tem se debruçado, recentemente, no tema de Cooperação Sul-Sul (CSS), com os países em desenvolvimento como doadores emergentes. No entanto antes de avançar na discussão é preciso conceituar Cooperação Sul-Sul e países emergentes (ou países em desenvolvimento).

Países emergentes buscam consolidar sua influência no cenário internacional de desenvolvimento e podem ser definidos de acordo com as características que possuem: i) forte identidade internacional, baseada em uma clara visão de ordem mundial e o entendimento da

posição atual e potencial do país nesta ordem; ii) geralmente estão situados em diferentes contextos estruturais das economias industrializadas, mas cujas capacidades materiais se desenvolveram de tal modo que permitem um certo grau de influência na economia global; iii) seu comportamento tende a ser influenciado por uma agenda diferente daquela que influencia as potências tradicionais, isto é, não necessariamente enfatizam o envolvimento em questões de áreas que envolvem um senso de responsabilidade ética ou moralmente infundida em relação à comunidade internacional; iv) suas estratégias possuem um caráter reformador; v) são também potências regionais (HUELSZ, 2009, apud VADELL, BRUTTO e LEITE, 2015).

Cooperação Sul-Sul é um termo que vem sendo amplamente utilizado na literatura, mas possui difícil conceituação. Milani e Carvalho (2013) apontam que

[...] a CSS pode incluir em sua agenda uma gama ampla de formas de cooperação entre países em desenvolvimento, desde os espaços multilaterais de negociação [...], a formação de coalizões políticas [...], passando pela promoção do comércio Sul-Sul [...], pela construção de espaços regionais de integração [...], financiamento de projetos de infraestrutura via empréstimos subsidiados, até modalidades de transferência de tecnologia, intercâmbio de experiências no campo das políticas públicas e cooperação técnica por meio de ministérios, agências, entidades subnacionais, universidades e organizações não governamentais (Milani e Carvalho, 2013, p.16).

Neste trabalho, a Cooperação Sul-Sul é definida como a oferta de ajuda externa de um país em desenvolvimento para outro país em desenvolvimento ou menos desenvolvido, ou seja, leva em conta apenas as últimas categorias citadas (excluindo os espaços multilaterais de negociação, formações de coalizões políticas, promoção do comércio Sul-Sul e construção de espaços regionais de integração). Os termos Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e ajuda externa são utilizados de forma intercambiável, ainda que cada país prefira adotar determinado termo (a China utiliza Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, enquanto os Estados Unidos utilizam Ajuda Externa).

A ascensão dos novos doadores pode ser um importante instrumento para reequilibrar a distribuição de poder global, ampliando as opções de fontes de ajuda para os países em desenvolvimento, além de promover métodos alternativos para o financiamento do crescimento econômico. No entanto, a ajuda externa ofertada pelos novos doadores também é alvo de críticas. Como aponta Mawdsley (2012), alguns autores consideram que países como China, Venezuela, Irã e Arábia Saudita (considerados por estes autores como doadores desonestos) podem utilizar a oferta de ajuda externa para promover seus próprios interesses nacionais às custas dos países mais pobres, enquanto erodem a governança global.

Apesar de ser um grupo expressivo e heterogêneo, englobando países com histórias e visões políticas e de desenvolvimento diversas (como China, Brasil, Turquia e África do Sul,

por exemplo), os doadores emergentes possuem algumas características em comum. Por serem ou já terem sido eles próprios recebedores de ajuda externa, possuem uma visão mais sensibilizada sobre as necessidades e percepções dos países menos desenvolvidos.

É possível identificar alguns aspectos em comum no discurso de Cooperação Sul-Sul dos doadores emergentes. Os principais pontos são:

- i. a afirmação da existência de uma experiência compartilhada de exploração colonial e vivência de suas consequências, além da vulnerabilidade contemporânea a práticas econômicas liberais incentivadas por países desenvolvidos;
- ii. a expertise em determinadas abordagens e tecnologias que podem auxiliar no desenvolvimento do país receptor, baseados na identidade e experiências compartilhadas, além do status de desenvolvimento em comum;
- iii. rejeição explícita das relações hierárquicas e forte articulação dos princípios de respeito e soberania nacional;
- iv. insistência no discurso de resultados *win-win* da Cooperação Sul-Sul, considerada uma forma de desenvolvimento mútuo entre o país ofertante e o país receptor (MAWDSLEY, 2012).

O quadro abaixo, modificado de Mawdsley (2012), resume as principais diferenças entre as reivindicações simbólicas dos doadores emergentes e tradicionais, apontando algumas diferenças no discurso da Cooperação Sul-Sul e da Cooperação Norte-Sul.

Quadro 1 – Comparação entre Doadores Tradicionais e Emergentes

Doadores Tradicionais (Cooperação Norte- Sul)	Doadores Emergentes (Cooperação Sul-Sul)
--	---

Caridade	Oportunidade
Obrigação moral para com os menos afortunados	Solidariedade com os outros países de Terceiro Mundo
<i>Expertise</i> baseada em conhecimento, instituições, ciência e tecnologia superiores	<i>Expertise</i> baseada na experiência direta de perseguir o desenvolvimento nas circunstâncias de país pobre
Simpatia pelo diferente e pelos outros distantes	Empatia baseada na identidade e experiência compartilhada
A virtude da suspensão e da obrigação, a falta de reciprocidade	A virtude de benefício mútuo e reconhecimento da reciprocidade

Fonte: Mawdsley (2012, p.153)

Outra característica da Cooperação Sul-Sul é a mudança de foco da efetividade da ajuda externa dos resultados da ajuda (diretos) para os resultados em todo o processo de desenvolvimento do país, que leva em conta outros fatores, tanto internos quanto externos, e têm implicações também para os setores da economia que não receberam ajuda externa. Apenas após o Fórum de Busan (2011) os países do OECD/DAC adotaram a mudança de foco de efetividade da ajuda para efetividade do desenvolvimento como um todo. Enquanto as diretrizes da Cooperação Sul-Sul, que foram lançadas na Conferência de Bandung em 1955, colocavam forte ênfase na cooperação econômica com base no interesse e respeito mútuo entre os países participantes, levando em conta também o comércio e o investimento, por exemplo, as diretrizes da ajuda externa da OECD/DAC, formuladas após o Plano Marshall na década de 1940, consideravam que perseguir interesses econômicos por meio da cooperação para o desenvolvimento reduziria o valor ou a relevância da ajuda (NOGUEIRA e VIRTANEN, 2015).

A Cooperação Sul-Sul emergiu quando os países do Sul global buscavam uma nova maneira de se posicionar em um sistema internacional bipolar e promover respeito pela independência e soberania internacional em relação às potências mundiais. Em seu artigo, Vadell, Brutto e Leite (2020) identificam quatro períodos no qual é possível dividir a Cooperação Sul-Sul de desenvolvimento, de acordo com o foco na cooperação de cada período.

O primeiro período ocorre entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o lançamento do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), entre 1945 e 1978, quando os princípios da Cooperação Sul-Sul foram desenvolvidos. Foi uma fase de consolidação da cooperação entre os países em desenvolvimento, onde os países do Sul ganharam maior destaque, reduzindo o

desbalanceamento do sistema internacional. Em 1955 ocorreu a Conferência de Bandung, onde vinte e nove países asiáticos e africanos adotaram os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e mostraram sua rejeição tanto ao colonialismo europeu quanto à rivalidade entre EUA e URSS, defendendo o direito de autodeterminação para os países recém independentes (VADELL, BRUTTO e LEITE, 2020).

O segundo período se inicia depois ao lançamento do PABA e vai até os anos 2000. Após o Plano, os países em desenvolvimento adotam o termo “ajuda horizontal”, contrastando à “ajuda vertical” ofertada pelos países desenvolvidos. Foi lançada a base para a Cooperação Sul-Sul na América Latina, cujos principais objetivos seriam fortalecer a interdependência econômica, social e política; acelerar o desenvolvimento; e corrigir as distorções no sistema internacional causadas pelas assimétricas relações de poder na época colonial.

O terceiro período se inicia nos anos 2000, com o aprofundamento da globalização econômica e o desenvolvimento das novas economias emergentes. A globalização permitiu uma maior integração das economias em desenvolvimento na rede de manufatura global, e a integração multilateral e regional resultou em um maior nível de comércio e investimento; desse modo, países em desenvolvimento poderiam se beneficiar de suas vantagens comparativas e crescer a taxas maiores, beneficiando também outros países emergentes. A partir deste período a Cooperação Sul-Sul passou a ser vista como complementar à Cooperação Norte-Sul (entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento).

O quarto período teve início em 2009, e foi marcado por um aumento na demanda de cooperação entre os países em desenvolvimento após o questionamento dos princípios e regras de governança da ordem econômica Ocidental e, conseqüentemente a sua política após a crise de 2008. A discussão atual de efetividade da ajuda externa é um tema extremamente complexo. Muitos países em desenvolvimento argumentam que que a ajuda tradicional, baseada nos princípios da OECD/DAC, é ineficiente em garantir o desenvolvimento. Isso ocorre porque a Cooperação Norte-Sul gera dependência e, em certo nível, uma necessidade de retribuição da ajuda recebida.

I.5 – Conclusões parciais

A Cooperação Internacional surge no final da década de 1920 com o principal objetivo de melhorar o desempenho das exportações britânicas com a libra desvalorizada. Após a II Guerra Mundial a ajuda externa se torna uma importante peça da política externa das principais

potências mundiais, que buscam atrair outros países para suas zonas de influência. É neste contexto de Guerra Fria que os EUA lançam o Plano Marshall para a Europa, e a União Soviética e a China oferecem ajuda externa para outras nações socialistas e aliados, como Índia e Egito. A partir dos anos 1950, novas teorias que legitimam a oferta de ajuda externa surgem (como a teoria do planejamento estatal e posteriormente o desenvolvimento do modelo de Solow, entre outras), mostrando que a ajuda externa pode ter não apenas uma função diplomática e política, mas também apoiar o desenvolvimento socioeconômico dos países receptores.

Os países emergentes também ofertam ajuda externa, mas com características que diferem dos países do OECD/DAC - com maior foco para o desenvolvimento do país e não apenas de determinados setores, uma retórica de maior solidariedade e cooperação para o desenvolvimento em conjunto, entre outras diferenças. A oferta de ajuda externa por países emergentes, ou a Cooperação Sul-Sul, passa por diferentes etapas nos séculos XX e XXI, de complementar à questionadora da ajuda tradicional baseada nos princípios da OECD/DAC. No começo do século XXI a China emerge como grande potência econômica e principal doador emergente. Desse modo, nos dois capítulos subsequentes serão analisados, respectivamente, a oferta de ajuda externa dos Estados Unidos, principal ofertante de ajuda externa tradicional, e a oferta de ajuda externa chinesa.

CAPÍTULO II – ESTADOS UNIDOS COMO DOADOR

Este capítulo analisa a oferta de ajuda externa ofertada pelos Estados Unidos entre a década de 1940 e a década de 2010. Todos os dados utilizados neste capítulo são provenientes

da base de dados do site *Foreign Aid Explorer*, da USAID. Foram considerados apenas os projetos realizados via governo (ajuda bilateral) e transações do tipo obrigações¹, e todos os valores indicados estão em dólares constantes de 2016. O capítulo é dividido em três partes. Na primeira, é feita uma revisão histórica da ajuda externa norte-americana desde o início da oferta de ODA, em 1947, até o início da década de 2000. A segunda parte analisa a forma de oferta da ajuda externa entre 2000 e 2014, segundo a divisão de categorias (em que setores os projetos são realizados) e tipos (como a ajuda externa é ofertada) do Anexo 12 do OECD/DAC (2018). A terceira parte analisa o destino da ajuda externa, mostrando os principais países receptores entre 2000 e 2014. O capítulo encerra com as conclusões parciais, que retomam as principais considerações de cada seção.

II.1 – História da ajuda externa dos Estados Unidos

O debate sobre a ajuda externa nos Estados Unidos existe desde o final do século XVIII. Duas visões antagônicas pautaram o debate por um longo período - até meados do século XX, quando se tornou amplamente aceitável que o governo auxiliasse os mais necessitados. Os liberais clássicos argumentavam que o uso de dinheiro público para auxiliar os mais necessitados, especialmente no exterior, era inapropriado e ilegal, não sendo permitido pela Constituição. Já os humanitários afirmavam que o governo deveria auxiliar os necessitados com base na obrigação moral (LANCASTER, 2007).

No entanto, a ajuda internacional ao desenvolvimento só surge como instrumento de condução da política pública e de defesa dos interesses nacionais no exterior no pós-Segunda Guerra. Os Estados Unidos começaram a fornecer ajuda externa na forma de ODA em 1947, com o advento da Guerra Fria. Os primeiros países a receber ODA norte-americana foram a Grécia e a Turquia, com o intuito de evitar o avanço da influência soviética na região. No mesmo ano foi anunciado o Plano Marshall, programa de quatro anos com a finalidade de reconstruir e assegurar a estabilidade econômica da Europa pós-guerra, limitando a influência soviética no continente e o fortalecimento de partidos comunistas nacionais (LANCASTER, 2007).

No final da década de 1940 e início da década de 1950, dois eventos foram fundamentais para que os Estados Unidos expandissem o seu fornecimento de ODA. A Revolução Chinesa

¹ Obrigações representam os fundos que as agências do Governo dos Estados Unidos se comprometem a gastar em esforços de ajuda externa, utilizando os fundos para projetos ou atividades específicos.

em 1949, e a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte em junho de 1950. O imperativo da Guerra Fria fez com que a ajuda externa americana não fosse interrompida após a conclusão do Plano Marshall, com o incentivo para os países europeus que tinham fronteira com a União Soviética ou a China modernizarem suas forças militares e se juntarem a pactos ou alianças com os Estados Unidos (LANCASTER, 2007).

Nos anos 1950 a disputa da Guerra Fria se acirrou, com o desenvolvimento econômico soviético e o aumento da sua influência nos países mais pobres. Surgiu também o movimento dos países não alinhados após a Conferência de Bandung, em 1955. Estes países procuravam não ser absorvidos por nenhum dos dois campos, negociado com ambos e buscando o máximo de vantagem com as duas potências.

A oferta de ODA pelos EUA, entretanto, não era um consenso. Diversos políticos norte-americanos argumentavam que a ajuda externa teve o efeito contrário do esperado; na década de 1950, a Guerra Fria, ao invés de diminuir, tomou proporções maiores, se espalhando por diversas regiões do globo. Políticos liberais argumentavam que o foco na assistência deveria ser em desenvolvimento de longo prazo. Um dos principais expoentes desta ideia foi Rostow, com sua teoria de desenvolvimento e modernização – na qual os países seguem o processo de desenvolvimento por uma série de estágios até alcançarem a maturidade e o estágio de sociedade de consumo em massa (ROSTOW, 1959). Neste sentido, a falta de crescimento e modernização poderia servir de apoio para doutrinas radicais, como o comunismo. O papel da ajuda externa, portanto, deveria ser promover esta modernização e aliviar qualquer atrito que pudesse ser causado por ela. Suas ideias influenciaram fortemente a política adotada pelos EUA nos anos 1950 e 1960 (LANCASTER, 2007).

Em 1957 as ajudas militar e civil foram separadas, e foi criado o *Development Loan Funding* (DLF) com o objetivo de fornecer crédito concessional para outros países. Um ano depois, os EUA apoiaram a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento do Banco Mundial (*World Bank's International Development Association*, ou WB/IDA), estabelecida em 1960. Outra iniciativa na década de 1960 foi a criação do Banco InterAmericano de Desenvolvimento (*InterAmerican Development Bank*, ou IADB), um banco regional de desenvolvimento com o objetivo de realizar empréstimos para os países da América Latina e Caribe para projetos de desenvolvimento.

Em 1961, é estabelecida o Aliança Pelo Progresso, com o objetivo de evitar novas revoluções comunistas na América Latina. O foco do programa, que durou até 1969, era o investimento em educação e infraestrutura, visando promover o desenvolvimento e a

democracia. Na década de 1960, diversos países africanos obtiveram sua independência, e os EUA ofereceram ajuda para grande parte destes novos países (LANCASTER, 2007).

Também em 1961 foi criada a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development, ou USAID*), com a junção de duas agências (*Development Loan Fund* e a *International Cooperation Agency*), e seria semi-independente do Departamento de Estado. O principal objetivo com a criação da agência era centralizar a oferta de ODA pelos Estados Unidos, que era burocraticamente fragmentada e com uma administração difusa, o que influenciava negativamente no resultado. A assistência ofertada pelo USAID era condicional aos esforços e planos do governo receptor para o desenvolvimento de longo prazo do país (LANCASTER, 2007).

Os Estados Unidos publicaram ainda na década de 1960 o Ato de Ajuda Externa de 1961 (*Foreign Assistance Act of 1961*), que define e determina cinco principais objetivos da ajuda externa. Os objetivos são: i) aliviar as piores manifestações físicas da pobreza para a maioria pobre do mundo; ii) promover condições que permitam que países em desenvolvimento alcancem o crescimento econômico autossustentado com igualdade na distribuição de benefícios; iii) encorajar o processo de desenvolvimento no qual os direitos civis e econômicos dos indivíduos sejam respeitados; iv) integrar os países em desenvolvimento em um sistema econômica internacional aberto e igualitário; e v) promover a boa governança através do combate à corrupção e melhora da transparência e responsabilização (United States of America, 1961).

Conforme a USAID ampliava a oferta de ODA, a sua função diplomática e sua proposta de desenvolvimento começaram a conflitar. Enquanto os funcionários da agência defendiam maior alocação da ajuda para os países que mostrassem melhores resultados no desenvolvimento dos governos destinatários, o governo americano defendia a alocação para os países mais relevantes diplomaticamente.

Durante a primeira metade dos anos 1970, após crescer nos anos 1960, o montante de ajuda externa destinado pelos EUA a outros países diminuiu. Sem novas ameaças de revoluções comunistas na América Latina e com a diminuição da influência soviética no continente africano, parte da ajuda externa norte-americana foi direcionada para o Vietnã, Laos e Camboja, efeito da Guerra do Vietnã. O percentual de ajuda ofertada via organismos multilaterais também se expandiu no período, como forma de separar o auxílio ao desenvolvimento e os interesses diplomáticos (LANCASTER, 2007).

No entanto, uma crise na região do Sahel levou à fome a Etiópia em 1974. No mesmo ano, ocorreram fortes enchentes em Bangladesh, levando à destruição e à fome. Neste período a ajuda externa norte-americana na forma de ajuda alimentar mais do que dobrou e se elevou constantemente após o período. Outro evento que levou ao aumento da ajuda externa ofertada pelos EUA foi a Guerra do *Yom Kippur* em 1973. Após o cessar-fogo, o governo norte-americano pressionou para que Egito e Israel assinassem um tratado de paz. Mesmo não alcançando seu objetivo, a pressão do governo norte-americano fez com que os dois países reafirmassem seu cessar-fogo e se comprometessem a resolver suas diferenças pacificamente no futuro. A ajuda externa oferecida pelos EUA a esses países funcionou como um forte incentivo para este desfecho; os dois países se tornaram os maiores receptores de ajuda externa norte-americana (LANCASTER, 2007).

A partir de 1989 e no início dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria e o surgimento de novos países no Centro e Leste Europeus, o governo norte-americano direciona sua ajuda externa para auxiliar o processo de transição do comunismo para o capitalismo dos países após o colapso da União Soviética. Também foi direcionada ajuda externa para apoiar a sociedade e aperfeiçoar a governança de diversas nações na África Subsaariana que se democratizaram nos anos 1990. O fim da Guerra Fria não levou ao fim da ajuda externa com propósitos diplomáticos, mas mudou seus objetivos. A ODA para uso diplomático pode ser dividida em duas categorias; ajuda externa como um incentivo à pacificação (buscando encerrar um conflito), e ajuda externa com o objetivo de reconstrução após um conflito.

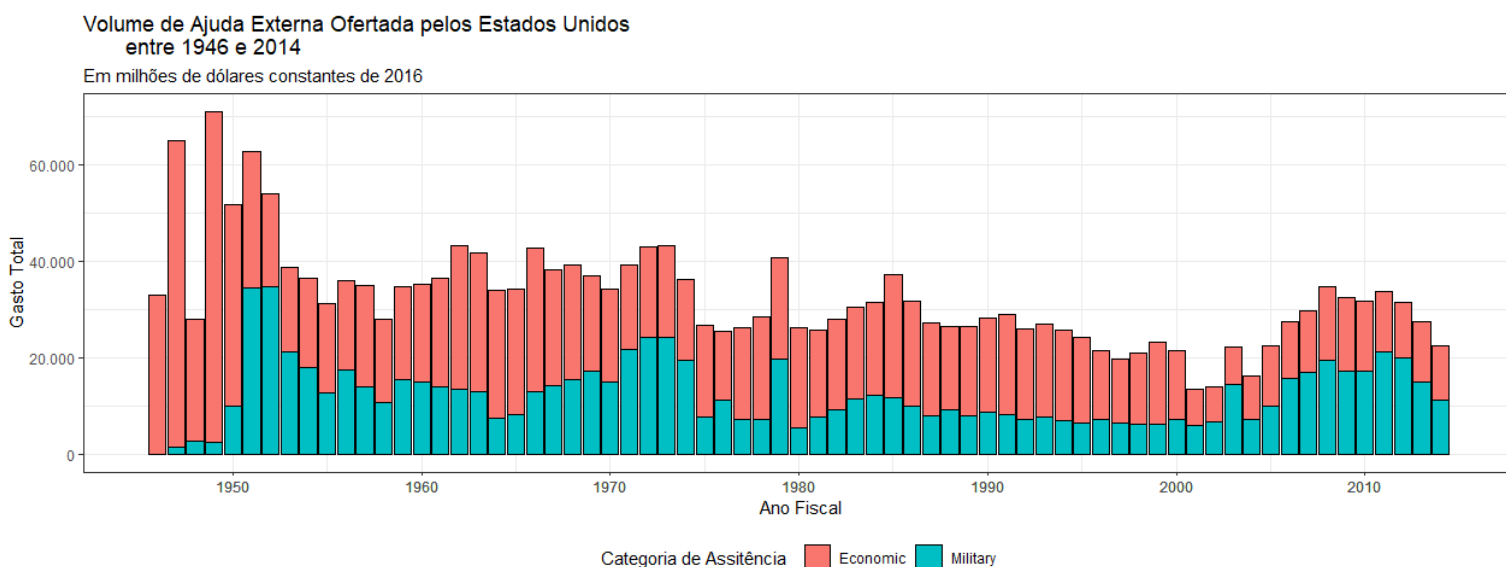
Após uma diminuição na ajuda externa na segunda metade dos anos 1990, o montante destinado à ajuda externa pelos Estados Unidos voltou a crescer no início dos anos 2000. Em 2002 é criada a *Millenium Challenge Corporation* (MCC), uma nova agência que administraria fundos destinados para o desenvolvimento. No mesmo ano, o desenvolvimento externo foi elevado a uma das três prioridades da política externa dos Estados Unidos, junto com defesa e promoção da democracia no exterior.

A visão da sociedade e dos políticos norte-americanos também muda no início dos anos 2000; muitos começam a crer que os Estados Unidos, como nação desenvolvida, têm o papel de ajudar os países menos desenvolvidos. Os grupos religiosos, tradicionalmente mais conservadores, desempenharam um importante papel: quando familiarizados com a pobreza e fome durante missões no exterior, se organizaram e advogaram aos políticos por um aumento na ajuda externa para os mais vulneráveis, o que pode diminuir a resistência de políticos conservadores à pauta de ajuda externa.

Durante a segunda metade do século XX, a ajuda externa norte-americana viveu em um dualismo; de um lado seu objetivo diplomático, e de outro seu caráter de desenvolvimento. Este dualismo surgiu do conflito de ideias envolvendo ajuda externa que foram amplificadas pelas instituições políticas norte-americanas, reforçadas pelos interesses envolvidos no tema e embutidas na forma de organização da ajuda externa dos EUA (LANCASTER, 2007).

O gráfico abaixo, elaborado a partir da base de dados da USAID, mostra a variação da ajuda externa norte-americana entre 1946 e 2014 (em milhões de dólares constantes de 2016), dividida entre Ajuda Econômica e Ajuda Militar. A ajuda externa sob a forma de assistência econômica é dividida em duas: a ajuda externa com humanitária, que foca no alívio de emergência humanitárias e de problemas resultantes de conflitos; e ajuda externa para o desenvolvimento, que busca incentivar o desenvolvimento sustentável, baseado tanto no progresso econômico quanto na estabilidade política nos países em desenvolvimento (USAID, 2019).

Gráfico 1 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA entre 1946 e 2014



Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

É possível perceber que a ajuda militar aumenta no final da década de 1940 e início da década de 1950, com a eclosão da Guerra da Coreia. Ocorre uma diminuição tanto da ajuda econômica quanto militar ainda na primeira metade da década de 1950, que variam em menor escala até meados da década de 1970. Na segunda metade da década de 1970, a oferta de ajuda externa volta a diminuir, e, em média, não sofre grandes variações até o início dos anos 2000,

quando volta a reduzir de nível. No entanto, a partir da segunda metade da década, a oferta de ajuda externa é puxada para cima pelo aumento da oferta de ajuda militar e volta ao mesmo patamar dos anos 1980.

Durante as duas décadas finais da Guerra Fria (entre 1977 e 1990), a ajuda externa dos Estados Unidos era determinada, principalmente, de acordo com as metas de segurança sistêmica do país, ou seja, preocupado em garantir a sua segurança e soberania no cenário global. Os principais determinantes da ajuda externa norte-americana no período foram a presença militar norte-americana no país, se o país receptor fazia fronteira com uma nação comunista, o seu nível de democracia e a sua renda per capita, com uma relação negativa (MEERNICK, KRUEGER e POE, 1998).

Já no período logo após o fim da Guerra Fria (entre 1991 e 1994), a oferta de ajuda externa não era mais alocada de acordo com as metas sistêmicas dos Estados Unidos. Ocorre uma mudança em direção a uma abordagem que privilegie as ideologias do Estado, como o nível de democracia e direitos humanos, além de ser ter uma relação inversa com o desenvolvimento econômico no país receptor de ajuda (MEERNICK, KRUEGER e POE, 1998).

Resultados similares são encontrados por Alesina e Dollar (2000), segundo os quais, em geral, os determinantes mais fortes para a alocação da ODA são questões políticas e estratégicas, e fatores como pobreza e desenvolvimento de democracia são menos relevantes do que questões geopolíticas. No caso específico dos Estados Unidos, os autores encontram como resultados que o país privilegia Israel e Egito, importantes aliados internacionais, e democracia, abertura comercial e pobreza dos países receptores são outros fatores que influenciam na alocação de ajuda externa.

Entre 1995 e 2000, os EUA provêm ajuda externa em troca de políticas que favoreçam a liberalização comercial, seguindo o Consenso de Washington, e que possa promover seus interesses econômicos. Assim, os Estados Unidos também obtêm vantagens ofertando ajuda externa, aumentando a competitividade das exportações americanas nos países receptores, ou indiretamente melhorando o ambiente de comércio e investimento para os norte-americanos, podendo se tornar um instrumento útil para o apoio político doméstico. Os países receptores, após receberem ajuda externa, sofrem pressões para abrir a economia, mas não seguem necessariamente as recomendações dos Estados Unidos (WHANG et al., 2019). Ou seja, a ajuda passa a ser condicionada, mas nem sempre as condições são cumpridas pelos países receptores, apesar da pressão norte-americana.

II.2 – Principais categorias de ajuda externa

Nesta sessão serão analisados dois pontos: as principais categorias de oferta de ajuda externa e os principais tipos. As categorias de oferta de ajuda externa são as áreas em que os projetos são realizados (como educação, governança, saúde e população entre outros), enquanto os tipos são as formas que a ajuda externa é ofertada (por meio de projetos, assistência técnica, perdão de dívidas, entre outras formas).

A base de dados utilizada na pesquisa, da USAID, separa ajuda externa em dez diferentes categorias, utilizando a mesma categorização do OECD/DAC. Uma breve explicação de cada área está no Quadro 5 do Anexo, baseado no Anexo 12 do documento do OECD/DAC (2018). As categorias utilizadas são:

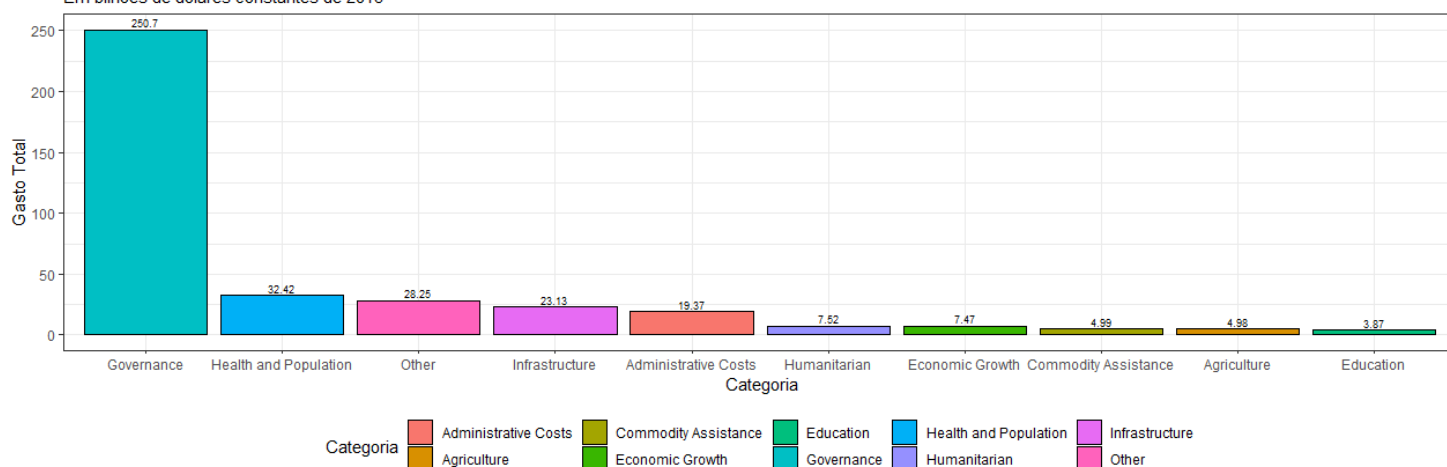
- i. Education (educação);
- ii. Health and Population (saúde e população);
- iii. Governance (governança);
- iv. Infrastructure (infraestrutura);
- v. Economic Growth (crescimento econômico);
- vi. Agriculture (agricultura);
- vii. Other (outros);
- viii. Commodity Assistance (assistência para commodities);
- ix. Humanitarian (ajuda humanitária);
- x. Administrative Costs (custos administrativos).

No período estudado, entre 2000 e 2014, a principal categoria de ajuda externa que os Estados Unidos ofertaram foi Governança (com o total de US\$251 bilhões), seguida por Saúde e População (US\$32,4 bilhões), Outros (US\$28,3 bilhões), Infraestrutura (US\$23,1 bilhões), Custos Administrativos (US\$19,4 bilhões), Ajuda Humanitária e Crescimento econômico (ambas com aproximadamente US\$7,5 bilhões cada), Assistência para Commodities e Agricultura (ambas com aproximadamente US\$4,9 bilhões) e Educação (US\$3,9 bilhões). O gráfico abaixo ilustra os o volume total de ajuda externa por categoria.

Gráfico 2 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria

Volume de Total Ajuda Externa Ofertada pelos Estados Unidos por Categoria entre 2000 e 2014

Em bilhões de dólares constantes de 2016



Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Considerando as cinco principais categorias de ajuda externa ofertada (Governança, Saúde e População, Outros, Infraestrutura e Custos Administrativos), e analisando os setores destas categorias, percebe-se que o que mais recebeu ajuda externa norte-americana foi o de Prevenção e Resolução de Conflito, Paz e Segurança, de código 152, recebendo aproximadamente US\$190 bilhões na categoria de Ajuda Militar (o mesmo setor recebeu também aproximadamente US\$ 6 bilhões de Ajuda Econômica). Este setor tem como objetivo auxiliar atividades civis relacionadas à manutenção da paz, prevenção e resolução de conflitos, participação em operações militares de manutenção da paz, reintegração de ex-militares na economia, entre outros.

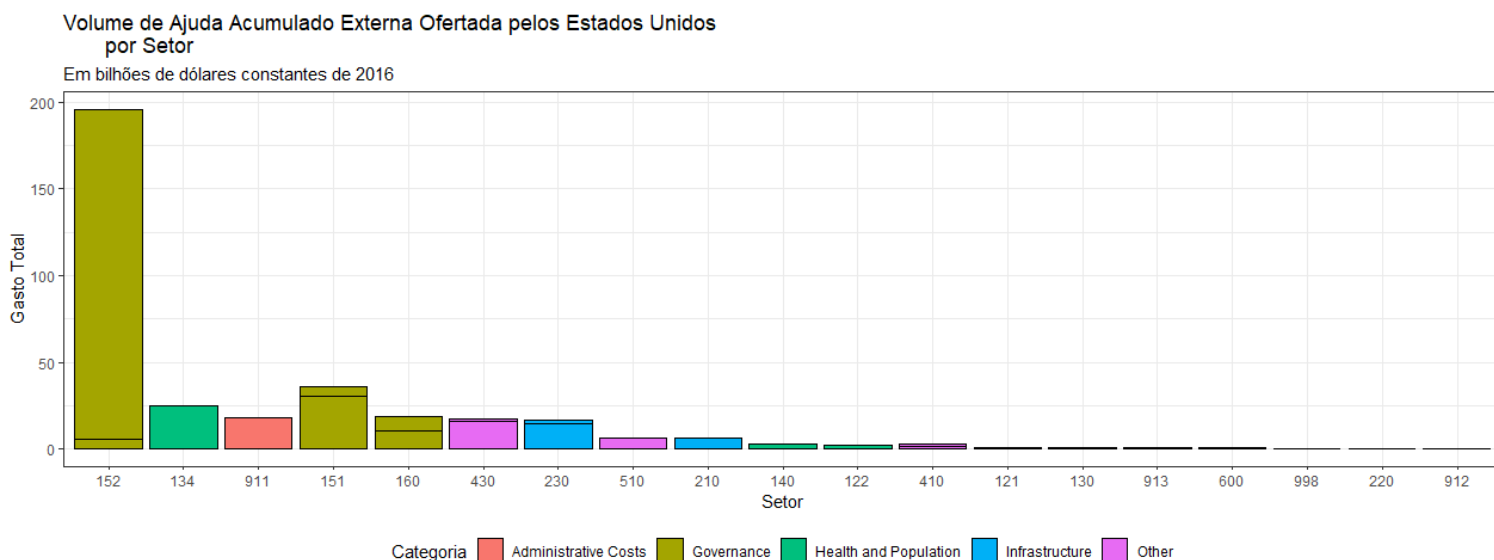
O segundo setor que mais recebeu ajuda externa foi o setor de código 151, Governança e Sociedade Civil em geral. Este setor recebeu aproximadamente US\$31 bilhões na forma de Ajuda Econômica e US\$5 bilhões na forma de Ajuda Militar, e tem como objetivo auxiliar na elaboração e avaliação de políticas do setor público, gerenciamento administrativo, fortalecimento das finanças públicas, apoio aos governos subnacionais, auxílio no combate à corrupção, auxílio no desenvolvimento do sistema jurídico e a realização de eleições, entre outras funções.

O terceiro setor que mais recebeu ajuda externa foi o setor 134, de Políticas Populacionais, que recebeu aproximadamente US\$25 bilhões de dólares em forma de Ajuda Econômica (este setor não recebe Ajuda Militar). Ele engloba programas de saúde reprodutiva e planejamento familiar, pesquisa populacional e elaboração da dados e controle de DSTs.

O quarto setor que mais recebeu ajuda externa foi o setor 160, de Outros Serviços e Infraestrutura Social, que recebeu aproximadamente US\$11 bilhões em Ajuda Econômica e US\$8 bilhões em Ajuda Militar. Nele estão incluídos a construção e o fortalecimento de serviços de bem-estar social, auxílio na elaboração de políticas de emprego e auxílio para desempregados, fortalecimento da capacidade do Estado de coletar e analisar dados, programas de controle de narcóticos, entre outros programas.

O quinto setor que mais recebeu ajuda externa foi o setor 911, de Custos Administrativos, aproximadamente US\$18 bilhões em Ajuda Econômica (este setor não recebe ajuda militar). Seu objetivo é cobrir o custo administrativo do país doador quando o setor da ajuda ofertada não é alocado. O Gráfico 4 abaixo ilustra os setores que mais receberam ajuda externa dentro das cinco principais categorias de oferta, e o Quadro 2 abaixo do gráfico relaciona o número do setor com seu nome. As Tabelas 1 a 3 do Apêndice A mostram os valores, dividindo entre Ajuda Militar e Ajuda Econômica, e o Quadro 5 do Anexo oferece uma breve explicação do objetivo e dos programas incluídos em cada setor.

Gráfico 3 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Setor das cinco Principais Categorias



Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Quadro 2 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Setor das cinco Principais Categorias: Nomes e Códigos dos Setores

Código DAC	Classificação (nome)	Valor (em bilhões de dólares constantes de 2016)
Health and Population (Saúde e População)		32,42
121	Saúde Geral	1,11

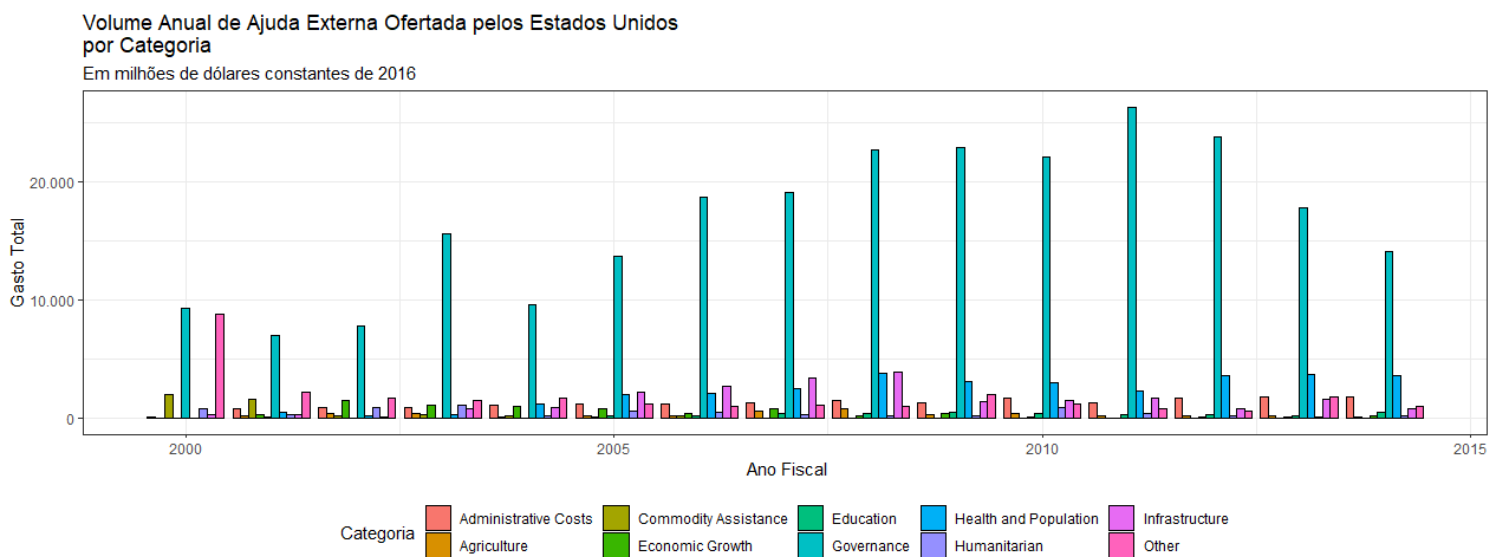
122	Saúde Básica	2,46
130	Políticas Populacionais	0,94
134		25,03
140	Água e Saneamento Básico	2,88
Governance (Governança)		250,70
151	Governo e Sociedade Civil	35,76
152	Prevenção e Resolução de Conflitos, Paz e Segurança	195,88
160	Outros Serviços e Infraestruturas Sociais	19,06
Infrastructure (Infraestrutura)		23,13
210	Transportes e Estocagem	6,37
220	Comunicações	0,14
230	Geração, Distribuição e Eficiência Energética	16,61
Other (Outros)		28,25
410	Proteção Ambiental em Geral	2,97
430	Outros Multissetores	17,60
510	Ajuda Geral para o Orçamento	6,50
600	Ações Relativas a Dívidas	0,70
998	Não Alocada ou Especificada	0,49
Administrative Costs (Custos Administrativos)		19,37
911	Custos Administrativos	18,35
912		0,09
913		0,93

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

O principal objetivo da oferta de ajuda externa norte-americana no período, portanto, está ligado à resolução de conflitos e manutenção da paz, especialmente por meio do auxílio militar. O resultado corrobora com os principais objetivos definidos para a ajuda externa após os ataques de 11 de setembro de 2001, com foco em programas de combate ao terrorismo e relacionados aos esforços militares das intervenções do Afeganistão e Iraque. Lawson e Morgenstern (2020) apontam que a temática de segurança nacional sempre foi predominante dos Estados Unidos na oferta de ajuda externa (uma das três principais motivações para a oferta de ajuda externa, além de interesses comerciais e preocupações humanitárias). Os autores também apontam transições democráticas para os países do Leste Europeu após a dissolução da União Soviética e combate à produção e ao tráfico internacional de drogas ilícitas na região dos Andes como objetivos da agenda de segurança nacional norte-americana nos anos 2000.

O gráfico abaixo mostra o valor anual de ajuda externa alocada por categoria entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016. A principal categoria de ajuda externa durante todo o período foi Governança, que se expandiu entre 2004 e 2011, seguido por Outros entre 2000 e 2004 e Infraestrutura entre 2005 e 2008. A partir de 2009, Saúde e População assumem a segunda colocação. As tabelas 4 a 18 do Apêndice A mostram os gastos anuais em cada Categoria OECD/DAC entre 2000 e 2014.

Gráfico 4 - Volume Anual de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria



Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Além da classificação em categorias, a USAID também classifica sua ajuda externa de acordo com seu tipo, ou a forma como ela é ofertada. Os tipos de ajuda externa estão brevemente explicados abaixo, baseado no Anexo 12 do documento do OECD/DAC (2018):

- i. Budget Support (apoio ao orçamento): nesta categoria o doador abre mão do controle exclusivo do seu fundo, compartilhando a responsabilidade com o receptor. Inclui incentivos financeiros para realização de reformas macroeconômicas, contribuições gerais e setoriais para o orçamento;
- ii. Core Contributions (contribuições centrais): nesta categoria, o doador também abre mão do controle exclusivo do seu fundo, mas compartilhando a responsabilidade com terceiros (outros doadores, ONGs, organizações multilaterais). Estão incluídos fundos pagos para Parcerias Público-Privadas (PPP), instituições de pesquisas e ONGs para que desenvolvam atividades nos países receptores, contribuições para organizações multilaterais, contribuições para setores e projetos específicos e para contas autônomas com finalidades específicas;
- iii. Project Type (projetos): nesta categoria os receptores são feitos projetos, que são um conjunto de insumos, atividades ou produtos que são ofertados para o país receptor com o intuito de atingir determinado objetivo período e orçamento definidos. Estão incluídos de pequenos a grandes projetos, com grande variação no tempo e valor;

iv. Technical Assistance (assistência técnica): abrange o fornecimento de *know-how* na forma de envio de pessoal, treinamento e pesquisa não inclusos no tipo de Projetos;

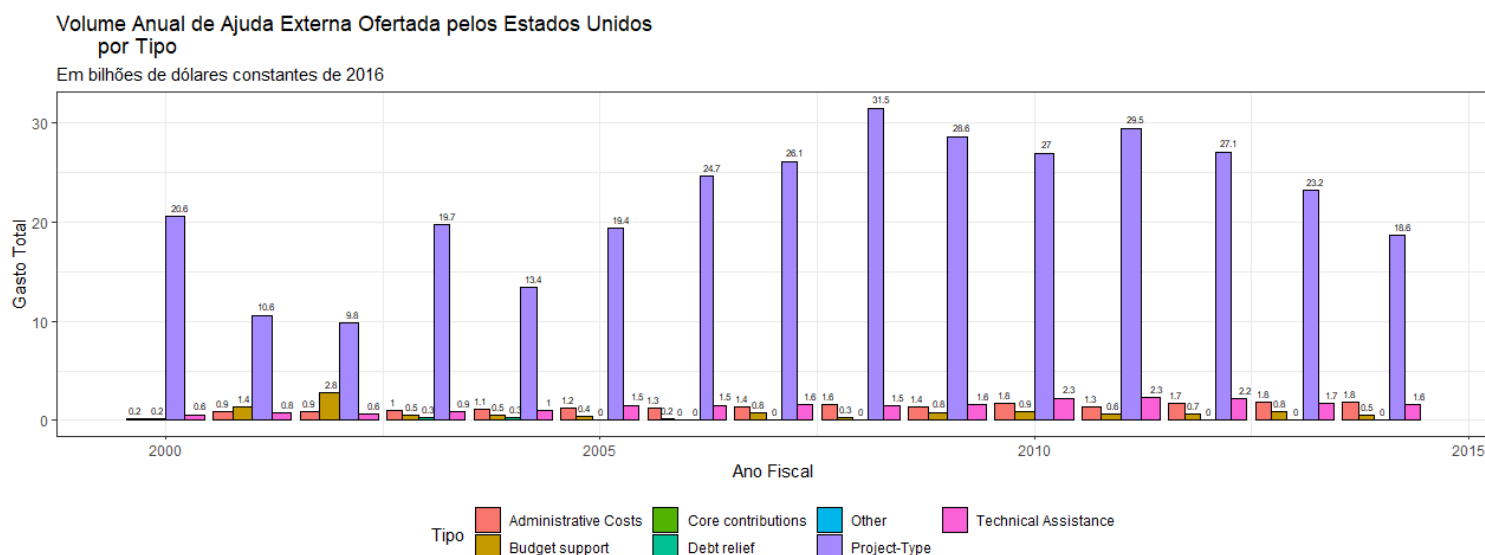
v. Debt Relief (perdão da dívida): inclui todas as ações relacionadas à dívida (perdão, conversões, trocas, recompras, reescalonamento, refinanciamento).;

vi. Administratives Costs (custos administrativos): são os custos administrativos dos programas de assistência ao desenvolvimento não incluídos sob outros itens como parte integrante dos custos de entrega ou implementação da ajuda fornecida;

vii. Others (outros): agrupa contribuições que não dão origem a um fluxo que atravessa fronteiras, como o financiamento de atividades no país doador com o objetivo de aumentar o apoio público à cooperação para o desenvolvimento, e despesas para o sustento de refugiados em países doadores durante os primeiros doze meses de sua estada.

O gráfico a seguir ilustra como os tipos de ajuda evoluíram entre 2000 e 2014.

Gráfico 5 - Volume Anual de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Tipo



Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

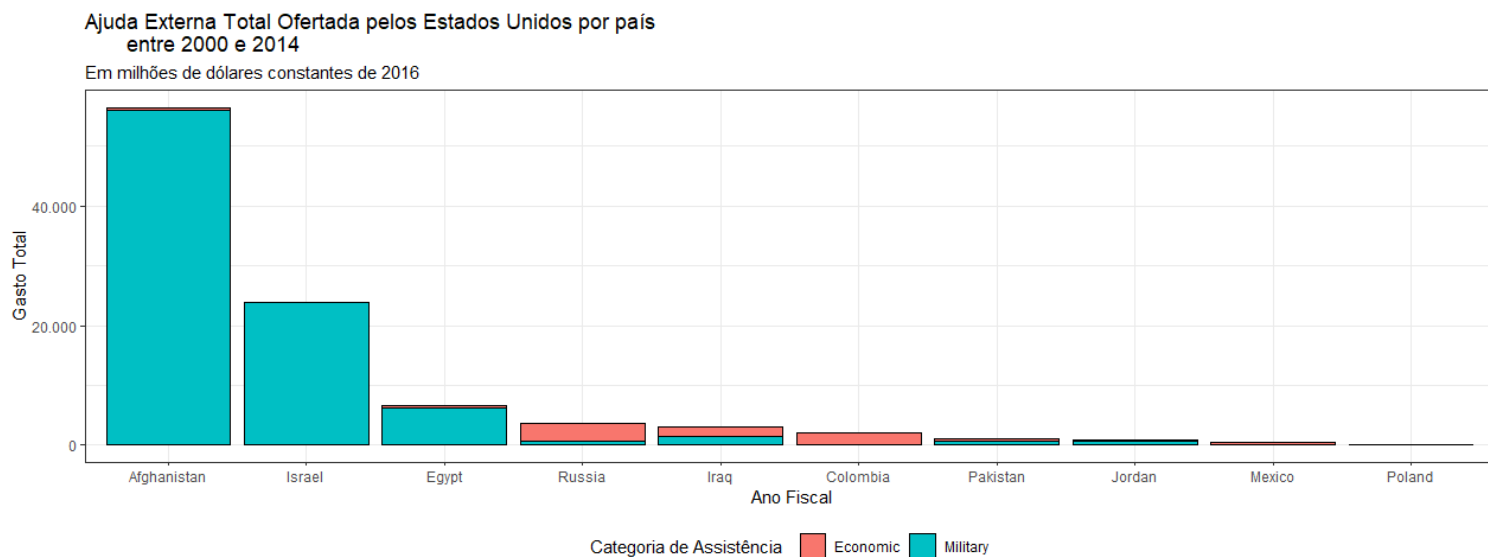
O principal tipo de ajuda externa ofertada foi por meio de projetos. É possível perceber, analisando o gráfico, que não ocorrem muitas mudanças na composição do tipo de ajuda externa ofertada: por meio de Projetos sempre aparece em primeiro, seguida por Assistência Técnica em 2000 e entre 2005 e 2014, Apoio ao Orçamento em 2001 e 2002, Custos Administrativos

em 2003 e 2004. Existe, no entanto, uma grande diferença entre o montante de ajuda externa ofertada via Projetos em relação a outros tipos.

II .3 - Principais países receptores

Nesta sessão serão analisados os principais países receptores da ajuda externa norte-americana entre 2000 e 2014. Os dez principais países receptores, conforme ilustrados no Gráfico 6 abaixo e na Tabela 19 no Apêndice A são o Afeganistão, recebendo aproximadamente US\$79 bilhões, seguidos por Israel, que recebeu aproximadamente US\$54 bilhões, Iraque, com US\$38 bilhões, Egito com US\$28 bilhões, Rússia com US\$15 bilhões, Paquistão, Colômbia e Jordão com aproximadamente US\$ 11 bilhões cada e nas duas últimas posições Polônia e México, com aproximadamente US\$ 6 bilhões e US\$3 bilhões, respectivamente. A maior parte da ajuda externa foi ofertada por meio de gastos militares, especialmente para os dois principais receptores, Afeganistão e Israel (que recebeu apenas ajuda militar no período).

Gráfico 6 - Dez maiores receptores de ajuda externa norte-americana entre 2000 e 2014



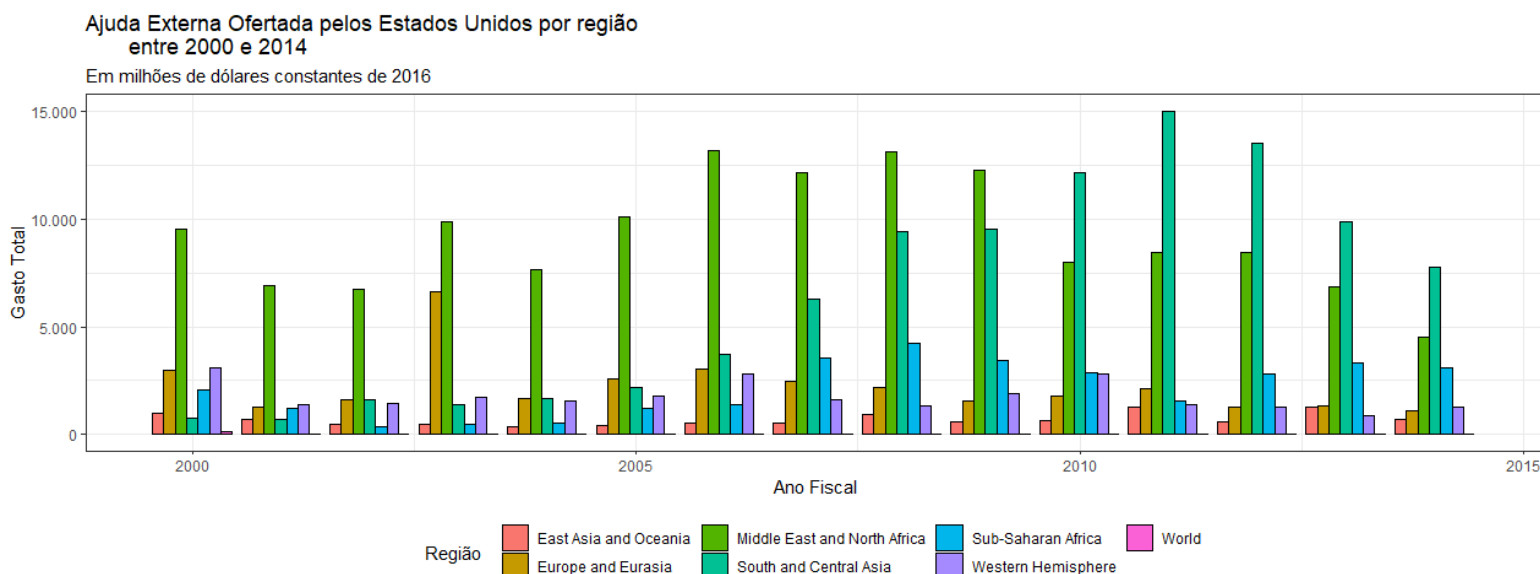
Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Observando os gastos entre 2000 e 2014, percebe-se que as principais regiões que receberam ajuda externa dos Estados Unidos foram o Oriente Médio, recebendo aproximadamente US\$138 bilhões entre 2000 e 2014, e o Centro e o Sul da Ásia, recebendo aproximadamente US\$ 95 bilhões no mesmo período. A terceira região que mais recebeu ajuda externa norte-americana foi a Europa e Eurásia, com aproximadamente US\$ 34 bilhões, África

Subsaariana com US\$32 bilhões, Hemisfério Ocidental, com US\$26 bilhões, Leste Asiático e Oceania, recebendo aproximadamente US\$11 bilhões e regiões não especificadas (“World”), recebendo US\$271 milhões. Estes dados são mostrados na Tabela 20 do Apêndice A.

Até 2010, o Oriente Médio foi o principal destino da ajuda externa norte-americana, seguido pelo Hemisfério Ocidental em 2000 e 2001, pelo Centro e o Sul da Ásia em 2002, pela Europa e Eurásia de 2003 à 2005 e pelo Centro e o Sul da Ásia de 2006 à 2009. Em 2010, a região do Centro e o Sul da Ásia se torna a maior receptora da ajuda externa norte-americana, seguida do Oriente Médio. As tabelas 21 a 28 no Apêndice A e o Gráfico 7 abaixo mostram a alocação de ajuda externa norte-americana por região entre 2000 e 2014.

Gráfico 7 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por região entre 2000 e 2014



Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

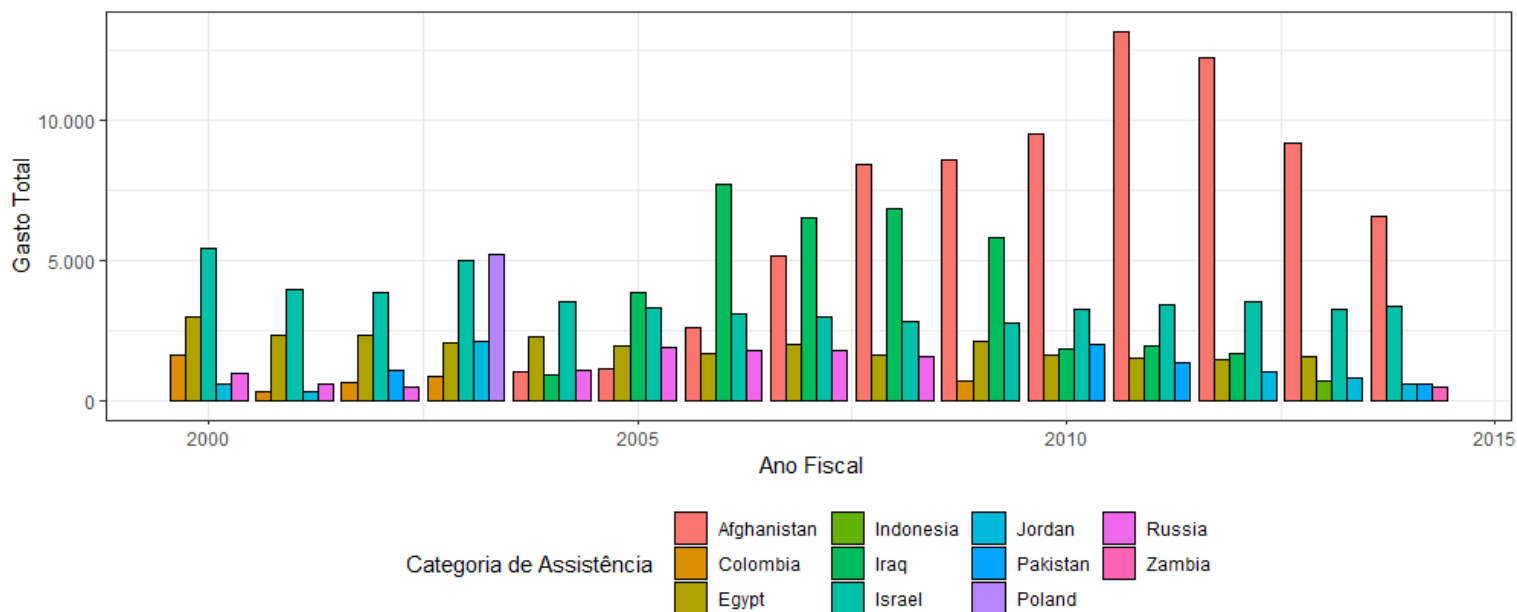
É possível também analisar a variação de gastos nos países entre 2000 e 2014. As Tabelas 29 a 36 no Apêndice A e o Gráfico 8 abaixo mostram o valor recebido pelos cinco países que mais receberam ajuda externa pelos Estados Unidos no período. Entre 2000 e 2002, o principal receptor foi Israel, recebendo aproximadamente US\$5,5 bilhões de dólares em 2000, US\$4,0 bilhões em 2001 e US\$3,9 bilhões em 2002. Em 2003, o principal receptor da ajuda externa foi a Polônia, recebendo aproximadamente US\$5,2 bilhões, e em 2004 Israel volta a ser o principal receptor, recebendo US\$3,6 bilhões. Entre 2005 e 2007 o Iraque se torna o principal país receptor de ajuda externa norte-americana, recebendo US\$3,9 bilhões, US\$7,7 bilhões e US\$6,5 bilhões por ano respectivamente. A partir de 2008 o Afeganistão se torna o principal receptor de ajuda externa, recebendo US\$8,5 bilhões em 2008, US\$8,6 bilhões em 2009,

US\$9,5 bilhões em 2010, US\$13,2 bilhões em 2011, US\$12,3 bilhões em 2012, US\$9,2 bilhões em 2013 e US\$6,6 bilhões em 2014.

Gráfico 8 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por país entre 2000 e 2014

Principais Países Receptores de Ajuda Externa Norte-Americana entre 2000 e 2014

Em milhões de dólares constantes de 2016



Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

A principal forma de ajuda externa ofertada para o Iraque e o Afeganistão, a partir de 2002, foi o treinamento e o fornecimento de equipamento para as forças de segurança destes países. Colômbia, Paquistão e Afeganistão foram alvos de programas não militares de segurança contra a produção e o tráfico de narcóticos, que forneceram desde assistência para o desenvolvimento de sistemas jurídicos até treinamento e equipamento para o apoio ao combate do narcotráfico, além de programas de assistência de emprego e cultivos de novas culturas. Egito e Israel também recebem ajuda externa como forma de manutenção da paz no Oriente Médio (segundo o acordo de *Camp David* de 1979). Rússia e Polônia receberam ajuda externa com o objetivo de auxiliar sua transição de economias planificadas para economias de mercado, além da tentativa norte-americana de conter a influência russa nos antigos países da União Soviética, como a Polônia (LAWSON e MORGENSTERN, 2020).

II.4 – Conclusões Parciais

A oferta de ajuda externa moderna norte-americana inicia com o Plano Marshall, em 1947, buscando conter a influência soviética na Europa Ocidental. Ao longo do século XX a ajuda externa ganha maior destaque e adquire um caráter permanente. Adquire também diferentes objetivos: garantir a sua segurança e objetivos geopolíticos e estratégicos no cenário global, referendar a presença militar norte-americana no país receptor, recompensar governos democráticos e o respeito aos direitos humanos, além de buscar auxiliar no desenvolvimento socioeconômico de países em desenvolvimento e ofertar ajuda para países em contextos de crises humanitárias.

Analisando os anos de maior ascensão dos novos doadores, entre 2000 e 2014, tanto do ponto de vista de categorias e formas de oferta de ajuda externa quanto dos países e continentes receptores, identifica-se que o perfil da oferta de ajuda externa norte-americana não se modifica no período. O foco continua sendo na ajuda militar a Israel e Afeganistão, buscando assegurar os interesses geoestratégicos dos EUA no Oriente Médio e na Ásia Central via o discurso de combate ao terrorismo e ao narcotráfico. No próximo capítulo será analisado a oferta de ajuda externa pela China, tanto do ponto de vista da forma da oferta quanto do seu destino.

CAPÍTULO III – CHINA COMO DOADORA

O presente capítulo analisa a oferta de ajuda externa chinesa entre a década de 1950 e a década de 2010. Os dados utilizados no capítulo são provenientes da base de dados *Global*

Chinese Official Finance Dataset, da AidData², que possui dados da oferta de ajuda chinesa entre 2000 e 2014. Foram considerados apenas os valores recomendados para pesquisa pelo AidData, e todos os valores indicados estão em dólares constantes de 2016.

O capítulo é dividido em três partes. Na primeira, é feita uma revisão histórica da ajuda externa chinesa, desde o início sua oferta, com a Guerra da Coreia na década de 1950, até a década de 2010. A segunda parte analisa a forma de oferta da ajuda externa entre 2000 e 2014, segundo a divisão em categorias, de acordo com Anexo 12 do OECD/DAC (2018) e tipos (como a ajuda externa é ofertada). A terceira parte analisa o destino da ajuda externa, mostrando os principais países e regiões receptores da ajuda chinesa entre 2000 e 2014. O capítulo é encerrado com as conclusões parciais, que retomam as principais considerações de cada seção.

III.1 – História da ajuda externa da China

A ajuda externa chinesa começa durante a Guerra da Coreia, quando o país transfere grãos, medicamentos, algodão e materiais industriais para a Coreia do Norte entre 1950 e 1953. Durante a presidência de Mao Tsé-Tung, a ajuda externa tornou-se um meio importante de conduzir a diplomacia, e em 1971 a ajuda externa correspondia a aproximadamente 6% das despesas públicas (MAWDSLEY, 2012).

Após a conferência de Bandung, em 1955, ocorreu um estreitamento na relação entre a China e os países Africanos. Como possuía recursos limitados comparada às potências mundiais, grande parte da ajuda externa chinesa era ofertada na forma de assistência técnica. Entretanto, também oferecia equipamentos militares e projetos de infraestrutura, além de empréstimos e doações para diversos países africanos – que, mesmo sendo ofertados em menor quantidade quando comparados a outros doadores, possuíam muitas vezes termos mais favoráveis (MAWDSLEY, 2012).

A ruptura Sino-Soviética muda o cenário para a China. Relações diplomáticas com países considerados próximos à URSS foram interrompidas, e o continente africano se tornou um campo de batalha ideológico entre os dois países. A China acusava os soviéticos de se

² O *dataset* utiliza informações oficiais dos países receptores, de sites das embaixadas e conselhos econômicos chineses, instituições multilaterais, e empresas privadas. Os dados são triangulados e pesquisadores conferem as informações coletadas dos projetos de cooperação internacional da China (STRANGE et al. 2017). Como utiliza tanto dados fornecidos pela China quanto por países receptores, não é possível selecionar as obrigações orçamentárias como foi feito no Capítulo II (os valores indicados, portanto, são os valores gastos ou empenhados).

comportar como uma potência imperial, e a sua postura de paz com o Ocidente minaria qualquer esforço anti-imperialista promovido pelos países de terceiro mundo.

Em 1964, em um *tour* pela África, o primeiro-ministro chinês Zhou Enlai anunciou os oito princípios da cooperação para o desenvolvimento. Estes princípios são: i) igualdade e benefício mútuo em prover ajuda para outras nações; ii) não vincular nenhuma condição nem demandar privilégios; iii) ajudar a tornar o fardo dos países recipientes o menor possível; iv) auxiliar os países recipientes a alcançar gradualmente a suficiência e independência para o desenvolvimento; v) buscar desenvolver projetos que exijam investimentos menores, mas produzam resultados rápidos, vi) providenciar os materiais e equipamentos de melhor qualidade da sua própria manufatura; vii) quando prover assistência técnica, os funcionários chineses devem garantir que o país recipiente domine totalmente as técnicas requeridas; viii) os funcionários chineses não são autorizados a fazer qualquer exigência especial nem gozar de privilégios especiais. Estes princípios norteiam a oferta de ajuda externa chinesa até os dias de hoje (MAWDSLEY, 2012).

Sob o comando de Deng Xiaoping a China adotou uma política mais pragmática e moderada; o país se afastou da disputa da Guerra Fria, focou no crescimento do seu produto e se tornou recipiente de ajuda externa do Japão e de potências do Ocidente. A ótica que perdurou durante o período maoísta, de aproximação ideológica na política externa, foi substituída por um aumento no comércio e relações não ideológicas com os Estados Unidos, Europa Ocidental e o Japão. A ajuda chinesa aos países africanos declinou após a mudança de política do país (MAWDSLEY, 2012).

A China reconhece a ajuda externa como um componente da categoria de cooperação para o desenvolvimento, que inclui também suporte oficial para a cooperação para o desenvolvimento, interconectado com comércio e investimentos nos países emergentes, com ênfase em parcerias público-privadas. O foco principal do país são os continentes da África, Ásia, e América Latina e Caribe.

Na década de 1990, após a crise gerada pelo Massacre da Praça da Paz Celestial em 1989, que encerrou a lua-de-mel Ocidental com a China, as relações com o continente africano foram priorizadas, após diversos líderes do continente manifestarem seu apoio à China publicamente. Em 1994 a China estabeleceu três bancos fundamentais para sua estratégia de cooperação com a África: o *China Development Bank*, o *China Export Import Bank (Eximbank)* e o *China Agricultural Development Bank*, que oferecem projetos mistos de ajuda e

empréstimos comerciais, tendo também um importante papel no lançamento de indústrias chinesas no continente africano (MILANI e CARVALHO, 2013).

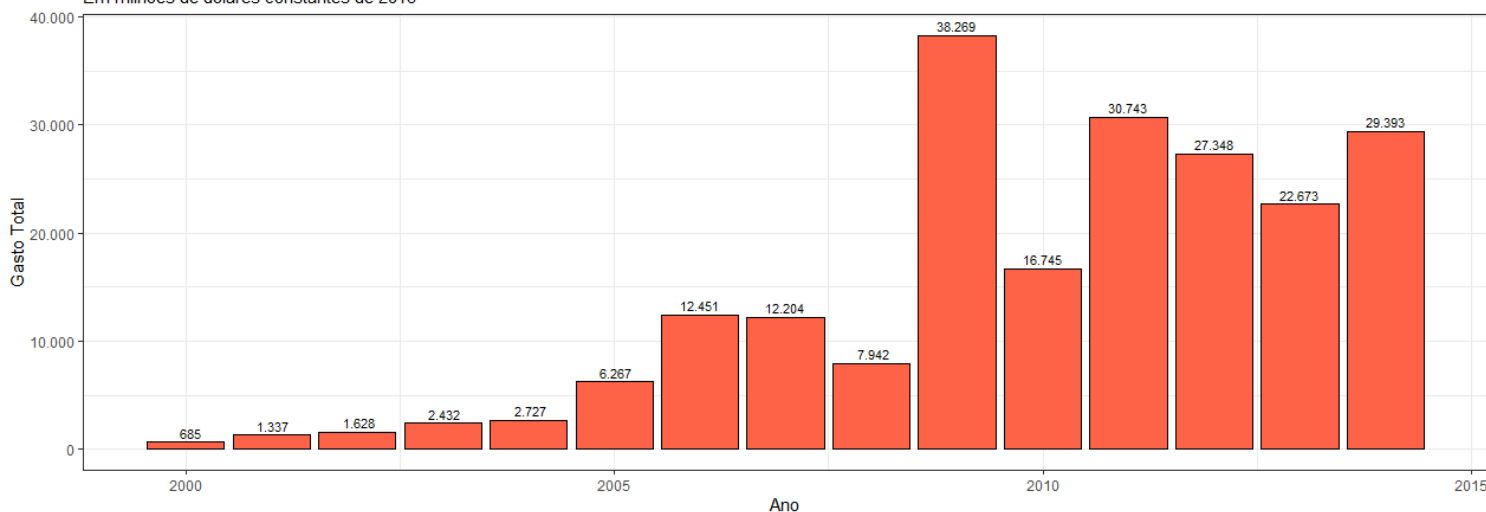
Buscando fortalecer a cooperação com o continente africano, a China estabeleceu os Fóruns de Cooperação China-África (FOCAC, ou *Forum for China-Africa Cooperation*) no ano 2000, realizados a cada três anos e cujos objetivos são aprofundar a cooperação econômica e as relações comerciais sino-africanas, buscando construir uma nova ordem internacional que se adeque melhor às necessidades e interesses tanto da China quanto da África. Outro ponto importante na relação entre a África e a China é o princípio de “uma única China”. Tradicionalmente, os países africanos e latino-americanos reconhecem Taiwan como estado soberano, cuja reunificação com a China continental permanece como o objetivo estratégico da reunificação nacional chinesa (após a reunificação de Hong Kong em 1997 e Macau em 1999). A China condiciona a sua oferta de ajuda externa ao não reconhecimento de Taiwan como nação autônoma, de modo que países que possuem relações diplomáticas com a ilha de Formosa não podem receber ajuda chinesa (MILANI e CARVALHO, 2013).

Em 2014, a China lançou o seu segundo *White Paper on Foreign Aid*, que oferece dados sobre a ajuda externa chinesa entre 2010 e 2012. O primeiro *White Paper on Foreign Aid*, lançado em 2011, oferece uma visão geral sobre a ajuda externa chinesa entre 1950 e 2009. No período coberto pelo primeiro *White Paper*, a China ofertou US\$ 41,7 bilhões de ajuda externa, enquanto entre 2010 e 2012 o valor ofertado total foi de US\$ 14,53 bilhões. A forma dos recursos financeiros ofertados como ajuda externa também se modificou nestes períodos: ocorreu uma diminuição de 41% para 36% na participação da ajuda externa na forma de subvenções (*grants*), uma diminuição de 30% para 8% na forma de empréstimos sem taxas de juros e um aumento de 29% para 56% de empréstimos concessionais na participação de ajuda externa (ZHANG, 2014). O gráfico abaixo mostra a evolução da ajuda externa chinesa entre 2000 e 2014 em dólares constantes de 2016.

Gráfico 9 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China entre 2000 e 2014

Volume Anual de Ajuda Externa Ofertada pela China entre 2000 e 2014

Em milhões de dólares constantes de 2016



Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

A ajuda externa chinesa se expande entre 2000 e 2009 (com uma pequena retração em 2008), quando atinge seu maior valor. Após diminuir em 2010, seu montante aumenta em 2011, atingindo o segundo maior valor do período. Em 2012 e 2013 volta a decrescer, mas em 2014 se eleva novamente.

A China oferece ajuda externa de oito formas: projetos completos (a principal forma ofertada), bens e materiais, cooperação técnica, cooperação no desenvolvimento de recursos humanos, envio de equipes médicas, ajuda humanitária de emergência, programas voluntários em países estrangeiros e perdão de dívida. O continente africano é o principal receptor de ajuda externa chinesa, seguido da Ásia, América Latina e Caribe, Oceania e Europa (People's Republic of China, 2011; People's Republic of China, 2014).

A criação de uma agência central de ajuda externa (CIDCA) ocorreu apenas em 2018. Até a sua criação, a coordenação da oferta de ajuda era realizada por um mecanismo de coordenação das agências, criado em 2008 (ZHANG e SMITH, 2017; ZHANG, 2020). A CIDCA absorveu os funcionários e as funções de coordenação de ajuda externa do Departamento de Ajuda Externa do Ministério do Comércio, além de assumir a responsabilidade do Ministério de Relações Exteriores de alinhar os objetivos de ajuda externa com as metas de política exterior (RUDYAK, 2019).

Os principais objetivos da nova Agência são: diminuir a fragmentação da burocracia da ajuda externa chinesa, onde se observa fraca coordenação entre os órgãos governamentais relevantes e pouco compartilhamento de informações; aumentar a supervisão e

responsabilidade dos projetos, melhorando sua qualidade e diminuindo o desperdício de recursos; pôr fim à disputa entre o Ministério do Comércio e o Ministério de Relações Exteriores sobre a oferta de ajuda externa.

A oferta de ajuda externa pela China, no entanto, também sofre críticas. As principais foram agrupadas por Milani e Carvalho (2013), e podem ser divididos em seis tipos:

(i) associação entre cooperação e interesses comerciais; ii) violação de normas de boa governança e de direitos humanos; iii) práticas corporativas apontadas como pouco transparentes; iv) contribuição para o endividamento dos países africanos (que se beneficiaram de programas de redução da dívida externa, também com o aval do Ocidente); v) competição desleal nos editais governamentais; vi) relação entre cooperação e corrida por direitos de extração de minerais e acesso a recursos naturais (PAULO e REISEN, 2010, *apud* MILANI e CARVALHO, 2013, p.27).

Alguns moradores dos países receptores também criticam a forma e as prioridades da ajuda chinesa. Eles argumentam que alguns projetos que são financiados pela cooperação chinesa, como grandes estádios ou hotéis de luxo, não seriam prioridades ou investimentos sustentáveis enquanto parte dos moradores locais vive na pobreza. Outra crítica diz respeito à falta de transparência nos termos e nas decisões de investimento da China. Muitas vezes, os cidadãos e organizações civis não conseguem ter acesso à informação sobre os contratos de empréstimos, ou se o país pode honrar com seus compromissos e o que acontece caso não honre (BANIK, 2019).

Como o ponto de vista chinês não separa ajuda externa, investimento e comércio de forma tão marcada como o OECD/DAC (a China não segue os “Princípios de Paris”), e primam pela não intervenção em assuntos internos, respeito pela soberania, benefício mútuo e não condicionalidade, os projetos de ajuda chinesa, especialmente na África, têm sido criticados por países Ocidentais. Argumenta-se que não levam em conta algumas características dos países, como nível de justiça, sustentabilidade, existência de grupos terroristas na região, o que pode comprometer a eficiência dos projetos, especialmente se executados na forma de auxílio financeiro.

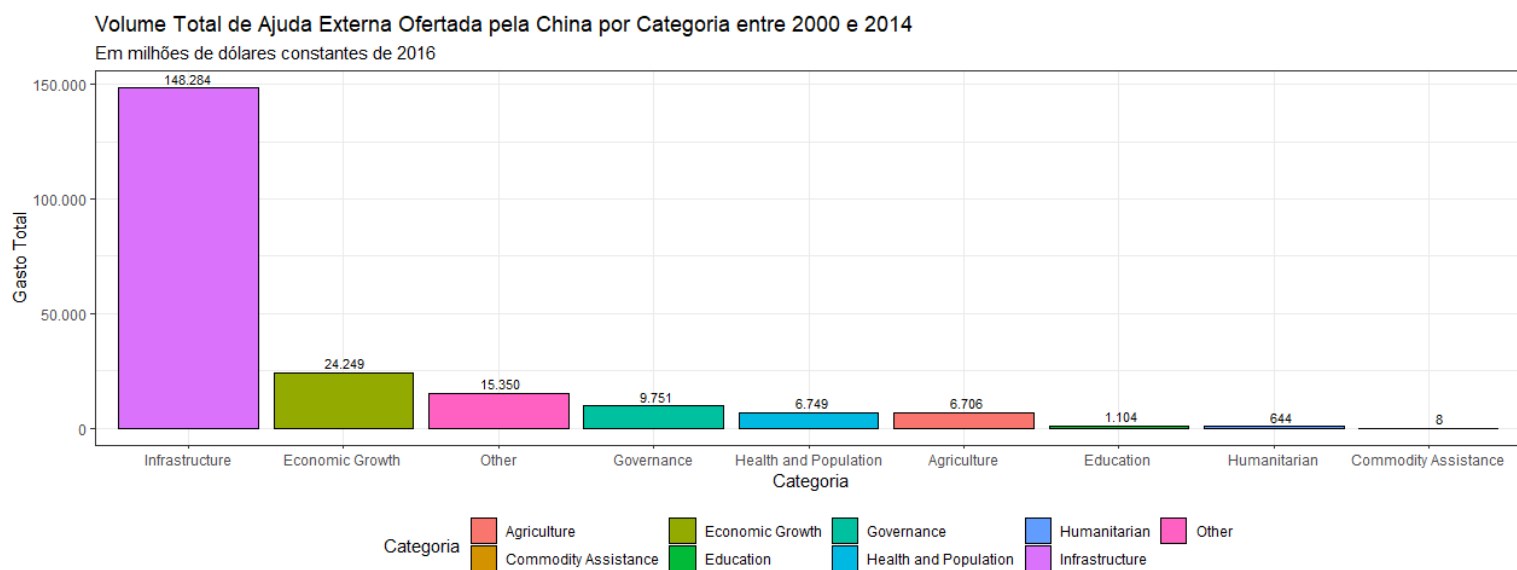
A diplomacia chinesa (que inclui a oferta de ajuda externa) tem, como principal objetivo, a criação de um contexto externo que favoreça o desenvolvimento econômico chinês. Xu e Du (2015) apontam que isso ocorre porque existe maior chance de danos à soberania chinesa vindo de agitações sociais e políticas decorrentes da diminuição do crescimento econômico do que de ameaças externas, o que motivaria a diplomacia a ter como meta o desenvolvimento econômico e a melhoria na qualidade de vida na China.

III.2 – Principais categorias de ajuda externa

Nesta sessão serão analisadas as principais categorias de ajuda externa ofertada pela China entre 2000 e 2014, que são as mesmas do capítulo II.2, e a forma como a ajuda externa é ofertada (por meio de perdão de dívidas, doações, créditos para exportação, assistência técnica, entre outras formas).

Entre 2000 e 2014 a principal categoria de ajuda externa ofertada pela China foi Infraestrutura (com total de US\$148,3 bilhões), seguida por Crescimento Econômico, (US\$24,2 bilhões), Outros (US\$24,2 bilhões), Governança (US\$9,8 bilhões), Saúde e População (US\$6,7 bilhões), Agricultura (US\$6,7 bilhões), Educação (US\$1,1 bilhão), Ajuda Humanitária (US\$640 milhões) e Assistência para Commodities (US\$8 milhões). O Gráfico 10 abaixo ilustra o volume de ajuda externa chinesa ofertada por categoria.

Gráfico 10 - Volume Total de Ajuda Externa Ofertada pela China por Categoria



Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Agora, serão analisados os setores das cinco principais categorias (Infraestrutura, Crescimento Econômico, Outros, Governança e Saúde e População). No entanto, a base de dados utilizada (*AidData*) não separa a oferta de ajuda externa entre Ajuda Econômica e Ajuda Militar como faz a base da *USAID*.

Entre 2000 e 2014, o setor que mais recebeu ajuda externa chinesa foi o setor de Geração, Distribuição e Eficiência Energética, de código 230, recebendo aproximadamente US\$82 bilhões de dólares. Este setor tem como objetivo pesquisar, planejar e implantar políticas no setor de energia, e construção de plantas de energia.

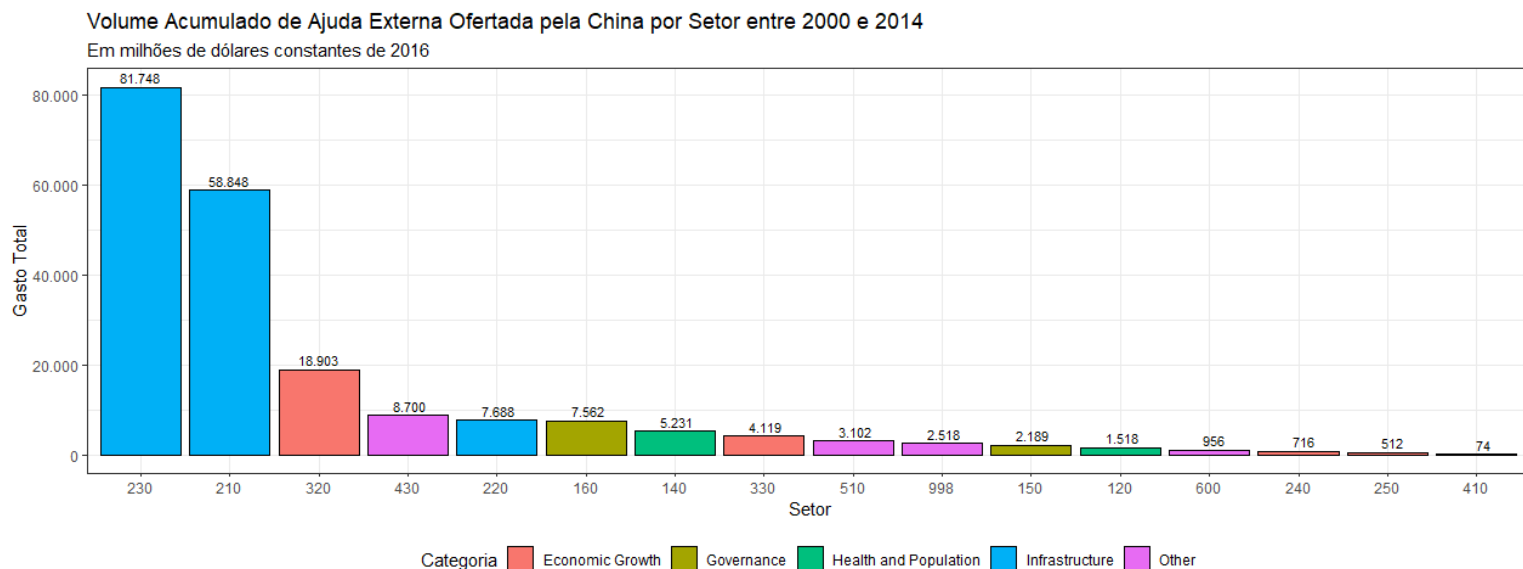
O segundo setor que mais recebeu ajuda externa chinesa foi o setor de Transportes e Estocagem, de código 210, que recebeu aproximadamente US\$ 56 bilhões de dólares. Os objetivos deste incluem o planejamento e execução de políticas públicas voltadas para o setor de transportes, além de criação e manutenção da infraestrutura e equipamentos de transportes de diferentes modais.

O setor de Indústria, Mineração e Construção Civil, de código 320, foi o terceiro setor que mais recebeu ajuda externa chinesa, totalizando aproximadamente US\$19 bilhões de dólares. Este setor engloba outros três setores (Indústria, de código 321; Mineração e Recursos Minerais, de código 322; Construção Civil, de código 323), e tem por objetivo planejar e executar políticas na área industrial, mineral e de construção civil, com projetos de exploração de petróleo e minerais, desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, fortalecimento da capacidade institucional do setor industrial, fornecimento de equipamentos e apoio para diferentes tipos de indústria.

O quarto setor que mais recebeu recursos da ajuda externa chinesa foi o setor de Outros Multissetores, de código 430, que recebeu aproximadamente US\$8,7 bilhões. Este setor engloba a ajuda externa multissetorial, projetos de desenvolvimento urbano e rural integrados (relacionados às finanças municipais, infraestrutura e serviços urbanos, planejamento e uso da terra, integração entre áreas urbanas e rurais, planejamento de desenvolvimento regional, entre outros), projetos de redução do cultivo de drogas ilícitas, de educação multissetorial e pesquisa científica em áreas não identificadas.

O quinto setor que mais recebeu ajuda externa chinesa foi o setor de número 220, de Comunicações, recebendo aproximadamente US\$7,7 bilhões. Os objetivos da ajuda externa a este setor incluem o planejamento e implementação de políticas para o setor de comunicação, fortalecimento da capacidade institucional do setor, instalação de redes de telecomunicação e fortalecimento do setor de Tecnologia da Informação. O Gráfico 11 abaixo ilustra os setores que mais receberam ajuda externa dentro das cinco principais categorias de oferta, e o Quadro 3 abaixo do gráfico relaciona o número do setor com seu nome. O Quadro 5 do Anexo dá uma breve explicação do objetivo e dos programas incluídos em cada setor, e as Tabelas 37 e 38 do Apêndice B mostram os valores da ajuda externa ofertada pela China nestes setores.

Gráfico 11: Volume Total de Ajuda Externa Ofertada pela China por Setor das cinco principais Categorias



Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Quadro 3 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pela China por Setor das cinco Principais Categorias: Nomes e Códigos dos Setores

Código DAC	Classificação (nome)	Valor (em milhões de dólares constantes de 2016)
Health and Population (Saúde e População)		6.749
120	Saúde Básica e Geral	1.518
140	Água e Saneamento Básico	5.231
Governance (Governança)		9.751
150	Governo e Sociedade Civil	2.189
160	Outros Serviços e Infraestruturas Sociais	7.562
Infrastructure (Infraestrutura)		148.284
210	Transportes e Estocagem	58.848
220	Comunicações	7.688
230	Geração, Distribuição e Eficiência Energética	81.748
Economic Growth (Crescimento Econômico)		24.249
240	Serviços Financeiros e Bancários	716
250	Negócios e Outros Serviços	512
320	Indústria, Mineração e Construção Civil	18.903
330	Política Comercial e Turismo	4.119
Other (Outros)		15.350
410	Proteção Ambiental em Geral	74
430	Outros Multissetores	8.700
510	Ajuda Geral para o Orçamento	3.102
600	Ações Relativas a Dívidas	956
998	Não Alocada ou Especificada	2.518

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Analisando os dados acima, fica claro que o foco da ajuda externa chinesa é no desenvolvimento de Infraestrutura nos países receptores, mais especificamente nos setores de

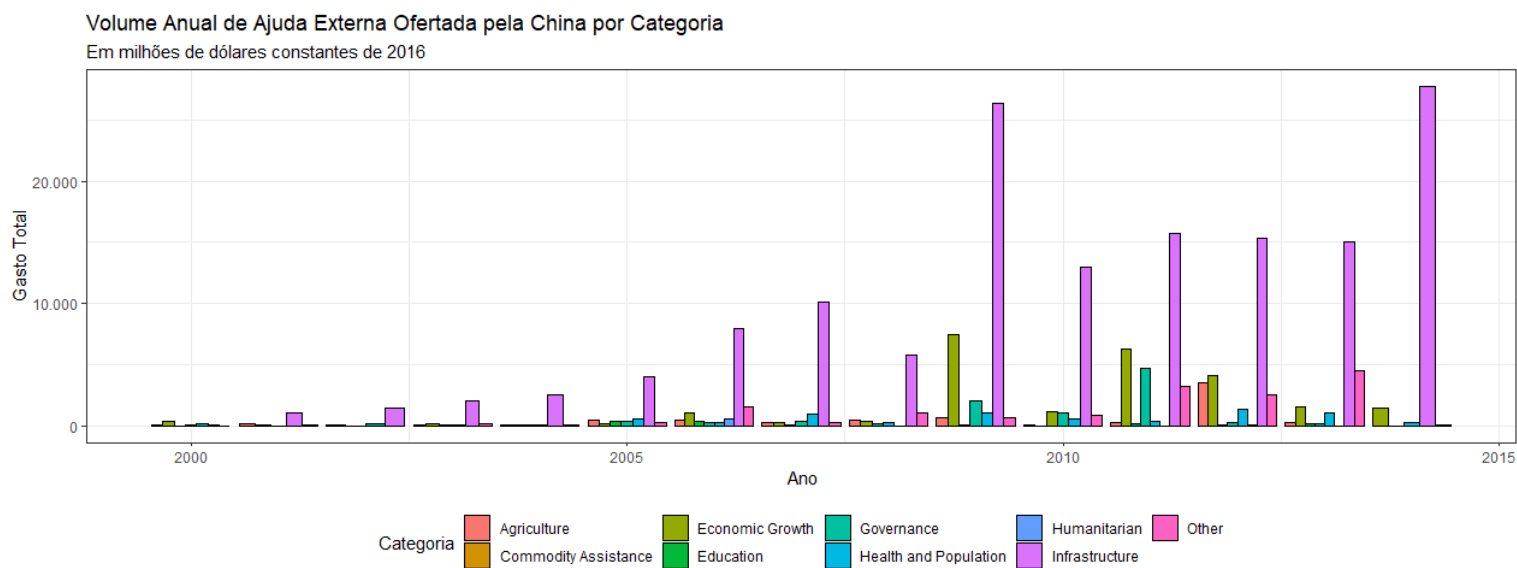
Energia e Transportes. A alocação de ajuda externa está de acordo com os objetivos da oferta de ajuda externa pela China. Enquanto os países da OECD argumentam que a oferta de ajuda externa deve ter por objetivo o aumento à participação popular no governo, promoção dos direitos humanos, incentivo à transparência e *accountability*, a ajuda externa chinesa tem por objetivo fortalecer a capacidade do Estado do país receptor de promover o desenvolvimento econômico (liderado pelo Estado) e promover o acesso à novos mercados e *commodities* (REGILME JR e HODZI, 2021).

No entanto, o perfil de alocação da ajuda externa chinesa também corrobora com a visão de críticos. Bräutigam (2011) aponta que alguns autores consideram que os principais objetivos da cooperação para o desenvolvimento chinês seria garantir o fornecimento de matérias primas para sustentar o crescimento econômico e facilitar o acesso de empresas chinesas à recursos e novos mercados. Os setores de energia e transporte, principais destinos da ajuda externa chinesa, são essenciais para o escoamento de matéria prima.

A principal categoria de ajuda externa ofertada entre 2001 e 2014 foi de Infraestrutura, e a principal categoria em 2000 foi de Crescimento Econômico. A categoria de Infraestrutura se expande entre 2000 e 2007, decresce em 2008, atinge seu segundo maior valor em 2009, se mantém estável entre 2010 e 2013, atingindo seu maior valor em 2014. A segunda maior categoria de oferta de ajuda externa teve uma maior variação. Em 2000, 2005 e 2007 foi a categoria de Saúde e População; em 2001 foi Agricultura; em 2002 foi Governança, nos anos de 2003, 2004, 2006, 2008 e 2013 foi outros; em 2009, 2010 à 2012 e 2014 foi Crescimento Econômico.

O Gráfico 12 abaixo e as Tabelas 39 a 53 do Anexo B mostram a oferta anual de ajuda externa chinesa por categoria entre 2000 e 2014, em milhões de dólares constantes de 2016.

Gráfico 12: Volume Anual de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria:



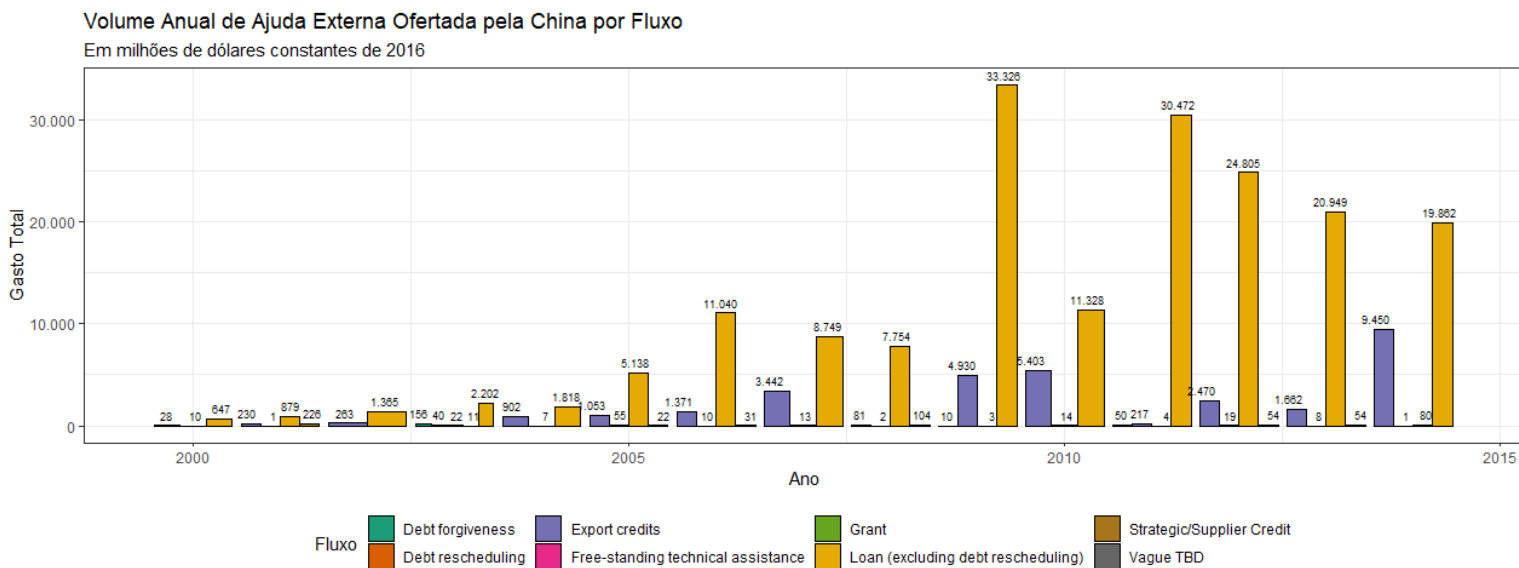
Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

É possível classificar a ajuda externa chinesa também de acordo com o seu fluxo, (forma como ela é ofertada), ou seja, como bens e serviços são transferidos do país para doador para o receptor para um projeto. Os fluxos podem ser classificados como:

- i. *Debt Forgiveness* (Perdão de Dívidas)
- ii. *Debt Rescheduling* (Renegociação da Dívida)
- iii. *Export Credits* (Créditos para Exportação)
- iv. *Free - standing Technical Assistance* (Assistência Técnica)
- v. *Grant* (Doação)
- vi. *Loan (excluding debt rescheduling)* (Empréstimos (excluindo a renegociação de dívidas))
- vii. *Scholarships/Training in Donor Country* (Bolsas de Estudo/ Treinamento no País Doador)
- viii. *Strategic/Supplier Credit* (Créditos Estratégico / do Fornecedor)
- ix. *Vague* (Vago)

O gráfico abaixo mostra como os fluxos (ou a forma) da oferta de ajuda externa chinesa evoluíram entre 2000 e 2014:

Gráfico 13: Volume Anual de Ajuda Externa ofertada pela China por Fluxo



Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Assim como na oferta de assistência dos Estados Unidos, na oferta chinesa também não ocorrem grandes mudanças na composição dos fluxos de ajuda externa. Durante todo o período (2000 a 2014) a principal forma de oferta de ajuda externa são os Empréstimos (excluindo a renegociação da dívida), seguida por Créditos de Exportação de 2000 a 2002, de 2004 a 2007, e 2009 a 2014; Perdão de Dívidas em 2003; e Vago em 2008. No entanto, existe uma grande diferença no montante ofertado via Empréstimos e Créditos de Exportação e via outros fluxos. Na figura abaixo, são analisadas as taxas de juros, a maturidade, o período de carência médio, o montante total e o médio dos empréstimos chineses por ano.

Figura 1- Empréstimos de ajuda externa chinesa

Ano	Taxa de Juros (%)	Prazo Médio (anos)	Carência (anos)	Número	Valor Total (milhões de US\$ de 2016)	Valor Médio (milhões de US\$ de 2016)
2000	2.17	11.70	3.17	2	83.72	41.86
2001	9.31	11.84	2.61	4	284.31	71.08
2002	3.00	13.42	2.77	2	253.37	126.69
2003	0.00	11.72	8.47	3	82.08	27.36
2004	5.76	12.95	3.67	3	164.83	54.94
2005	5.67	13.05	4.56	31	3522.11	113.62
2006	3.79	16.39	5.55	17	3830.81	225.34
2007	5.07	16.25	5.26	30	3603.12	120.10
2008	2.38	19.50	6.54	8	779.97	97.50
2009	3.34	17.90	4.64	20	3687.23	184.36
2010	3.63	11.53	3.18	17	4095.71	240.92
2011	4.00	15.44	4.83	29	6822.87	235.27
2012	2.14	18.57	5.84	22	5434.88	247.04
2013	4.20	14.26	3.05	24	11536.27	480.68
2014	3.62	17.26	4.03	12	4677.12	389.76

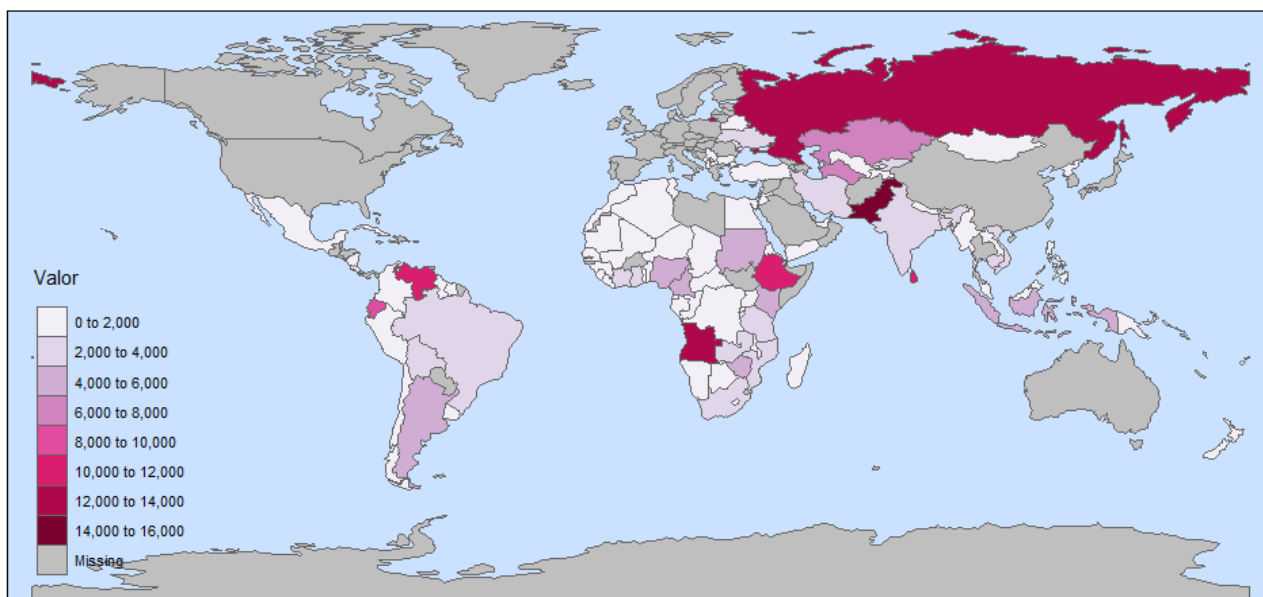
Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tanto o valor médio quanto o montante total dos empréstimos chineses possuem uma tendência crescente ao longo dos anos. O número de empréstimos concedidos salta em de três para trinta e um 2005, seu valor máximo, e depois se mantém entre oito e trinta empréstimos anuais. O período de carência não apresenta uma tendência clara, variando entre dois anos e meio e oito anos e meio durante o período – mas se estabilizando entre três e seis anos a partir de 2009. O prazo médio dos empréstimos possui uma leve tendência crescente, passando de onze para dezessete anos em média entre 2000 e 2014. Já as taxas de juros possuem tendência decrescente, variando entre 2,14% e 4,20% entre 2009 e 2014. No ano de 2003 foram concedidos apenas três empréstimos, todos com taxas de juros de 0% ao ano.

III.3 – Principais países receptores

Nesta sessão serão analisados os principais países receptores da ajuda externa chinesa entre 2000 e 2014. O Mapa 1 abaixo mostra como foi distribuída a ajuda externa no período, com valores acumulados em milhões de dólares constantes de 2016.

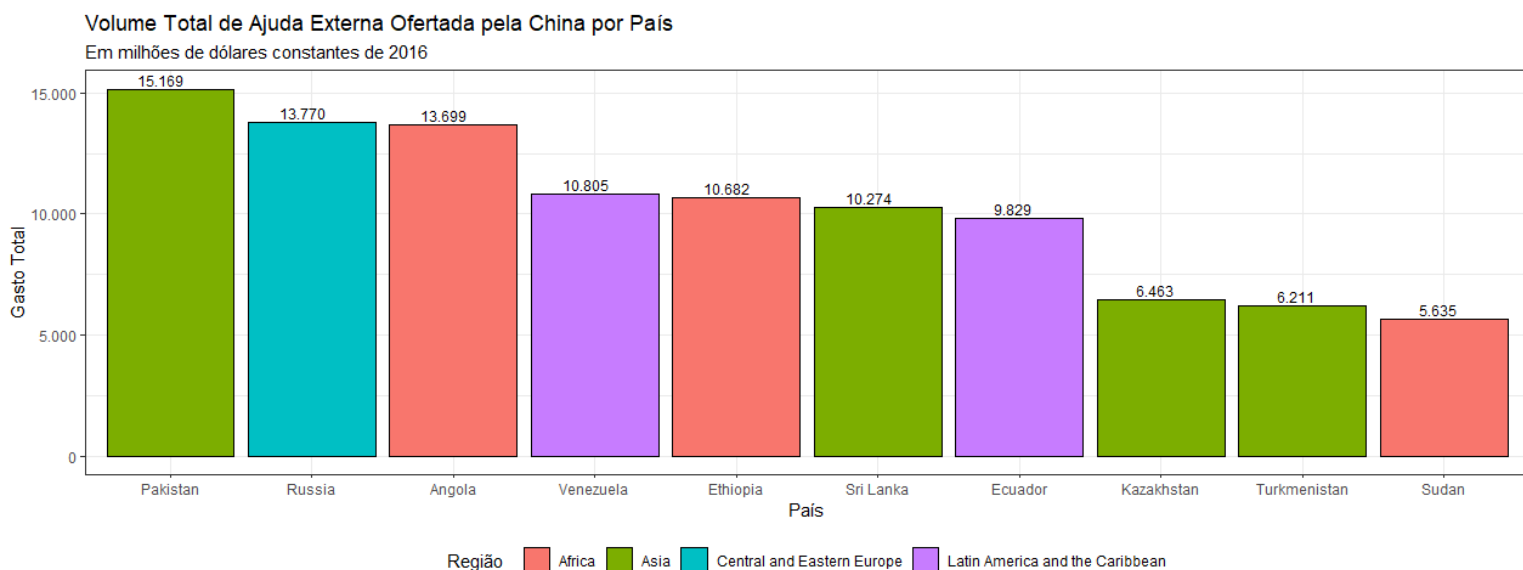
Mapa 1: Oferta da Ajuda Externa Chinesa entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016



Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Os dez principais países receptores da ajuda externa chinesa são o Paquistão, recebendo aproximadamente US\$15 bilhões, seguido da Rússia e Angola, com aproximadamente US\$14 bilhões cada, Venezuela e Etiópia, recebendo aproximadamente US\$11 bilhões cada, Sri Lanka e Equador com US\$10 bilhões e Cazaquistão, Turcomenistão e Sudão, com aproximadamente US\$ 6 bilhões cada. O Gráfico 14 abaixo e a Tabela 54 no Apêndice B ilustram os dez principais receptores de ajuda chinesa no período.

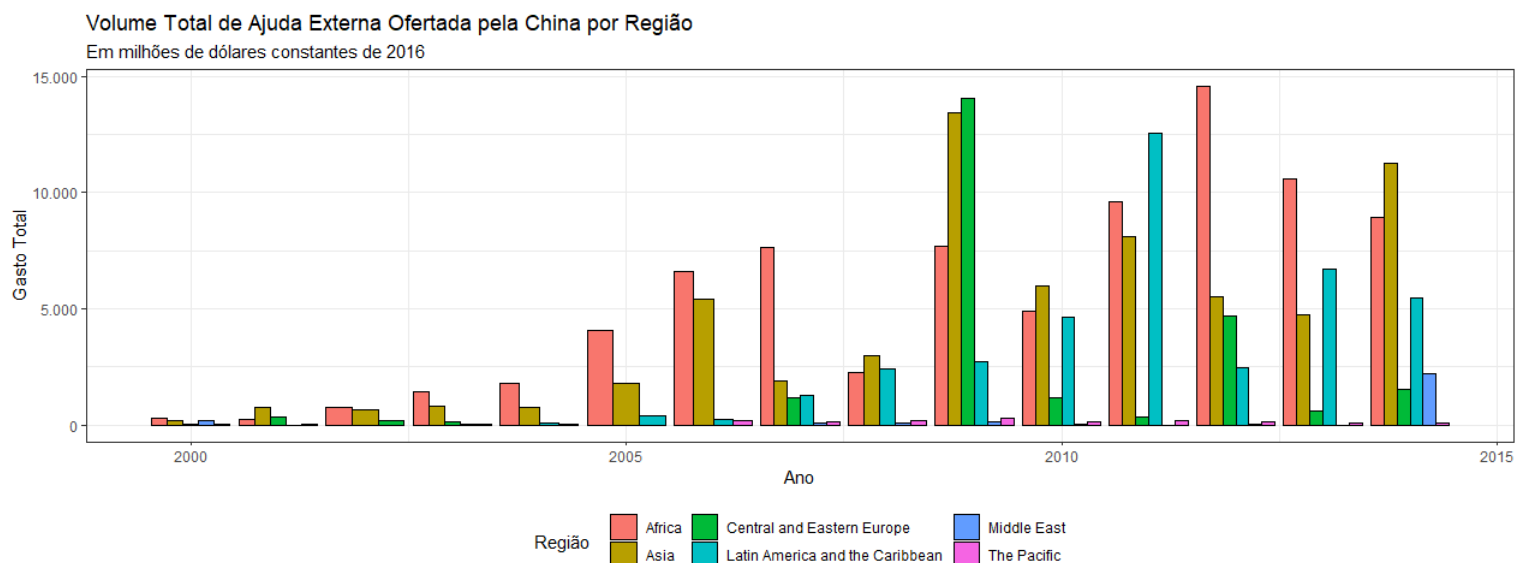
Gráfico 14 - Dez maiores receptores de ajuda externa chinesa entre 2000 e 2014



Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

As regiões que mais receberam ajuda externa chinesa foram a África recebendo aproximadamente US\$81 bilhões entre 2000 e 2014, seguido da Ásia, com US\$64 bilhões, América Latina e Caribe, com US\$39 bilhões, Europa Central e Oriental, com US\$24 bilhões, Oriente Médio com aproximadamente US\$3 bilhões e a região do Pacífico, recebendo aproximadamente US\$1 bilhão. Os valores exatos estão na Tabela 46 do Apêndice B. O Gráfico 15 abaixo, assim como as tabelas 55 a 63 no Apêndice B mostram a oferta de ajuda externa chinesa anualmente por região. Em 2000, entre 2002 e 2007 e em 2012 e 2013, a região que mais recebeu ajuda externa da China foi a África; já em 2001, 2008, 2010 e 2014, a Ásia se torna a maior receptora; em 2011 a região que mais recebeu ajuda foi a América Latina e o Caribe; e em 2009 a região que mais recebeu ajuda externa foi a Europa Central e Oriental.

Gráfico 15 - Volume de Ajuda externa ofertada pela China entre 2000 e 2014 por região



Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Analisando os cinco países que mais receberam ajuda externa chinesa anualmente entre 2000 e 2014, percebe-se que a China diversifica os principais receptores da sua ajuda externa. Em 2000 o Yemen foi o país que mais recebeu recursos da China (US\$165 milhões), seguido pelas Ilhas Maurício (US\$81 milhões). Em 2001 o Paquistão recebeu mais recursos (US\$428 milhões), seguido pela Albânia (US\$291 milhões); em 2002 o Cazaquistão recebeu US\$394 milhões, seguido da Angola com US\$289 milhões; em 2003 o Sudão recebeu US\$1,2 bilhão, seguido de Myanmar com US\$447 milhões. Em 2004 o Zimbabwe foi o principal receptor (US\$1,5 bilhão), seguido da Indonésia, que recebeu US\$715 milhões.

De 2005 a 2007 o principal receptor de ajuda externa chinesa foi a Angola, recebendo US\$2,1 bilhões, US\$2,6 bilhões e US\$3,0 bilhões respectivamente, seguido do Vietnam em 2005 (com US\$ 815 milhões), da Etiópia em 2006 (com US\$1,4 bilhão) e da Malásia em 2007 (com US\$1,3 bilhão). Em 2008 o Brasil e a Índia receberam o mesmo valor de ajuda externa, US\$1,0 bilhão cada; no ano de 2009 a Rússia foi a principal receptora da ajuda externa chinesa, com US\$ 13,8 bilhões, seguido do Turcomenistão com US\$5,5 bilhões.

Em 2010 o Paquistão foi o principal receptor de ajuda externa chinesa, com US\$2,5 bilhões, seguido do Equador, que recebeu US\$2,0 bilhões. Em 2011 o principal receptor foi a Venezuela (com US\$4,5 bilhões), seguido do Cazaquistão, com US\$3,8 bilhões; em 2012 a Ucrânia foi o principal destino da ajuda chinesa (recebendo US\$3,2 bilhões), seguido da Costa do Marfim (com US\$2,7 bilhões); em 2013 a Venezuela volta a liderar, recebendo US\$4,2

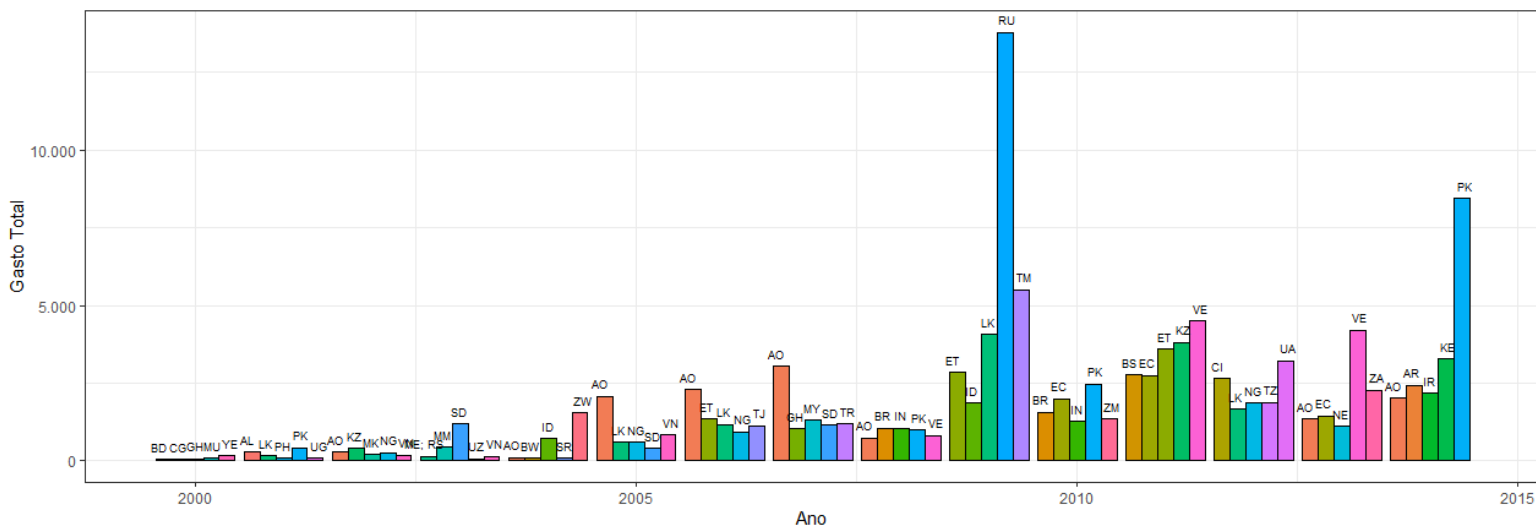
bilhões, com a África do Sul ocupando a segunda posição (com US\$2,7 bilhões). O Paquistão volta a ser o principal destino da ajuda chinesa em 2014 (com US\$8,4 bilhões), seguido do Quênia, que recebeu US\$ 3,3 bilhões.

Ao todo, quarenta e quatro países estiveram entre os cinco principais países receptores da ajuda chinesa entre 2000 e 2014. O Gráfico 16 abaixo, assim como as Tabelas 64 a 71 no Apêndice B ilustram os cinco principais destinatários da ajuda chinesa por ano entre 2000 e 2014. Como o gráfico identifica os países por meio do código ISSO (com duas letras), o Quadro 4 abaixo do gráfico relaciona os nomes dos países aos seus devidos códigos.

Gráfico 16 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por país entre 2000 e 2014

Principais Receptores da Ajuda Externa Chinesa entre 2000 e 2014

Em milhões de dólares constantes de 2016



Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Quadro 4 - Países e seus Códigos ISO (2 letras)

Albânia	AL	Gana	GH	Malásia	MY	Turquia	TR
Angola	AO	Indonésia	ID	Níger	NE	Tanzânia	TZ
Argentina	AR	Índia	IN	Nigéria	NG	Ucrânia	UA
Bangladesh	BD	Irã	IR	Filipinas	PH	Uganda	UG
Brasil	BR	Quênia	KE	Paquistão	PK	Uzbequistão	UZ
Bahamas	BS	Cazaquistão	KZ	Rússia	RU	Venezuela	VE
Botswana	BW	Sri Lanka	LK	Sérvia	RS	Vietnam	VN
Congo	CG	Montenegro	ME	Sudão	SD	Yemen	YE
Costa do Marfim	CI	Macedônia	MK	Suriname	SR	África do Sul	ZA
Equador	EC	Mianmar	MM	Tadjiquistão	TJ	Zâmbia	ZM
Etiópia	ET	Ilhas Maurício	MU	Turcomenistão	TM	Zimbábue	ZW

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

III.4 – Conclusões Parciais

A ajuda externa chinesa tem origem com a Guerra da Coréia, e se torna um importante meio de conduzir a diplomacia durante a presidência de Mao Tse-Tung, com grande atenção para os países africanos. A ajuda externa evolui durante do século XX e adota uma visão mais pragmática durante o governo de Deng Xiaoping, diminuindo a oferta de ajuda e se tornando receptora de ajuda externa de potências ocidentais. A partir dos anos 2000 a ajuda externa volta a expandir, adquirindo dois objetivos principais: responder a demanda por novos mercados e *commodities* para manter a trajetória de alto crescimento da economia chinesa, e responder à necessidade dos países do Sul Global por fontes alternativas de financiamento para grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico. A China considera que a ajuda externa deve ser mutuamente benéfica, ou seja, deve ajudar tanto o país receptor quanto a China no seu processo de desenvolvimento (REGILME e HODZI, 2021).

O foco da ajuda externa chinesa no período analisado, entre 2000 e 2014, são projetos de infraestrutura, especialmente no setor de geração e distribuição de energia e nos setores de transportes e estocagem, e a principal forma de oferta é por meio de empréstimos. A China

diversifica os principais destinos da sua ajuda externa, tendo quarenta e quatro países entre os cinco principais receptores anuais no período analisado. Tal perfil da oferta da ajuda externa corrobora com a visão de desenvolvimento da China: fortalecimento da infraestrutura física para acelerar o crescimento econômico e a capacidade do país receptor para que o Estado possa induzir o desenvolvimento. Entretanto, corrobora ao mesmo tempo com a visão dos críticos de que se trata de uma infraestrutura que visa, acima de tudo, facilitar o escoamento de matérias-primas essenciais para o crescimento econômico da própria China (WELLE-STRAND e KJØLLESDAL, 2010).

CONCLUSÃO

A ascensão dos novos doadores, especialmente da China, tem sido tópico de discussão dentro da Cooperação Internacional ao Desenvolvimento. Estes novos doadores ofertam ajuda externa de forma diferente da oferta dos doadores tradicionais, países membros do OECD/DAC, focando no desenvolvimento do país como um todo, e não apenas em setores específicos, concentrando seus esforços na área de infraestrutura e com retórica de solidariedade e cooperação para o desenvolvimento (MAWDSLEY, 2012). Esta monografia analisou a resposta de um doador tradicional, os Estados Unidos, à ascensão de um novo doador, a China.

Analisando a ajuda externa norte-americana, partindo do ponto de vista histórico (desde a sua origem, nos anos 1940) e chegando até o período mais recente, entre 2000 e 2014, percebe-se que o seu principal objetivo é assegurar os interesses geoestratégicos norte-americanos na Ásia e América Latina, especialmente o combate ao tráfico de drogas e ao terrorismo, além do auxílio na transição de economias planificadas, como Rússia e Polônia, para o capitalismo (LAWSON e MORGENSTERN, 2020).

Segundo a base de dados do site *Foreign Aid Explorer*, da USAID, o perfil da ajuda externa norte-americana não se modifica entre 2000 e 2014, período de ascensão dos novos doadores. A oferta de ajuda externa na categoria de Governança, no setor de Prevenção e Resolução de Conflitos, Paz e Segurança, se mantém durante todo período como foco da ajuda externa norte-americana. Importantes aliados militares e países que os Estados Unidos ocupam militarmente, como Israel, Iraque e Afeganistão, são os principais destinos da ajuda externa.

Já a China utiliza a denominação de cooperação internacional ao desenvolvimento para se referir à sua oferta de ajuda externa, e considera que ela deve ser mutuamente benéfica, servindo tanto para o desenvolvimento do país receptor quanto do país ofertante (RUDYAK, 2019). A cooperação chinesa foca em fortalecer a infraestrutura física visando acelerar o crescimento econômico e a capacidade do Estado receptor induzir o desenvolvimento, cumprindo dois objetos principais: responder à demanda por novos mercados e assegurar o fornecimento de *commodities* para manter a alta trajetória do crescimento chinês, e fornecer uma fonte alternativa de financiamento para grandes projetos de infraestrutura no Sul Global (REGILME e HODZI, 2021).

No entanto, a oferta de ajuda externa chinesa também é alvo de críticas. Welle-Strand e Kjøllesdal (2010) apontam que alguns autores consideram que o investimento em infraestrutura nos países receptores visa facilitar o escoamento de matérias-primas essenciais para o

crescimento econômico da própria China, e não auxiliar o processo de desenvolvimento dos países receptores.

Valendo-se da base de dados da *Global Chinese Official Finance Dataset*, da AidData, este trabalho examinou a oferta de ajuda externa da China entre 2000 e 2014. Neste período, a China ofertou ajuda externa para um conjunto diversificado de países, focando nas regiões da África, Ásia e América Latina e sobretudo nos setores de geração e distribuição de energia e transporte e estocagem na área de infraestrutura, ofertando ajuda principalmente via empréstimos e créditos para exportação. O perfil da oferta de ajuda externa chinesa corrobora, portanto, tanto com a visão de desenvolvimento da China (de um Estado liberando o processo) quanto com a visão dos críticos da ajuda externa chinesa (que seria pouco transparente e não levaria em conta o processo de desenvolvimento do país receptor, apenas o crescimento econômico chinês).

Os resultados desta pesquisa mostram que os Estados Unidos não modificaram o seu perfil de oferta de ajuda externa com a ascensão da China. Os dois países possuem perfis e objetivos diferentes na cooperação internacional ao desenvolvimento; enquanto os Estados Unidos buscam manter sua influência, recompensar seus aliados e garantir seus objetivos geoestratégicos, a China utiliza a ajuda externa com objetivo de manter suas altas taxas crescimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

AIDDATA. Global Chinese Official Finance Dataset. 2017. Disponível em: <https://www.aiddata.org/data/chinese-global-official-finance-dataset>.. Acesso em: 22/03/2021

ALESINA, Alberto; DOLLAR, David. Who gives foreign aid to whom and why?. **Journal of economic growth**, v. 5, n. 1, p. 33-63, 2000.

BANIK, Dan. Coordinating Chinese Aid in a Globalized World. **Research Article, Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy, Beijing**. Disponível em: <https://carnegietsinghua.org/2019/01/06/coor-dinating-chinese-aid-in-globalized-world-pub-780> , 2019. Acesso em: 07/04/2021.

BRÄUTIGAM, Deborah. Aid ‘with Chinese characteristics’: Chinese foreign aid and development finance meet the OECD-OECD/DAC aid regime. **Journal of international development**, v. 23, n. 5, p. 752-764, 2011.

BURNSIDE, Craig; DOLLAR, David. Aid, policies, and growth. **American economic review**, v. 90, n. 4, p. 847-868, 2000.

DUDLEY, Leonard; MONTMARQUETTE, Claude. A model of the supply of bilateral foreign aid. **The American Economic Review**, v. 66, n. 1, p. 132-142, 1976.

EASTERLY, William. Can foreign aid buy growth?. **Journal of economic Perspectives**, v. 17, n. 3, p. 23-48, 2003.

EDWARDS, Sebastian. Economic development and the effectiveness of foreign aid: A historical perspective. **Kyklos**, v. 68, n. 3, p. 277-316, 2015.

LANCASTER, Carol. The United States: Morgenthau’s Puzzle. *In: Foreign aid: Diplomacy, development, domestic politics*. University of Chicago Press, Chicago and London, 2007.

LAWSON, Marian L.; MONGENSTERN, Emily M.. **Foreign Assistance: An Introduction to U.S. Programs and Policy**. Congressional Research Service. Washington, 2020. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R40213#page=10&zoom=100,404,109>. Acesso em 31/03/2021

MAWDSLEY, Emma. **From recipients to donors: emerging powers and the changing development landscape**. New York and London: Zed Books Ltd., 2012.

MEERNIK, James; KRUEGER, Eric L.; POE, Steven C. Testing models of US foreign policy: Foreign aid during and after the Cold War. **The Journal of Politics**, v. 60, n. 1, p. 63-85, 1998.

MILANI, Carlos R.S.. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, p. 211-231, 2012.

MILANI, Carlos R.S.; CARVALHO, Tassia C.O.. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 11-35, 2013.

MORGENTHAU, Hans. A political theory of foreign aid. **The American Political Science Review**, v. 56, n. 2, p. 301-309, 1962.

NOGUEIRA DE MORAIS, Isabela; VIRTANEN, Pekka. Emerging and Traditional Donors in the 'Post-Busan' Context: Assessing Brazil's and Finland's Cooperation Practices in Mozambique. In: **Forum for Development Studies**. Routledge, 2015. p. 415-440.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). Other official flows (OOF) (indicator), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/6afef3df-em>. Acesso em 02/12/2020

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). The DAC at Work, 2005. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/dcr-2004-6-en.pdf?expires=1609959064&id=id&accname=guest&checksum=2645AB465CBFA49EDEF17946EFB75FA5>. Acesso em: 06/01/2020

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). Official Development Assistance, 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/stats/What-is-ODA.pdf>. Acesso em: 01/12/2020

Organisation for Economic Co-operation and Development's Development Assistance Committee (OECD/DAC). Converged statistical reporting directives for the Creditor Reporting System (CRS) and the annual DAC questionnaire. 2018. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/DCD/DAC/STAT\(2018\)9/ADD1/FINAL/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DCD/DAC/STAT(2018)9/ADD1/FINAL/en/pdf) e [https://one.oecd.org/document/DCD/DAC/STAT\(2018\)9/ADD1/FINAL/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DCD/DAC/STAT(2018)9/ADD1/FINAL/en/pdf). Acesso em: 13/02/2020.

PEIFFER, Caryn; BOUSSALIS, Constantine. Determining aid allocation decision-making: towards a comparative sectored approach. In: **Handbook on the economics of foreign aid**. Edward Elgar Publishing, 2015.

People's Republic of China, Information Office of the State Council. China's foreign aid. Beijing: State Council, 2011. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284620.htm. Acesso em: 01/07/2020.

People's Republic of China, Information Office of the State Council. China's foreign aid. Beijing: State Council, 2014. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm. Acesso em: 01/07/2020.

People's Republic of China, Ministry of Foreign Affairs. The Five Principles of Peaceful Coexistence--The time-tested guideline of China's policy with neighbours. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbd_665378/t1179045.shtml#:~:text=They%20include%3A%20mutual%20respect%20for,mutual%20benefit%2C%20and%20peaceful%20coexistence.&text=China's%20development%20is%20peaceful%20in,not%20harm%20or%20threaten%20anyone. Acesso em: 01/07/2020

REGILME JR, Salvador Santino F.; HODZI, Obert. Comparing US and Chinese Foreign Aid in the Era of Rising Powers. **The International Spectator**, p. 1-18, 2021.

ROSTOW, Walt W. The stages of economic growth. **The economic history review**, v. 12, n. 1, p. 1-16, 1959.

RUDYAK, Marina. The Ins and Outs of China's International Development Agency. **Tsinghua: Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy**, 2019.

STRANGE, Austin M. et al. AidData Methodology: Tracking Underreported Financial Flows (TUFF) Version 1.3. 2017. Disponível em: http://docs.aiddata.org/ad4/pdfs/AidDataTUFF_Methodology_1.3.pdf. Acesso em: 30/03/2021

United States of America. Foreign Assistance Act of 1961: Public Law 87-195. 1961. Disponível em: <https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/Foreign%20Assistance%20Act%20Of%201961.pdf>. Acesso em: 01/04/2021

USAID. Foreign Aid Explorer dataset. 2020. Disponível em: <https://explorer.usaid.gov/data>. Acesso em 17/02/2021.

USAID. U.S. Overseas Loans and Grants: Obligations and Loan Authorizations, July 1, 1945–September 30, 2018, 2019.

VADELL, Javier; BRUTTO, Giuseppe Lo; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. The Chinese South-South development cooperation: an assessment of its structural transformation. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 2, 2020.

WELLE-STRAND, Anne; KJØLLESDAL, Kristian. Foreign aid strategies: China taking over?. **Asian Social Science**, v. 6, n. 10, 2010.

WHANG, Taehee et al. US foreign aid and economic policy concessions. **Policy Studies**, v. 40, n. 1, p. 58-79, 2019.

WINTERS, Matthew S.; MARTINEZ, Gina. The role of governance in determining foreign aid flow composition. **World Development**, v. 66, p. 516-531, 2015.

XU, Jin; DU, Zheyuan. The dominant thinking sets in Chinese foreign policy research: A criticism. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 8, n. 3, p. 251-279, 2015.

ZHANG, Denghua et al. China's second White Paper on foreign aid: impressive growth in 2010-12. 2014. Disponível em: <https://devpolicy.org/chinas-second-white-paper-on-foreign-aid-impressive-growth-in-2010-2012-20140812/> Acesso em: 06/07/2020.

ZHANG, Denghua. Chinese Foreign Aid and Financing: An Example of New Development Assistance?. In: JING, Y.; MENDEZ, A.; ZHENG, Y. **New Development Assistance**. Palgrave Macmillan, Singapore, 2020. p. 167-180.

ZHANG, Denghua; SMITH, Graeme. China's foreign aid system: structure, agencies, and identities. **Third World Quarterly**, v. 38, n. 10, p. 2330-2346, 2017.

ANEXO

Quadro 5: Categorias e Setores de Ajuda Externa

Código DAC	Classificação	Descrição
Educacion		
Possui como objetivo desenvolver o potencial do capital humano nos países em desenvolvimento por meio de projetos de educação. Esta categoria possui quatro subdivisões:		
111	Educação com nível não especificado	Inclui treinamento de professores, pesquisa na área de educação, oferta de infraestrutura relacionada à educação (desde materiais de ensino até prédios para escolas) e auxílio na elaboração de políticas educacionais;
112	Educação Básica	Inclui auxílio na oferta de educação primária, educação básica para adultos e para crianças na pré-escola;
113	Educação Secundária	Engloba o tanto a segunda parte do ensino fundamental (<i>junior high school</i>) quanto o ensino médio (<i>sênior high school</i>), além da oferta de treinamento vocacional;
114	Educação Pós Secundária	Inclui ensino universitário, ensino técnico e bolsas estudantis, além de treinamento vocacional a nível profissional e programas de treinamento no serviço.
Health and Population		
Possui também como objetivo desenvolver o potencial do capital humano nos países em desenvolvimento, mas por meio da oferta de auxílio no setor de saúde e saneamento. É subdividido em quatro áreas:		
120/121	Saúde Geral	Engloba auxílio para ministério da saúde dos países receptores, planejamento de programas de saúde, treinamento médico, pesquisa na área de saúde, e oferta de serviços médicos (laboratórios, clínicas especializadas, entre outros).
120/122	Saúde Básica	Engloba programas de atenção de saúde básica e primária, treinamentos de médicas e enfermeiras, oferta de medicamentos e vacinas relacionadas à saúde básica, apoio a infraestrutura de saúde básica (clínicas e hospitais distritais, equipamentos médicos), nutrição básica, controle de doenças infecciosas, de malária e tuberculose e educação alimentar.
130/134	Políticas Populacionais	Engloba programas de saúde reprodutiva e planejamento familiar, pesquisa populacional e elaboração de dados (realização de censos, dados de migração, entre outros) e controle de DSTs (incluindo HIV/AIDS).
140	Água e Saneamento Básico	Inclui auxílio a elaboração de legislação e regulação do sistema de saneamento e abastecimento de água, elaboração de dados sobre uso de água, apoio na construção de plantas de tratamento de água e estações de esgoto, construção de sistemas de captação de água pluvial em zonas rurais, construção de latrinas em residências, além de programas de manejo de detritos industriais e controle de enchentes.
Governance		
Também tem por objetivo desenvolver o potencial do capital humano nos países em desenvolvimento, mas por do fortalecimento do aparato administrativo e governamental. Essa categoria é dividida em três áreas:		
150/151	Governo e Sociedade Civil	Envolve auxílio na elaboração e avaliação de políticas do setor público, gerenciamento administrativo, fortalecimento das

		finanças públicas, apoio aos governos subnacionais, auxílio no combate à corrupção, auxílio no desenvolvimento do sistema jurídico e a realização de eleições e suporte aos direitos humanos e no combate à violência contra a mulher.
150/152	Prevenção e Resolução de Conflitos, Paz e Segurança	Inclui o auxílio a atividades civis relacionadas à manutenção da paz, prevenção e resolução de conflitos, participação em operações internacionais de manutenção da paz, reintegração de ex militares na economia, remoção de minas e explosivos em antigas zonas de conflito e prevenção e desmobilização do recrutamento de soldados mirins.
160	Outros Serviços e Infraestruturas Sociais	Inclui a construção e o fortalecimento de serviços de bem estar social, auxílio na elaboração de políticas de emprego auxílio para desempregados, planejamento de políticas habitacionais, implementação de políticas culturais, fortalecimento da capacidade do Estado de coletar e analisar dados, programas de controle de narcóticos e assistência legal e econômica a pessoas com HIV/AIDS.
Infrastructure		
Tem como objetivo assistir a redes, utilidades e serviços que facilitam a atividade econômica. Esta categoria é dividida em três áreas:		
210	Transportes e Estocagem	inclui planejamento e implementação de políticas no setor de transporte, infraestrutura e equipamentos para transportes rodoviários, ferroviários, aquaviários e aéreos, além de projetos de armazenamento.
220	Comunicações	inclui o planejamento e implementação de políticas para o setor de comunicações, fortalecimento da capacidade institucional no setor, instalação de redes de telecomunicação (estações e satélites), equipamentos para TV, rádio e mídia impressa, e fortalecimento do setor de Tecnologia da Informação.
230	Geração, Distribuição e Eficiência Energética	Engloba pesquisa, planejamento e implementação de políticas, além da construção de capacidade institucional no setor de energia, além da construção de plantas de energia tanto renováveis quanto não renováveis.
Economic Growth		
tem também como objetivo assistir a redes, utilidades e serviços que facilitam a atividade econômica, além de contribuir diretamente para os setores produtivos. Esta categoria é dividida em sete áreas:		
240	Serviços Financeiros e Bancários	Engloba o planejamento, elaboração de políticas e construção da capacidade institucional do setor financeiro, oferta de linhas de crédito e microcrédito, fortalecimento do Banco Central, programas que visam reduzir o custo de transferência e envio de remessas e educação financeira.
250	Negócios e Outros Serviços	Inclui o apoio a associações de negócios e comércio, apoio a reformas que melhorem o ambiente de negócios, apoio geral para empresas privadas e apoio a programas de privatização (reestruturação e quebra de monopólios também inclusos).
320/321	Indústria	Inclui planejamento, execução de programas e fortalecimento da capacidade institucional no setor industrial, apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, fornecimento de equipamento para agroindústrias, e apoio a indústrias de

		diferentes tipos (química, siderurgia, manufaturas de energia, transporte, entre outros).
320/322	Mineração e Recursos Minerais	Inclui planejamento de programas e elaboração de legislação para o setor de mineração, prospecção e exploração mineral, com projetos na área de carvão, petróleo e gás, metais ferrosos e não ferrosos, metais preciosos, minerais industriais, fertilizantes e minerais <i>offshore</i> .
320/323	Construção Civil	Inclui o planejamento e execução de políticas voltadas ao setor de construção em geral (excluindo setores específicos, como escolas e hospitais).
330/331	Política Comercial	engloba o planejamento de políticas comerciais, apoio na elaboração de regulações e legislação para o setor comercial, simplificação de processos de importação e exportação, apoio para acordos comerciais regionais e multilaterais, além de oferta de programas de treinamento e educação na área de comércio.
330332	Turismo	Inclui o planejamento e execução de políticas voltadas ao setor de turismo.
Agriculture		
Tem como objetivo contribuir diretamente para o setor produtivo por meio de projetos agrícolas. Esta categoria possui apenas uma área:		
311	Agricultura	Engloba o planejamento e execução de políticas públicas na no setor agrícola, projetos de controle da degradação do solo, controle da erosão e desertificação, projetos de irrigação, produção de grãos e outras culturas, ajuda para alimentação de animais, apoio a propostas de reforma agrária, pesquisa agrícola, oferta de crédito para o setor, serviços veterinários e organização de cooperativas de fazendeiros.
Other		
Engloba projetos de diferentes setores (multissetoriais), ações relacionadas a dívidas e projetos cujo setor não foi especificado ou alocado. Esta categoria é dividida em cinco áreas		
410	Proteção Ambiental em Geral	Abrange atividades relacionadas à conservação, proteção ou melhoria do meio ambiente sem setor de alocação específico (auxílio na formulação de leis e regulações ambientais, proteção da biodiversidade, prevenção e controle de enchentes e pesquisa ambiental).
430	Outros Multissetores	Inclui ajuda externa multissetorial, projetos de desenvolvimento urbano integrados, (relacionados às finanças municipais, infraestrutura e serviços urbanos, entre outros), projetos de desenvolvimento rural integrados (relacionados ao planejamento e uso da terra, integração entre áreas urbanas e rurais, planejamento de desenvolvimento regional, entre outros), projetos de redução do cultivo de drogas ilícitas, projetos de educação multissetorial e pesquisa científica em áreas não identificadas.
510	Ajuda Geral para o Orçamento	Inclui contribuições para governos em áreas não especificadas pela implementação de reformas macroeconômicas e programas de assistência em geral.

600	Ações Relativas a Dívidas	Inclui empréstimo e doações para cobrir dívidas a instituições multilaterais, renegociação e refinanciamento e perdão de dívidas.
998	Não Alocada ou Especificada	Inclui contribuições para o desenvolvimento geral do país destinatário e gastos no país doador para aumento de interesse na cooperação para o desenvolvimento
Commodity Assistance		
Tem por objetivo promover a segurança alimentar do país receptor. Esta categoria é dividida em duas áreas:		
520	Ajuda Alimentar para o Desenvolvimento	Inclui o fornecimento de alimentos, subsídio do custo de transporte, pagamento em dinheiro para compra de suprimentos.
530	Assistência para Outras Commodities	Inclui ajuda para o setor de commodities excluindo alimentos; linhas de créditos para importação, bens de capital e serviços, importação de petróleo e outras commodities não alimentares.
Humanitarian		
Tem por objetivo salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter e proteger a dignidade humana durante e após calamidades. A ajuda deve ser consistente com os princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência. Esta categoria possui quatro áreas:		
720	Resposta à Emergências	Inclui a providência de abrigo, água, serviços de saúde, alimentos, coordenação da logística dos serviços de comunicação e medidas para promover a segurança, bem estar e dignidade dos indivíduos afetados pela tragédia.
730	Socorro para Reconstrução e Habitação	Inclui a reconstrução logo após a emergência da infraestrutura afetada, reabilitação social e econômica logo após emergências para facilitar a transição e permitir que as populações retornem ao seu meio de vida anterior ou desenvolvam um novo meio de vida.
740	Prevenção de Desastres	Inclui atividades que reduzem o risco de desastre (pesquisando a região, fazendo um estudo cartográfico das áreas de risco, atualizando as normas para construção), instalando sistemas de monitoramento e alarme e estabelecendo planos de evacuação em caso de emergências.
930	Refugiados nos países Doadores	engloba as ações referentes a acomodação de refugiados nos países doadores.
Administrative Costs		
Tem por objetivo cobrir os custos administrativos dos países doadores. Possui apenas uma área:		
910/911/912/913	Custos Administrativos	Cobrir o custo administrativo do país doador em setor não alocado

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

APÊNDICE A – TABELAS DO CAPÍTULO II

Tabela 1 - Volume total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA entre 2000 e 2014 por setor das cinco principais categorias em milhões de dólares constantes de 2016 - Custos Administrativos e Governança

	Categoria OECD/DAC	Código do Setor	Nome do Setor	Categoria de Assisência	Valor
1	Administrative Costs	913	Administration and Oversight	Economic	928
2	Administrative Costs	911	Operating Expenses	Economic	18.350
3	Administrative Costs	912	Program Design and Learning	Economic	92
4	Governance	152	Conflict, Peace, and Security	Economic	5.937
5	Governance	152	Conflict, Peace, and Security	Military	189.939
6	Governance	151	Government and Civil Society	Economic	30.577
7	Governance	151	Government and Civil Society	Military	5.187
8	Governance	160	Other Social Infrastructure and Services	Economic	10.745
9	Governance	160	Other Social Infrastructure and Services	Military	8.317

1–9 of 25 rows

Previous **1** 2 3 Next

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 2 - Volume total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA entre 2000 e 2014 por setor das cinco principais categorias em milhões de dólares constantes de 2016 – Saúde e População e Infraestrutura

	Categoria OECD/DAC	Código do Setor	Nome do Setor	Categoria de Assisência	Valor
10	Health and Population	122	Basic Health	Economic	2.461
11	Health and Population	121	Health, General	Economic	1.114
12	Health and Population	134	HIV/AIDS	Economic	25.029
13	Health and Population	130	Maternal and Child Health, Family Planning	Economic	943
14	Health and Population	140	Water Supply and Sanitation	Economic	2.877
15	Infrastructure	220	Communications	Economic	143
16	Infrastructure	230	Energy	Economic	14.829
17	Infrastructure	230	Energy	Military	1.783
18	Infrastructure	210	Transport and Storage	Economic	6.374

10–18 of 25 rows

Previous 1 **2** 3 Next

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 3 - Volume total de Ajuda Externa ofertada pelos EUA entre 2000 e 2014 por setor das cinco principais categorias em milhões de dólares constantes de 2016 – Outros

	Categoria OECD/DAC	Código do Setor	Nome do Setor	Categoria de Assisência	Valor
19	Other	600	Action Relating To Debt	Economic	702
20	Other	510	General Budget Support	Economic	6.496
21	Other	410	General Environmental Protection	Economic	1.760
22	Other	410	General Environmental Protection	Military	1.214
23	Other	430	Other Multisector	Economic	15.953
24	Other	430	Other Multisector	Military	1.643
25	Other	998	Unallocated/ Unspecified	Economic	485

19–25 of 25 rows

Previous 1 2 **3** Next

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 4 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2000

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.000	Governance	9.334,50
2	2.000	Other	8.839,84
3	2.000	Commodity Assistance	2.027,45
4	2.000	Humanitarian	845,59
5	2.000	Infrastructure	297,66
6	2.000	Administrative Costs	156,06
7	2.000	Economic Growth	0,73
8	2.000	Agriculture	0,44
9	2.000	Health and Population	0,18

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 5 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2001

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.001	Governance	7.084
2	2.001	Other	2.210
3	2.001	Commodity Assistance	1.618
4	2.001	Administrative Costs	893
5	2.001	Health and Population	523
6	2.001	Humanitarian	347
7	2.001	Economic Growth	311
8	2.001	Infrastructure	305
9	2.001	Agriculture	241
10	2.001	Education	111

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 6 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2002

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.002	Governance	7.813
2	2.002	Other	1.705
3	2.002	Economic Growth	1.548
4	2.002	Humanitarian	971
5	2.002	Administrative Costs	925
6	2.002	Agriculture	398
7	2.002	Commodity Assistance	284
8	2.002	Health and Population	216
9	2.002	Infrastructure	197
10	2.002	Education	70

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 7 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2003

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.003	Governance	15.581
2	2.003	Other	1.547
3	2.003	Humanitarian	1.152
4	2.003	Economic Growth	1.140
5	2.003	Administrative Costs	986
6	2.003	Infrastructure	808
7	2.003	Agriculture	494
8	2.003	Health and Population	316
9	2.003	Commodity Assistance	314
10	2.003	Education	44

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 8 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2004

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.004	Governance	9.628
2	2.004	Other	1.698
3	2.004	Health and Population	1.254
4	2.004	Administrative Costs	1.118
5	2.004	Economic Growth	1.059
6	2.004	Infrastructure	914
7	2.004	Commodity Assistance	210
8	2.004	Humanitarian	208
9	2.004	Agriculture	137
10	2.004	Education	92

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 9 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2005

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.005	Governance	13.684
2	2.005	Infrastructure	2.287
3	2.005	Health and Population	2.041
4	2.005	Other	1.281
5	2.005	Administrative Costs	1.198
6	2.005	Economic Growth	798
7	2.005	Humanitarian	694
8	2.005	Agriculture	228
9	2.005	Education	200
10	2.005	Commodity Assistance	115

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 10 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2006

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.006	Governance	18.708
2	2.006	Infrastructure	2.792
3	2.006	Health and Population	2.174
4	2.006	Administrative Costs	1.262
5	2.006	Other	1.045
6	2.006	Humanitarian	537
7	2.006	Economic Growth	418
8	2.006	Agriculture	285
9	2.006	Commodity Assistance	223
10	2.006	Education	209

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 11 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2007

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.007	Governance	19.078
2	2.007	Infrastructure	3.409
3	2.007	Health and Population	2.503
4	2.007	Administrative Costs	1.395
5	2.007	Other	1.179
6	2.007	Economic Growth	851
7	2.007	Agriculture	692
8	2.007	Education	400
9	2.007	Humanitarian	326
10	2.007	Commodity Assistance	66

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 12 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2008

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.008	Governance	22.691
2	2.008	Infrastructure	3.912
3	2.008	Health and Population	3.840
4	2.008	Administrative Costs	1.591
5	2.008	Other	1.088
6	2.008	Agriculture	847
7	2.008	Education	401
8	2.008	Humanitarian	251
9	2.008	Economic Growth	238
10	2.008	Commodity Assistance	16

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 13 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2009

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.009	Governance	22.878
2	2.009	Health and Population	3.147
3	2.009	Other	2.010
4	2.009	Infrastructure	1.473
5	2.009	Administrative Costs	1.385
6	2.009	Education	504
7	2.009	Economic Growth	487
8	2.009	Agriculture	338
9	2.009	Humanitarian	209
10	2.009	Commodity Assistance	38

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 14 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2010

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.010	Governance	22.149
2	2.010	Health and Population	3.084
3	2.010	Administrative Costs	1.757
4	2.010	Infrastructure	1.559
5	2.010	Other	1.269
6	2.010	Humanitarian	975
7	2.010	Education	450
8	2.010	Agriculture	433
9	2.010	Economic Growth	106
10	2.010	Commodity Assistance	43

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 15 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2011

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.011	Governance	26.356,1
2	2.011	Health and Population	2.333,0
3	2.011	Infrastructure	1.774,9
4	2.011	Administrative Costs	1.338,7
5	2.011	Other	874,7
6	2.011	Humanitarian	446,7
7	2.011	Education	323,8
8	2.011	Agriculture	256,9
9	2.011	Economic Growth	48,4
10	2.011	Commodity Assistance	3,9

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 16 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2012

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.012	Governance	23.822
2	2.012	Health and Population	3.624
3	2.012	Administrative Costs	1.708
4	2.012	Infrastructure	873
5	2.012	Other	691
6	2.012	Education	342
7	2.012	Agriculture	293
8	2.012	Humanitarian	226
9	2.012	Economic Growth	110
10	2.012	Commodity Assistance	24

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 17 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2013

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.013	Governance	17.804,8
2	2.013	Health and Population	3.713,9
3	2.013	Administrative Costs	1.807,7
4	2.013	Other	1.801,3
5	2.013	Infrastructure	1.688,5
6	2.013	Education	226,9
7	2.013	Agriculture	218,7
8	2.013	Economic Growth	139,9
9	2.013	Humanitarian	113,8
10	2.013	Commodity Assistance	7,7

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 18 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2014

	Ano Fiscal	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.014	Governance	14.090
2	2.014	Health and Population	3.655
3	2.014	Administrative Costs	1.851
4	2.014	Other	1.014
5	2.014	Infrastructure	837
6	2.014	Education	500
7	2.014	Humanitarian	215
8	2.014	Economic Growth	212
9	2.014	Agriculture	117
10	2.014	Commodity Assistance	3

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 19 - Ajuda Externa ofertada pelos Estados Unidos acumulada entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016

	País	Valor
1	Afghanistan	78.675
2	Israel	54.001
3	Iraq	37.753
4	Egypt	27.915
5	Russia	14.512
6	Pakistan	11.341
7	Colombia	10.740
8	Jordan	10.539
9	Poland	6.340
10	Mexico	3.341

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 20 - Ajuda Externa ofertada pelos EUA por continente entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016

	Região	Valor
1	Middle East and North Africa	137.705
2	South and Central Asia	95.473
3	Europe and Eurasia	33.690
4	Sub-Saharan Africa	32.343
5	Western Hemisphere	26.434
6	East Asia and Oceania	10.582
7	World	271

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 21 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2000 e 2001 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.000	Middle East and North Africa	9.517,0
2	2.000	Western Hemisphere	3.072,5
3	2.000	Europe and Eurasia	2.986,7
4	2.000	Sub-Saharan Africa	2.082,2
5	2.000	East Asia and Oceania	969,2
6	2.000	South and Central Asia	737,6
7	2.000	World	122,3
8	2.001	Middle East and North Africa	6.889,7
9	2.001	Western Hemisphere	1.419,4
10	2.001	Europe and Eurasia	1.296,2
11	2.001	Sub-Saharan Africa	1.223,3
12	2.001	East Asia and Oceania	700,0
13	2.001	South and Central Asia	687,6
14	2.001	World	5,7

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 22 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2002 e 2003 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.002	Middle East and North Africa	6.720,1
2	2.002	South and Central Asia	1.615,4
3	2.002	Europe and Eurasia	1.607,5
4	2.002	Western Hemisphere	1.449,0
5	2.002	East Asia and Oceania	493,5
6	2.002	Sub-Saharan Africa	373,2
7	2.002	World	3,6
8	2.003	Middle East and North Africa	9.887,1
9	2.003	Europe and Eurasia	6.629,1
10	2.003	Western Hemisphere	1.726,4
11	2.003	South and Central Asia	1.411,2
12	2.003	Sub-Saharan Africa	478,4
13	2.003	East Asia and Oceania	476,2
14	2.003	World	7,3

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 23 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2004 e 2005 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.004	Middle East and North Africa	7.665,1
2	2.004	Europe and Eurasia	1.662,6
3	2.004	South and Central Asia	1.657,8
4	2.004	Western Hemisphere	1.534,5
5	2.004	Sub-Saharan Africa	558,6
6	2.004	East Asia and Oceania	371,3
7	2.004	World	8,4
8	2.005	Middle East and North Africa	10.096,0
9	2.005	Europe and Eurasia	2.601,5
10	2.005	South and Central Asia	2.166,0
11	2.005	Western Hemisphere	1.799,2
12	2.005	Sub-Saharan Africa	1.241,4
13	2.005	East Asia and Oceania	443,0
14	2.005	World	21,4

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 24 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2006 e 2007 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.006	Middle East and North Africa	13.177
2	2.006	South and Central Asia	3.718
3	2.006	Europe and Eurasia	3.065
4	2.006	Western Hemisphere	2.820
5	2.006	Sub-Saharan Africa	1.387
6	2.006	East Asia and Oceania	547
7	2.006	World	10
8	2.007	Middle East and North Africa	12.116
9	2.007	South and Central Asia	6.253
10	2.007	Sub-Saharan Africa	3.567
11	2.007	Europe and Eurasia	2.482
12	2.007	Western Hemisphere	1.645
13	2.007	East Asia and Oceania	548
14	2.007	World	21

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 25: Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2008 e 2009 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.008	Middle East and North Africa	13.118,2
2	2.008	South and Central Asia	9.416,5
3	2.008	Sub-Saharan Africa	4.206,0
4	2.008	Europe and Eurasia	2.166,4
5	2.008	Western Hemisphere	1.358,7
6	2.008	East Asia and Oceania	928,9
7	2.008	World	8,1
8	2.009	Middle East and North Africa	12.244,6
9	2.009	South and Central Asia	9.495,8
10	2.009	Sub-Saharan Africa	3.458,3
11	2.009	Western Hemisphere	1.892,3
12	2.009	Europe and Eurasia	1.589,9
13	2.009	East Asia and Oceania	621,9
14	2.009	World	8,9

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 26 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2010 e 2011 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.010	South and Central Asia	12.156
2	2.010	Middle East and North Africa	7.976
3	2.010	Sub-Saharan Africa	2.882
4	2.010	Western Hemisphere	2.819
5	2.010	Europe and Eurasia	1.803
6	2.010	East Asia and Oceania	663
7	2.010	World	13
8	2.011	South and Central Asia	14.999
9	2.011	Middle East and North Africa	8.453
10	2.011	Europe and Eurasia	2.136
11	2.011	Sub-Saharan Africa	1.579
12	2.011	Western Hemisphere	1.413
13	2.011	East Asia and Oceania	1.291
14	2.011	World	12

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 27 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2012 e 2013 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.012	South and Central Asia	13.524,7
2	2.012	Middle East and North Africa	8.460,9
3	2.012	Sub-Saharan Africa	2.836,6
4	2.012	Western Hemisphere	1.298,1
5	2.012	Europe and Eurasia	1.251,2
6	2.012	East Asia and Oceania	571,6
7	2.012	World	7,2
8	2.013	South and Central Asia	9.887,5
9	2.013	Middle East and North Africa	6.849,2
10	2.013	Sub-Saharan Africa	3.350,6
11	2.013	Europe and Eurasia	1.315,6
12	2.013	East Asia and Oceania	1.272,2
13	2.013	Western Hemisphere	891,2
14	2.013	World	3,3

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 28 - Volume de Ajuda Externa ofertada pelos EUA por Região em 2014 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.014	South and Central Asia	7.746
2	2.014	Middle East and North Africa	4.535
3	2.014	Sub-Saharan Africa	3.119
4	2.014	Western Hemisphere	1.295
5	2.014	Europe and Eurasia	1.096
6	2.014	East Asia and Oceania	684
7	2.014	World	18

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 29 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2000 e 2001 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano Fiscal	País	Valor
1	2.000	Israel	5.465
2	2.000	Egypt	2.992
3	2.000	Colombia	1.671
4	2.000	Russia	1.008
5	2.000	Jordan	646
6	2.001	Israel	3.988
7	2.001	Egypt	2.381
8	2.001	Russia	622
9	2.001	Jordan	350
10	2.001	Colombia	348

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 30 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2002 e 2003 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano Fiscal	País	Valor
1	2.002	Israel	3.863
2	2.002	Egypt	2.377
3	2.002	Pakistan	1.114
4	2.002	Colombia	694
5	2.002	Russia	519
6	2.003	Poland	5.215
7	2.003	Israel	5.018
8	2.003	Jordan	2.160
9	2.003	Egypt	2.063
10	2.003	Colombia	905

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 31: Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2004 e 2005 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano Fiscal	País	Valor
1	2.004	Israel	3.551
2	2.004	Egypt	2.304
3	2.004	Russia	1.129
4	2.004	Afghanistan	1.048
5	2.004	Iraq	952
6	2.005	Iraq	3.856
7	2.005	Israel	3.341
8	2.005	Egypt	1.974
9	2.005	Russia	1.950
10	2.005	Afghanistan	1.179

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 32 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2006 e 2007 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano Fiscal	País	Valor
1	2.006	Iraq	7.738
2	2.006	Israel	3.124
3	2.006	Afghanistan	2.655
4	2.006	Russia	1.807
5	2.006	Egypt	1.719
6	2.007	Iraq	6.512
7	2.007	Afghanistan	5.201
8	2.007	Israel	3.002
9	2.007	Egypt	2.022
10	2.007	Russia	1.838

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 33: Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2008 e 2009 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano Fiscal	País	Valor
1	2.008	Afghanistan	8.451
2	2.008	Iraq	6.864
3	2.008	Israel	2.840
4	2.008	Egypt	1.658
5	2.008	Russia	1.620
6	2.009	Afghanistan	8.577
7	2.009	Iraq	5.844
8	2.009	Israel	2.817
9	2.009	Egypt	2.127
10	2.009	Colombia	747

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 34 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2010 e 2011 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano Fiscal	País	Valor
1	2.010	Afghanistan	9.515
2	2.010	Israel	3.282
3	2.010	Pakistan	2.038
4	2.010	Iraq	1.889
5	2.010	Egypt	1.646
6	2.011	Afghanistan	13.180
7	2.011	Israel	3.457
8	2.011	Iraq	1.997
9	2.011	Egypt	1.537
10	2.011	Pakistan	1.397

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 35 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2012 e 2013 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano Fiscal	País	Valor
1	2.012	Afghanistan	12.255
2	2.012	Israel	3.574
3	2.012	Iraq	1.682
4	2.012	Egypt	1.486
5	2.012	Jordan	1.037
6	2.013	Afghanistan	9.202
7	2.013	Israel	3.300
8	2.013	Egypt	1.598
9	2.013	Jordan	825
10	2.013	Indonesia	714

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

Tabela 36 - Ajuda externa ofertada por país pelos Estados Unidos em 2014 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano Fiscal	País	Valor
1	2.014	Afghanistan	6.613
2	2.014	Israel	3.378
3	2.014	Jordan	640
4	2.014	Pakistan	626
5	2.014	Zambia	524

Fonte: USAID, 2020. Elaboração própria

APÊNDICE B – TABELAS DO CAPÍTULO III

Tabela 37 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pela China entre 2000 e 2014 por setor das cinco principais categorias em milhões de dólares constantes de 2016 – Crescimento Econômico, Governança e Saúde e População

	Categoria OECD/DAC	Nome do Setor	Código do Setor	Valor
1	Economic Growth	Banking and Financial Services	240	716
2	Economic Growth	Business and Other Services	250	512
3	Economic Growth	Industry, Mining, Construction	320	18.903
4	Economic Growth	Trade and Tourism	330	4.119
5	Governance	Government and Civil Society	150	2.189
6	Governance	Other Social infrastructure and services	160	7.562
7	Health and Population	Health	120	1.518
8	Health and Population	Water Supply and Sanitation	140	5.231

1–8 of 16 rows

Previous **1** 2 Next

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 38 - Volume Total de Ajuda Externa ofertada pela China entre 2000 e 2014 por setor das cinco principais categorias em milhões de dólares constantes de 2016 – Infraestrutura e Outros

	Categoria OECD/DAC	Nome do Setor	Código do Setor	Valor
9	Infrastructure	Communications	220	7.688
10	Infrastructure	Energy Generation and Supply	230	81.748
11	Infrastructure	Transport and Storage	210	58.848
12	Other	Action Relating to Debt	600	956
13	Other	General Budget Support	510	3.102
14	Other	General Environmental Protection	410	74
15	Other	Other Multisector	430	8.700
16	Other	Unallocated / Unspecified	998	2.518

9–16 of 16 rows

Previous 1 **2** Next

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 39 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2000

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.000	Economic Growth	365,1
2	2.000	Health and Population	132,7
3	2.000	Infrastructure	97,9
4	2.000	Agriculture	60,5
5	2.000	Governance	17,9
6	2.000	Other	5,7
7	2.000	Education	5,6

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 40 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2001

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.001	Infrastructure	1.058,9
2	2.001	Agriculture	173,0
3	2.001	Other	57,0
4	2.001	Economic Growth	45,4
5	2.001	Governance	2,3

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 41 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2002

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.002	Infrastructure	1.429,8
2	2.002	Governance	139,9
3	2.002	Agriculture	57,3
4	2.002	Economic Growth	1,4

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 42 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2003

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.003	Infrastructure	1.997
2	2.003	Other	197
3	2.003	Economic Growth	122
4	2.003	Governance	48
5	2.003	Agriculture	42
6	2.003	Health and Population	28

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 43 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2004

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.004	Infrastructure	2.548
2	2.004	Other	101
3	2.004	Governance	52
4	2.004	Education	14
5	2.004	Agriculture	13

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 44 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2005

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.005	Infrastructure	4.029
2	2.005	Health and Population	586
3	2.005	Agriculture	475
4	2.005	Governance	399
5	2.005	Education	350
6	2.005	Other	228
7	2.005	Economic Growth	200

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 45 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2006

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.006	Infrastructure	7.988
2	2.006	Other	1.582
3	2.006	Economic Growth	1.015
4	2.006	Humanitarian	560
5	2.006	Agriculture	498
6	2.006	Education	318
7	2.006	Governance	277
8	2.006	Health and Population	214

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 46 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2007

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.007	Infrastructure	10.078
2	2.007	Health and Population	924
3	2.007	Governance	384
4	2.007	Other	288
5	2.007	Agriculture	257
6	2.007	Economic Growth	248
7	2.007	Education	25

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 47 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2008

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.008	Infrastructure	5.816
2	2.008	Other	1.012
3	2.008	Agriculture	406
4	2.008	Economic Growth	373
5	2.008	Health and Population	216
6	2.008	Governance	110
7	2.008	Humanitarian	10

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 48 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2009

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.009	Infrastructure	26.407
2	2.009	Economic Growth	7.442
3	2.009	Governance	2.058
4	2.009	Health and Population	1.073
5	2.009	Other	632
6	2.009	Agriculture	614
7	2.009	Education	41

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 49: Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2010

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.010	Infrastructure	13.014,1
2	2.010	Economic Growth	1.134,9
3	2.010	Governance	1.053,0
4	2.010	Other	894,6
5	2.010	Health and Population	573,1
6	2.010	Agriculture	67,8
7	2.010	Commodity Assistance	7,7

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 50 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2011

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.011	Infrastructure	15.729,04
2	2.011	Economic Growth	6.257,89
3	2.011	Governance	4.716,47
4	2.011	Other	3.236,08
5	2.011	Health and Population	351,14
6	2.011	Agriculture	247,86
7	2.011	Education	204,35
8	2.011	Humanitarian	0,56

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 51 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2012

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.012	Infrastructure	15.349
2	2.012	Economic Growth	4.144
3	2.012	Agriculture	3.543
4	2.012	Other	2.568
5	2.012	Health and Population	1.338
6	2.012	Governance	299
7	2.012	Humanitarian	73
8	2.012	Education	34

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 52 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2013

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.013	Infrastructure	15.036,98
2	2.013	Other	4.508,56
3	2.013	Economic Growth	1.508,00
4	2.013	Health and Population	1.064,04
5	2.013	Agriculture	252,05
6	2.013	Governance	191,35
7	2.013	Education	112,25
8	2.013	Humanitarian	0,21

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 53 - Volume de Ajuda Externa ofertada pela China por Categoria OECD/DAC em milhões de dólares constantes de 2016 – Ano 2014

	Ano	Categoria OECD/DAC	Valor
1	2.014	Infrastructure	27.705,3
2	2.014	Economic Growth	1.392,9
3	2.014	Health and Population	249,8
4	2.014	Other	40,3
5	2.014	Governance	4,7

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 54 - Ajuda externa Ofertada pela China acumulada entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016

	País	Valor
1	Pakistan	15.169
2	Russia	13.770
3	Angola	13.699
4	Venezuela	10.805
5	Ethiopia	10.682
6	Sri Lanka	10.274
7	Ecuador	9.829
8	Kazakhstan	6.463
9	Turkmenistan	6.211
10	Sudan	5.635

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 55 - Ajuda externa Ofertada pela China por continente entre 2000 e 2014 em milhões de dólares constantes de 2016

	Região	Valor
1	Africa	81.232
2	Asia	64.301
3	Latin America and the Caribbean	38.829
4	Central and Eastern Europe	24.239
5	Middle East	2.773
6	The Pacific	1.471

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 56 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2000 e 2001 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.000	Africa	264,2
2	2.000	Asia	206,6
3	2.000	Middle East	164,8
4	2.000	Latin America and the Caribbean	38,0
5	2.000	The Pacific	11,8
6	2.001	Asia	771,8
7	2.001	Central and Eastern Europe	339,1
8	2.001	Africa	214,6
9	2.001	The Pacific	9,7
10	2.001	Middle East	1,4

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 57 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2002 e 2003 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.002	Africa	761,9
2	2.002	Asia	666,9
3	2.002	Central and Eastern Europe	199,5
4	2.003	Africa	1.418,4
5	2.003	Asia	811,8
6	2.003	Central and Eastern Europe	156,5
7	2.003	Middle East	40,2
8	2.003	Latin America and the Caribbean	5,6

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 58 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2004 e 2005 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.004	Africa	1.801
2	2.004	Asia	778
3	2.004	Latin America and the Caribbean	95
4	2.004	Middle East	53
5	2.005	Africa	4.086
6	2.005	Asia	1.797
7	2.005	Latin America and the Caribbean	384

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 59 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2006 e 2007 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.006	Africa	6.614
2	2.006	Asia	5.412
3	2.006	Latin America and the Caribbean	215
4	2.006	The Pacific	210
5	2.007	Africa	7.643
6	2.007	Asia	1.915
7	2.007	Latin America and the Caribbean	1.258
8	2.007	Central and Eastern Europe	1.189
9	2.007	The Pacific	135
10	2.007	Middle East	64

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 60 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2008 e 2009 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.008	Asia	2.985
2	2.008	Latin America and the Caribbean	2.404
3	2.008	Africa	2.270
4	2.008	The Pacific	200
5	2.008	Middle East	83
6	2.009	Central and Eastern Europe	14.068
7	2.009	Asia	13.398
8	2.009	Africa	7.670
9	2.009	Latin America and the Caribbean	2.703
10	2.009	The Pacific	305
11	2.009	Middle East	124

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 61 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2010 e 2011 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.010	Asia	5.971,0
2	2.010	Africa	4.879,0
3	2.010	Latin America and the Caribbean	4.614,2
4	2.010	Central and Eastern Europe	1.149,5
5	2.010	The Pacific	114,8
6	2.010	Middle East	16,6
7	2.011	Latin America and the Caribbean	12.521,2
8	2.011	Africa	9.596,8
9	2.011	Asia	8.081,0
10	2.011	Central and Eastern Europe	337,9
11	2.011	The Pacific	203,3
12	2.011	Middle East	3,2

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 62 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2012 e 2013 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	Região	Valor
1	2.012	Africa	14.536,83
2	2.012	Asia	5.518,98
3	2.012	Central and Eastern Europe	4.659,43
4	2.012	Latin America and the Caribbean	2.467,15
5	2.012	The Pacific	133,14
6	2.012	Middle East	32,24
7	2.013	Africa	10.570,95
8	2.013	Latin America and the Caribbean	6.683,76
9	2.013	Asia	4.730,39
10	2.013	Central and Eastern Europe	598,35
11	2.013	The Pacific	89,76
12	2.013	Middle East	0,21

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 63 - Ajuda externa ofertada por região pela China em 2014 em milhões de dólares

	Ano	Região	Valor
1	2.014	Asia	11.258
2	2.014	Africa	8.905
3	2.014	Latin America and the Caribbean	5.440
4	2.014	Middle East	2.190
5	2.014	Central and Eastern Europe	1.542
6	2.014	The Pacific	58

constantes de 2016

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 64 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2000 e 2001 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	País	Valor
1	2.000	Yemen	165
2	2.000	Mauritius	81
3	2.000	Ghana	70
4	2.000	Bangladesh	57
5	2.000	Congo, Rep.	57
6	2.001	Pakistan	428
7	2.001	Albania	291
8	2.001	Sri Lanka	166
9	2.001	Uganda	92
10	2.001	Philippines	81

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 65 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2002 e 2003 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	País	Valor
1	2.002	Kazakhstan	394
2	2.002	Angola	298
3	2.002	Nigeria	263
4	2.002	Macedonia, FYR	200
5	2.002	Vietnam	196
6	2.003	Sudan	1.183
7	2.003	Myanmar	447
8	2.003	Montenegro; Serbia	156
9	2.003	Vietnam	143
10	2.003	Uzbekistan	72

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 66 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2004 e 2005 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	País	Valor
1	2.004	Zimbabwe	1.537
2	2.004	Indonesia	715
3	2.004	Angola	113
4	2.004	Suriname	91
5	2.004	Botswana	85
6	2.005	Angola	2.074
7	2.005	Vietnam	835
8	2.005	Sri Lanka	612
9	2.005	Nigeria	593
10	2.005	Sudan	414

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 67 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2006 e 2007 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	País	Valor
1	2.006	Angola	2.303
2	2.006	Ethiopia	1.345
3	2.006	Sri Lanka	1.176
4	2.006	Tajikistan	1.127
5	2.006	Nigeria	933
6	2.007	Angola	3.049
7	2.007	Malaysia	1.321
8	2.007	Turkey	1.189
9	2.007	Sudan	1.145
10	2.007	Ghana	1.027

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 68 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2008 e 2009 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	País	Valor
1	2.008	Brazil	1.049
2	2.008	India	1.049
3	2.008	Pakistan	987
4	2.008	Venezuela	814
5	2.008	Angola	735
6	2.009	Russia	13.770
7	2.009	Turkmenistan	5.508
8	2.009	Sri Lanka	4.060
9	2.009	Ethiopia	2.849
10	2.009	Indonesia	1.863

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 69 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2010 e 2011 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	País	Valor
1	2.010	Pakistan	2.470
2	2.010	Ecuador	2.005
3	2.010	Brazil	1.570
4	2.010	Zambia	1.344
5	2.010	India	1.276
6	2.011	Venezuela	4.505
7	2.011	Kazakhstan	3.807
8	2.011	Ethiopia	3.591
9	2.011	Bahamas	2.759
10	2.011	Ecuador	2.751

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 70 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2012 e 2013 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	País	Valor
1	2.012	Ukraine	3.224
2	2.012	Cote D'Ivoire	2.657
3	2.012	Tanzania	1.878
4	2.012	Nigeria	1.856
5	2.012	Sri Lanka	1.656
6	2.013	Venezuela	4.201
7	2.013	South Africa	2.270
8	2.013	Ecuador	1.444
9	2.013	Angola	1.362
10	2.013	Niger	1.108

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria

Tabela 71 - Ajuda externa ofertada por país pela China em 2014 em milhões de dólares constantes de 2016

	Ano	País	Valor
1	2.014	Pakistan	8.438
2	2.014	Kenya	3.280
3	2.014	Argentina	2.435
4	2.014	Iran	2.174
5	2.014	Angola	2.029

Fonte: AidData, 2017. Elaboração própria